

COLEÇÃO PALAVRA-CHAVE

MARTA POMIM VALENTIM

(org.)

PROFISSIONAIS
DA
INFORMAÇÃO:
formação, perfil
e atuação profissional

editora polis

MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM
organizadora

O Profissional da Informação: formação, perfil e atuação profissional

Gloria Ponjuán Dante
Johanna Wilhelmina Smit
José Augusto Chaves Guimarães
Jussara Pereira Santos
Marta Lúgia Pomim Valentim
Miriam Vieira da Cunha
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Editora Polis
São Paulo
2000

Copyright © 2000 dos autores

Capa: Sílvia Kawata

Revisão Textual: Prof. Aluysio Fávoro

958 O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional / Marta Lúgia Pomim Valentim, (org.); Gloria Ponjuán Dante... [et al.]. – São Paulo : Polis, 2000.

156 p. (Coleção Palavra-Chave, 10)

ISBN: 85-7228-011-1

I. Profissional da Informação. 2. Bibliotecário. 3. Formação Bibliotecária. 4. Perfil e Atuação Profissional. I. Valentim, Marta L. P. II. Ponjuán Dante, Gloria. III. Smit, Johanna W. IV. Guimarães, José Augusto C. V. Santos, Jussara P. VI. Cunha, Miriam F. V. da. VII. Almeida Júnior, Oswaldo F. VIII. Título. XIX. Série.

CDD: 020

021.2

CDU: 02

021

Direitos reservados pela

EDITORA POLIS LTDA.

Rua Caramuru, 1196 – Saúde – 04138-002 – São Paulo – SP

Tel.:(11) 275-7586 e (11)5594-8697 – fax: (11) 275-7586

e-mail: polised@uol.com.br

Sumário

Introdução	7
Profissional da Informação: formação, perfil e atuação profissional <i>Marta Lígia Pomim Valentim</i>	
Capítulo 1	31
Profissional da Informação: entre o espírito e a produção <i>Oswaldo Francisco de Almeida Júnior</i>	
Capítulo 2	53
O Profissional da Informação sob o prisma de sua formação <i>José Augusto Chaves Guimarães</i>	
Capítulo 3	71
A formação dos Profissionais da Informação na França: comparação com o sistema brasileiro <i>Miriam Vieira da Cunha</i>	
Capítulo 4	91
Perfil del Profesional de Información del nuevo milenio <i>Gloria Ponjuán Dante</i>	
Capítulo 5	107
O perfil do profissional bibliotecário <i>Jussara Pereira Santos</i>	

Capítulo 6 119

O Profissional da Informação e a sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia

Johanna Wilhelmina Smit

Capítulo 7 135

Atuação e perspectivas profissionais do Profissional da Informação

Marta Lígia Pomim Valentim

Autores 153

Profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional

Marta Valentim

Este livro aborda questões relativas ao profissional da informação, mais especificamente sua formação, o perfil e atuação profissional para o novo milênio. Cada temática foi desenvolvida de forma autônoma pelos autores responsáveis pelos capítulos, visando manter o olhar e a forma de expressão de cada um sobre as diferentes temáticas abordadas. No entanto, nem poderia ser diferente, a relação entre os temas existe e é muito profunda.

Abordar essas temáticas neste momento de mudança é fundamental para o redirecionamento e desenvolvimento da área. Instituições da área da Ciência da Informação no Brasil têm realizado, ao longo dos anos, debates sobre as complexas questões ligadas ao profissional da informação.

Pela realização de eventos, pela formação de grupos de estudo e de trabalhos, também no âmbito do Mercosul, muito se tem debatido sobre a formação, o perfil profissional, o mercado de trabalho etc., no ímpeto de melhorar a qualidade de ensino dos cursos formadores, assim como melhor compreender as necessidades da sociedade brasileira em relação à informação e, conseqüentemente, ao profissional da informação.

Os cursos formadores distribuídos pelo Brasil, conscientes das mudanças e novas exigências sociais, estão modificando seus currículos, preocupados com uma formação mais eficaz e, tam-

bém, que possibilite ao profissional da informação uma inserção no mercado de trabalho mais adequada a suas reais aptidões e competências na atualidade.

A formação deste profissional é abordada por diferentes autores no livro, enfocando tanto a realidade brasileira quanto a francesa. No caso brasileiro, a formação passou por fases técnicas e fases humanistas (Anexo I). Atualmente, as estruturas dos cursos estão, na sua maioria, direcionadas para o paradigma da informação, buscando um profissional dinâmico e competitivo que de fato atenda os anseios da sociedade brasileira. No entanto, apesar de a formação estar apoiada no paradigma da informação, a maioria dos cursos ainda evidencia mais a formação técnica do que a formação humanista.

De qualquer forma, é importante que os cursos formadores procurem ministrar conteúdos, quer estejam revestidos de uma formação técnica, quer estejam revestidos de uma formação humanista, voltados para este paradigma, ou seja, o da informação. Isso requer um exercício de *vision* constante, por parte dos formadores, fazendo um trabalho sintonizado e em equipe, com o objetivo de obter no final do curso um profissional que pense e atue nesse paradigma.

Pensar e sistematizar estas questões ligadas ao profissional da informação brasileiro traz, por um lado, a realidade do país e suas diferenças regionais e, por outro lado, a certeza de que é possível formar para uma demanda social.

Em relação à estrutura curricular, no caso do Brasil, os cursos seguiam, até pouco tempo, um modelo nacional, muito criticado pelas escolas, coordenado pelo Ministério de Educação (MEC), denominado “currículo mínimo”. Este modelo aprovado através da Resolução Nº 08/82, do Conselho Federal de Educação, delineava as matérias e seus conteúdos, e as escolas estabeleciam as várias disciplinas relacionadas aos conteúdos nominados.

Essa estrutura que vigorava no país não permitia mudanças radicais nos conteúdos ministrados, pois tinha de obedecer uma organização básica formada por três grandes matérias e suas subdi-

visões, bem como seguia o sistema educacional brasileiro, muito burocrático, inviabilizando mudanças rápidas e profundas na estrutura curricular.

A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), “sancionada no dia 20.12.96”, os profissionais da área vêm debatendo as Diretrizes Curriculares para a área da Ciência da Informação proposta por uma Comissão de Especialistas vinculada ao MEC.

Este debate nacional resultou em um documento (Anexos 2 e 4) denominado Diretrizes Curriculares, mais dinâmico e ágil, que flexibiliza a estrutura curricular dos cursos formadores do profissional da informação, atendendo os anseios da sociedade brasileira.

No Brasil, apesar de o mercado informacional absorver a maioria dos recém-formados que chegam ao mercado de trabalho, verifica-se que ainda uma grande parcela do segmento empregador desconhece a atuação deste profissional.

Nesse sentido, no Brasil, é necessário um projeto nacional de *marketing*, envolvendo escolas, associações, conselhos e sindicatos, buscando uma maior divulgação e promoção do profissional, assim como dos produtos e serviços informacionais existentes, possibilitando à sociedade conhecer de fato este profissional.

No entanto, em detrimento desta realidade apresentada sobre o desconhecimento da sociedade em relação à atuação do profissional da informação, no caso do bibliotecário, o Brasil possui uma estrutura para a área muito completa.

Fazem parte da estrutura bibliotecária nacional:

- O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) que congrega os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB's), que têm como objetivo maior a fiscalização do exercício e da ética profissional;
- A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) que congrega as associações estaduais, que perseguem o objetivo de promover a atualização profissional através de eventos, publicações e cursos, assim como buscam o fortalecimento da imagem do profissional no país, entre outras ações. Nesse caso, pode-se citar, como exemplo, a Associação Paulista

de Bibliotecários (APB), a mais antiga do Brasil, fundada em 1938, por pessoas de grande importância para a cultura nacional como Rubens Borba de Moraes e Sérgio Milliet;

- Os sindicatos que defendem o profissional através da legislação nos fóruns trabalhistas e negociam junto às empresas e governo o piso salarial dos profissionais, bem como outros benefícios que a lei propicia aos trabalhadores de um modo geral;
- A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) que congrega os pesquisadores da área de Ciência da Informação, dentre os quais o bibliotecário, tem como importante objetivo promover o debate informacional e desenvolvimento de pesquisa na área, resultando em um aumento da produção científica nacional;
- Finalizando, a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (ABEBD) que congrega as escolas de biblioteconomia, documentação e ciência da informação do país, com o objetivo de debater todas as questões inerentes à formação do profissional, do mercado de trabalho e do próprio profissional da informação.

Pode-se afirmar que, além da estrutura formal apresentada anteriormente, vários fóruns de debate são freqüentados por profissionais formadores da área, periodicamente, através de eventos em âmbito nacional e regional, como congressos, seminários, simpósios, jornadas etc., que debatem e apresentam idéias e avanços da comunidade bibliotecária brasileira.

A educação continuada está consolidada nacionalmente, justamente pelo grande número de cursos existentes. Podem-se citar os de:

- a) Extensão e Atualização: visam a atualização profissional e são realizados, na sua maioria, por associações, conselhos, entre outros;
- b) Pós-graduação *lato sensu*: mais conhecidos como cursos de especialização ou aperfeiçoamento, atingem o profissional que está trabalhando no mercado de trabalho e necessita de conhecimentos especializados para um melhor desempenho em termos de qualidade e produtividade profissional;

c) Pós-graduação *stricto sensu*: pretendem formar o profissional para a academia, desenvolvendo a capacidade de refletir sobre a área e gerar o *corpus* teórico necessário para o ensino e a consolidação da área.

Esses cursos de pós-graduação têm um papel fundamental no desenvolvimento da área, produzindo pesquisas sobre os problemas nacionais e regionais, relacionados ao profissional, ao mercado de trabalho, ao fazer informacional. Além disso, são responsáveis direta ou indiretamente pelo crescimento da produção científica nacional na área da Ciência da Informação.

A integração entre os países do Mercosul na área da Ciência da Informação é um fato, uma realidade. O mercado comum de uma forma geral busca ações que fortaleçam a profissão no âmbito da sua influência econômica. O Mercosul é um exemplo disso e de como a integração promove o crescimento e a consolidação de uma área.

O perfil e as competências do profissional da informação são também abordados neste livro por diferentes autores. Durante o IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur, realizado em Montevideu, em maio de 2000, ocorreu um debate sobre as competências desse profissional, com a participação de membros de todos os países do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e, também, do Chile, resultando em um documento acordado e aprovado por todos os países. Um avanço para a integração dos países do Mercosul na área da Ciência da Informação.

O documento (Anexo 3) apresenta inicialmente alguns conceitos sobre o termo “competência”, identifica os problemas comuns das universidades dos países que compõem o Mercosul na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para o desenvolvimento das competências profissionais e propõe uma categorização das competências exigidas e desejadas de um profissional da informação, recém-formado em uma universidade na área de Biblioteconomia e da Ciência da Informação do Mercosul. A categorização foi dividida em quatro grandes competências:

- comunicação e expressão;
- técnico-científicas;
- gerenciais;
- sociais e políticas.

O livro traz, também, através do ponto de vista de um dos autores, uma análise do profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. Esta abordagem mostra a importância da integração, crescimento e consolidação, no cenário nacional, de toda a área da Ciência da Informação.

Finalizando, várias ações podem ser realizadas buscando a consolidação da área e o desenvolvimento do profissional da informação, entre as quais:

1. Flexibilizar os currículos de formação de maneira que atendam tanto as necessidades globais quanto as regionais. Nesse caso, nunca perder de vista a sociedade local, além de sempre atuar no paradigma da informação, proporcionando serviços e produtos que consolidem esse paradigma;
2. Criar diferentes níveis de formação, bem como diferentes especialidades na formação, atendendo as diferentes demandas sociais existentes, ou melhor, antecipando-se às diferentes demandas sociais existentes. Nesse caso podem-se citar os cursos técnicos, os cursos seqüenciais e a educação à distância;
3. Estimular a capacitação docente em nível de doutorado, obtendo assim um corpo docente mais experiente no desenvolvimento de pesquisas e no “saber pensar”. Além disso, um corpo docente titulado pode dar prosseguimento à educação continuada de seus egressos, com programas de pós-graduação *stricto sensu*;
4. Implementar parcerias com a sociedade civil, visando uma atuação mais sintonizada com a realidade. Estabelecer um elo com os diferentes segmentos econômicos e sociais do país, identificando e resolvendo ou amenizando as suas necessidades informacionais;
5. Promover junto à sociedade a divulgação e o *marketing* da pro-

fissão de forma contínua, mais especificamente em alguns segmentos educacionais como o de ensino fundamental;

6. Enviar sistematicamente ao governo brasileiro propostas concretas que viabilizem e consolidem cada vez mais a área da Ciência da Informação, exercendo seu papel político-social e participando do processo de transformação da sociedade da informação no país, não como um mero participante do processo, mas sim, como líderes do processo.

ANEXO 1 – Parte 1
CURRÍCULOS E PROPOSTAS CURRICULARES
DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: 1911-1982

<i>Biblioteca Nacional</i>				<i>Mackenzie</i>	<i>Departamento de Cultura São Paulo</i>
1915 (1 ano)	1931 (2 anos)	1944	1962	1929-1931	1936-1937
<ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia • Paleografia • Diplomática • Numismática 	<ul style="list-style-type: none"> • História Literária com aplicação à Bibliografia • Iconografia e Cartografia • Bibliografia • Paleografia • Diplomática 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e Administração de Bibliotecas • Catalogação • Classificação • Bibliografia e Referência • História dos Livros e das Bibliotecas • História da Literatura (aplicada a bibliografia) • Noções de Paleografia • Cursos Avulsos 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de Referência • Bibliografia Geral • Catalogação e Classificação • Organização e Administração de Bibliotecas • Organização e Técnicas de Documentação • Literatura e Bibliografia Literária • Introdução à Cultura Histórica e Sociológica • Reprodução de Documentos • Paleografia • Introdução a Cultura Filosófica e Artística 	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação • Classificação • Referência 	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação • Classificação • Referência

Fonte: Castro, César. *Currículos e propostas curriculares de Biblioteconomia no Brasil: 1911-1982*. p.325 (Tese de Doutorado)

ANEXO 1 – Parte 2
CURRÍCULOS E PROPOSTAS CURRICULARES DE
BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: 1911-1982

<i>ELSP</i>			<i>1ª Projeto de Currículo Mínimo</i>	<i>1 Currículo Mínimo (3 anos)</i>
1938	1940	1944	1956	1962
<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação • Classificação • Referência • História do Livro e das Bibliotecas 	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação • Classificação • História do Livro e das Bibliotecas • Referência 	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação • Classificação • Referência • História do Livro e das Bibliotecas • Organização e Administração de Bibliotecas 	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia • Classificação • Catalogação • História do Livro e das Bibliotecas • Referência • Documentação • História da Arte • História da Ciência e da Tecnologia • História da Literatura • Introdução à Filosofia • Introdução às Ciências Sociais • Organização e Administração de Bibliotecas • Serviços de Documentação • Seleção de Livros 	<ul style="list-style-type: none"> • História do Livro e das Bibliotecas • História da Literatura • História da Arte • Introdução aos Estudos Históricos e Sociais • Evolução do Pensamento Filosófico e Científico • Organização e Administração de Bibliotecas • Catalogação e Classificação • Bibliografia e Referência • Documentação • Paleografia

ANEXO 1 – Parte 3
CURRÍCULOS E PROPOSTAS CURRICULARES
DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: 1911-1982

<i>Proposta de Mudança Curricular ABEED</i>	<i>Proposta de Mudança Curricular ABEED (3 anos)</i>	<i>II Currículo Mínimo</i>
1976	1977	1982
<ul style="list-style-type: none"> • Formação Social da Biblioteca • Estudo de Usuário • Planejamento e Administração de Sistemas de Informação • Fontes de Informação • Seleção e Aquisição • Organização da Informação • Recuperação e Disseminação da Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação • Classificação • Planejamento e Administração de Bibliotecas • Seleção e Aquisição • Documentação • Introdução à Biblioteconomia • História do Livro e das Bibliotecas • Introdução a Filosofia • História da Arte • Introdução aos Estudos Históricos • História da Literatura • Biblioteca Referencial 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação • Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo • História da Cultura • Lógica • Língua e Literatura Portuguesa • Métodos e Técnicas de Pesquisa • Informação Aplicada à Biblioteconomia • Formação e Desenvolvimento de Coleções • Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento • Disseminação da Informação • Administração de Bibliotecas

Fonte: Castro, César. *currículos e propostas curriculares de Biblioteconomia no Brasil: 1911-1982*. p.325 (Tese de Doutorado)

ANEXO 2 – Parte 1
 PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES – MEC – BRASIL
 ÁREA – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

<i>Competências e habilidades</i>	<i>Atitudes e procedimentos</i>	<i>Padrões de qualidade</i>	<i>Interface dos Cursos com a pós-graduação</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar as metalinguagens pertinentes; • Demarcar campos específicos e integrar conteúdos de áreas correlatas em uma perspectiva multidisciplinar; • Produzir e divulgar conhecimentos; • Gerar produtos resultantes dos conhecimentos adquiridos; • Desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados; • Processar documentos, quaisquer que sejam os suportes, linguagens e formatos, de acordo com as teorias, paradigmas, métodos e técnicas da área; • Gerenciar instituições, serviços e sistemas de documentação e informação; • Desenvolver ações expositivas, visando a extroversão dos acervos sob sua responsabilidade; • Desenvolver ações pedagógicas voltadas tanto para a melhoria do desempenho profissional, como para a ampliação do conhecimento em geral; • Realizar atividades profissionais autônomas de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres; • Responder às demandas sociais determinadas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo; • Refletir criticamente sobre sua prática profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilidade para a necessidade informacional de usuários reais e potenciais; • Flexibilidade e capacidade de adaptação; • Curiosidade intelectual e postura investigativa para continuar aprendendo; • Criatividade; • Senso crítico; • Rigor e precisão; • Capacidade de trabalhar em equipes profissionais; • Respeito à ética e aos aspectos legais da profissão; • Espírito associativo. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Articulação de seus projetos pedagógicos com o projeto global das IES em que estão inseridos; b) Qualificação permanente do corpo docente; c) Manutenção da excelência acadêmica e a criação de estrutura de acompanhamento do egresso, no sentido de verificar sua inserção profissional; d) Constante melhoria das condições estruturais dos Cursos no que se refere a bibliotecas, laboratórios de ensino e pesquisa e serviços de treinamento e aperfeiçoamento profissional; e) Incentivo à produção docente e discente; f) Instituição de intercâmbio entre os diferentes programas de formação no Brasil e no exterior, mediante o estabelecimento de parcerias com outras entidades; g) Promoção de programas de divulgação profissional e de educação continuada em diferentes níveis (extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>). 	<ul style="list-style-type: none"> a) estimular a disseminação e divulgação da produção científica da graduação e da pós-graduação nos diferentes meios de comunicação; b) promover seminários, debates, fóruns, oficinas, grupos de pesquisas e outras atividades que integrem os dois níveis; c) assegurar a participação de mestrandos nas atividades da graduação e de graduandos nas atividades da pós-graduação, visando intercâmbio de experiências e informações; d) incentivar a discussão dos conteúdos de ambos os cursos, de modo a identificar pontos comuns e a aprofundar conhecimentos.

ANEXO 2 – Parte 1
 PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES – MEC – BRASIL
 ÁREA – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

<i>Competências e habilidades</i>	<i>Atitudes e procedimentos</i>	<i>Padrões de qualidade</i>	<i>Interface dos Cursos com a pós-graduação</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar as metalinguagens pertinentes; • Demarcar campos específicos e integrar conteúdos de áreas correlatas em uma perspectiva multidisciplinar; • Produzir e divulgar conhecimentos; • Gerar produtos resultantes dos conhecimentos adquiridos; • Desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados; • Processar documentos, quaisquer que sejam os suportes, linguagens e formatos, de acordo com as teorias, paradigmas, métodos e técnicas da área; • Conhecer instituições, serviços e sistemas de documentação e informação; • Desenvolver ações expositivas, visando a extroversão dos acervos sob sua responsabilidade; • Desenvolver ações pedagógicas voltadas tanto para a melhoria do desempenho profissional, como para a ampliação do conhecimento em geral; • Realizar atividades profissionais autônomas de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres; • Responder às demandas sociais determinadas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo; • Refletir criticamente sobre sua prática profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilidade para a necessidade informacional de usuários reais e potenciais; • Flexibilidade e capacidade de adaptação; • Curiosidade intelectual e postura investigativa para continuar aprendendo; • Criatividade; • Senso crítico; • Rigor e precisão; • Capacidade de trabalhar em equipes profissionais; • Respeito à ética e aos aspectos legais da profissão; • Espírito associativo. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Articulação de seus projetos pedagógicos com o projeto global das IES em que estão inseridos; b) Qualificação permanente do corpo docente; c) Manutenção da excelência acadêmica e a criação de estrutura de acompanhamento do egresso, no sentido de verificar sua inserção profissional; d) Constante melhoria das condições estruturais dos Cursos no que se refere a bibliotecas, laboratórios de ensino e pesquisa e serviços de treinamento e aperfeiçoamento profissional; e) Incentivo à produção docente e discente; f) Instituição de intercâmbio entre os diferentes programas de formação no Brasil e no exterior, mediante o estabelecimento de parcerias com outras entidades; g) Promoção de programas de divulgação profissional e de educação continuada em diferentes níveis (extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>). 	<ul style="list-style-type: none"> a) estimular a disseminação e divulgação da produção científica da graduação e da pós-graduação nos diferentes meios de comunicação; b) promover seminários, debates, fóruns, oficinas, grupos de pesquisas e outras atividades que integrem os dois níveis; c) assegurar a participação de mestrandos nas atividades da graduação e de graduandos nas atividades da pós-graduação, visando intercâmbio de experiências e informações; d) incentivar a discussão dos conteúdos de ambos os cursos, de modo a identificar pontos comuns e a aprofundar conhecimentos.

ANEXO 2 – Parte 2
 PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES – MEC – BRASIL
 ÁREA – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

<i>Matérias comuns para a área de ciência da informação</i>	<i>Matérias específicas para a subárea de biblioteconomia</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>A Construção do Conhecimento</i> <ul style="list-style-type: none"> - Epistemologia - Metodologia da pesquisa - Heurística • <i>O Estatuto do Documento</i> <ul style="list-style-type: none"> - Produção de evidência <i>versus</i> atribuição de sentido - A informação orgânica e a inorgânica - As unidades físicas de referência: documento, peça, série, coleção, arquivo e acervo (cartorial e operacional) - As unidades intelectuais de referência: assunto e função - O documento como indício, prova e testemunho • <i>O Fluxo Documental: da gênese ao acesso</i> <ul style="list-style-type: none"> - Produtores e usuários da informação (mediações e interfaces) - A contextualização como ferramenta - Seleção / avaliação - Representação e comutação: polissemia e monosemia • <i>As Instituições</i> <ul style="list-style-type: none"> - Funções pragmáticas, cognitivas, estéticas e vivenciais - Gestão, custódia, conservação, depósito legal e curadoria - Patrimônio, memória, herança, cultura 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia</i> <ul style="list-style-type: none"> - História das bibliotecas e da Biblioteconomia - O papel e a missão do bibliotecário na sociedade - As etapas de geração, tratamento, difusão, recepção e uso da informação - As interfaces da Biblioteconomia com as demais ciências - Bases legais e éticas da profissão • <i>Organização e Tratamento da Informação</i> <ul style="list-style-type: none"> - Descrição física e temática da informação e do conhecimento - Aplicação de códigos, normas e formatos disponíveis - Uso da informática nos serviços de informação - Desenvolvimento e gestão de bancos de dados, bases de dados e bibliotecas digitais - Metodologia de análise e avaliação de sistemas de informação - Automação de unidades de informação • <i>Recursos e Serviços de Informação</i> <ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos, princípios, processos e instrumentos do serviço de referência: seleção, aquisição, avaliação, descarte, preservação, conservação e restauração de recursos de informação - Normas para desenvolvimento de coleções - Fontes de informação impressas, eletrônicas e digitais: conceitos, tipologia, acesso, utilização e avaliação - Estudo e educação de usuários - A indústria da informação: geração, produção e comercialização de documentos, fontes e serviços de informação - Serviços de referência e informação - Serviços de extensão e ação cultural • <i>Gestão de Unidades e Serviços de Informação</i> <ul style="list-style-type: none"> - Princípios e evolução da administração e da teoria organizacional - Funções da administração: planejamento, organização, execução, controle, mensuração e avaliação - Gestão de <i>marketing</i>, de recursos humanos, de recursos financeiros, de recursos físicos, de produção e de materiais - Qualidade aplicada ao contexto das unidades e serviços de informação

ANEXO 3

IV ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR

Montevideo, 24 al 27 de mayo de 2000

COMPETENCIAS PROFESIONALES

I Concepto de competencia profesional

Según la Real Academia Española el término “competencia” significa tanto incumbencia como aptitud o idoneidad para hacer algo. Rolando Carrillo Fierro, por su parte, la define como “la capacidad adquirida al término de un proceso de formación que se expresa en habilidades intelectuales, sociales, psicológicas y afectivas, es decir, incluye actitudes, conocimientos, y conductas implícitas en el desarrollo humano.” Por competencias profesionales se entiende el conjunto de *las habilidades, las destreza, las actitudes y los conocimientos teórico-prácticos necesarios para cumplir una función especializada de un modo socialmente reconocible y aceptable.*

En suma, las competencias profesionales comprenden el conjunto de habilidades, destrezas y conocimientos que requiere contar un profesional en cualquier disciplina, para cumplir con su actividad especializada ofreciendo un mínimo de garantía sobre los resultados de su trabajo, tanto a sus clientes o empleadores como, en última instancia, a la sociedad de la que forma parte. Ello implica, la satisfacción mínimamente aceptable de necesidades especializadas que una sociedad requiere resolver de un modo previsto, reconocible y verificable, sobre la base de ciertas normas o parámetros de actuación.

2 Problemas Comunes Identificados para el Desarrollo de las Competencias profesionales, en las Universidades del Mercosur, en Bibliotecología y Ciencia de la Información

- Los cambios de paradigmas tradicionales de la disciplina como consecuencia del impacto de las nuevas tecnologías sobre el procesamiento, la transmisión, la organización y el acceso a la información, y la aparente eliminación de la figura de mediador tradicional de información, la ubicuidad de la información disponible y su acceso virtual.
- Escasos programas universitarios de capacitación docente.
- Necesidad de desarrollar nuevos posgrados académicos en el nivel de Máster y Doctorado.
- Insuficiente infraestructura tecnológica, bibliográfica y locativa.
- Escasos recursos financieros para la gestión académica.
- Incipiente trabajo cooperativo e interdisciplinario.
- Necesidad de mejorar el relacionamiento entre la Universidad y el medio social y productivo, para saber si las competencias “de salida” coinciden con las demandas sociales y de mercado.
- Insuficiente visibilidad social de la profesión.
- Fortalecimiento de la integración e interacción enseñanza-investigación- extensión.
- Necesidad de difundir y generalizar el uso de las nuevas tecnologías en el proceso de enseñanza/aprendizaje.
- Desarrollo relativo de las publicaciones científicas en el área, y ausencia de sistemas regionales de intercambio.
- Escaso desarrollo de políticas nacionales y regionales de información.
- Necesidad de diversificar y consolidar líneas de investigación.
- Comprobación de una demanda insatisfecha de profesionales de la información en el interior de los países.
- La disminución del nivel educacional y cultural de los estudiantes secundarios que acceden a la Universidad.

3. Categorización de Competencias Deseables y Exigibles a un Profesional egresado de una Universidad en el Área de Bibliotecología/Ciencia de la Información en el Mercosur

- Competencias en comunicación y expresión

1. Formular y gestionar proyectos de información.
2. Aplicar técnicas de marketing, liderazgo y de relaciones públicas.
3. Capacitar y orientar a los usuarios para el mejor uso de las unidades de información y sus recursos.
4. Elaborar productos de información (bibliografías, catálogos, guías, índices, DSI, etc.).
5. Ejecutar procedimientos automatizados propios de un entorno informatizado.
6. Planificar y ejecutar estudios de usuarios/clientes de la información y formación de usuarios/clientes de la información.

- Competencias técnico-científicas

1. Desarrollar y ejecutar el procesamiento de documentos en distintos soportes en unidades, sistemas y servicios de información.
2. Recolectar, registrar, almacenar, recuperar, y difundir la información grabada en cualquier medio para los usuarios de unidades, servicios y sistemas de información.
3. Elaborar productos de información (bibliografías, catálogos, guías, índices, DSI etc.).
4. Utilizar y diseminar fuentes, productos y recursos de información en diferentes soportes.
5. Reunir y valorar documentos y proceder a archivarlos.
6. Preservar y conservar los materiales albergados en las unidades de información.
7. Seleccionar y evaluar todo tipo de material para las unidades de información.

8. Buscar, registrar, evaluar y difundir la información con fines académicos y profesionales.
9. Ejecutar procedimientos automatizados propios de un entorno informatizado.
10. Planificar y ejecutar estudios de usuarios/clientes de la información y formación de usuarios/clientes de la información.
11. Planificar, constituir y manejar redes globales de información.
12. Formular políticas de investigación en Bibliotecología y Ciencia de la Información.
13. Realizar investigaciones y estudios sobre desarrollo y aplicación de metodología de elaboración y utilización del conocimiento registrado.
14. Asesorar e intervenir en la elaboración de normas jurídicas en Bibliotecología y Ciencias de la Información.
15. Asesorar en la tasación de colecciones bibliográficas-documentales.
16. Realizar peritajes referidos a la autenticidad, antigüedad, procedencia y estado de materiales impresos de valor bibliofílico.

• Competencias gerenciales

1. Dirigir, administrar, organizar y coordinar unidades, sistemas y servicios de información.
2. Formular y gestionar proyectos de información.
3. Aplicar técnicas de marketing, liderazgo y de relaciones públicas.
4. Buscar, registrar, evaluar y difundir la información con fines académicos y profesionales
5. Elaborar productos de información (bibliografías, catálogos, guías, índices, DSI, etc.).
6. Asesorar en el planeamiento de los recursos económico-financieros y humanos del sector.
7. Planificar, coordinar y evaluar la preservación y conservación del aservo documental.

8. Planificar y ejecutar estudios y formación de usuarios/ clientes de la información.
9. Planificar, constituir y manejar redes regionales y globales de información.

• Competencias sociales y políticas

1. Seleccionar y evaluar todo tipo de material para las unidades de información.
2. Buscar, registrar, evaluar y difundir la información con fines académicos y profesionales.
3. Asesorar e intervenir en la formulación de políticas de información.
4. Asesorar en el planeamiento de los recursos económico-financieros y humanos del sector.
5. Planificar y ejecutar estudios de usuarios/clientes de la información y formación de usuarios/clientes de la información.
6. Promover una actitud crítica y creativa respecto a la resolución de problemas y cuestiones de información.
7. Fomentar una actitud abierta e interactiva con los diversos actores sociales (políticos, empresarios, educadores, trabajadores y profesionales de otras áreas, instituciones y ciudadanos en general).
8. Identificar las nuevas demandas sociales de información
9. Contribuir a definir, consolidar y desarrollar el mercado laboral en el área.
10. Actuar colectivamente con sus pares en el ámbito de las instituciones sociales, con el objetivo de la promoción y la defensa de la profesión.
11. Formular políticas de investigación en Bibliotecología y Ciencia de la Información.
12. Asesorar e intervenir en la elaboración de normas jurídicas en Bibliotecología y Ciencias de la Información.

PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES – MEC – BRASIL
PARA OS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA – ÚLTIMA VERSÃO¹

PERFIL DO EGRESSO

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc.

As IES poderão acentuar, nos projetos acadêmicos e na organização curricular, características do egresso que, sem prejuízo do patamar mínimo aqui considerado, componham perfis específicos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia, enumeram-se as de caráter geral e comum, típicas desse nível de formação, e aquelas de caráter específico.

1. *De caráter geral e comum*

- identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;

¹ Acessado na Internet: <http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz/shtm> em 21/8/2000.

- integrar conteúdos de áreas correlatas;
- utilizar as metalinguagens pertinentes;
- articular elementos empíricos e conceituais com propriedade;
- gerar produtos resultantes dos conhecimentos adquiridos;
- desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados;
- formular e executar políticas institucionais;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- realizar ações pedagógicas voltadas para a melhoria do desempenho profissional e para a ampliação do conhecimento na área;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- responder a demandas determinadas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo.

2. De caráter específico

BIBLIOTECONOMIA

- interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

As competências e habilidades podem ser ampliadas de acordo com a proposta pedagógica de cada IES.

TÓPICOS DE ESTUDO

Os conteúdos dos cursos distribuem-se em matérias de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em matérias de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta.

1. *Matérias de formação geral*

De caráter propedêutico ou não, as matérias de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos de cada curso. As IES podem, de acordo com seu perfil acadêmico, estabelecer um elenco variável de conhecimentos de fundamentação (Administração, Antropologia, Ciência da Informação, Comunicação, Direito, Filosofia, História, Linguística, Política, Semiologia, Sociologia etc.), indicando os elementos que justificam o viés instrumental que assumem no currículo.

2. *Matérias de formação específica*

As matérias específicas ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos programados pelas IES, têm caráter terminal. Constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de bibliotecários.

BIBLIOTECONOMIA

- Fundamentos teóricos da Biblioteconomia
- Organização e tratamento da informação
- Gestão da informação e do conhecimento
- Recursos e serviços de informação
- Tecnologias em informação

- Políticas e gestão de unidades e serviços de informação
- Metodologia da pesquisa

O desenvolvimento de determinadas habilidades – como as relacionadas com a Metodologia da Pesquisa ou com as Tecnologias em Informação, entre outras – poderá ser objeto de itens curriculares formalmente constituídos para este fim ou de atividades praticadas no âmbito de uma ou mais matérias.

Recomenda-se que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens.

As IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:

- ministrar matérias comuns;
- promover ênfases específicas em determinados aspectos da carreira;
- ampliar o núcleo de formação básica;
- complementar conhecimentos auferidos em outras áreas.

Quanto aos cursos seqüenciais, podem apresentar diferentes níveis de abrangência. O acesso a eles é estabelecido pelas próprias IES e não implica a realização do mesmo processo seletivo empregado para a carreira convencional. Devem ser mais curtos e ágeis, conferindo certificado de nível superior aos que os concluem e habilitando-os a ingressar no mercado de trabalho para o exercício de determinadas funções ainda não formalmente reconhecidas como profissões.

DURAÇÃO DOS CURSOS

Os cursos devem ter uma carga horária mínima de 2500 horas, incluídas as dedicadas a estágios e atividades complementares.

ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios são desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das matérias, sob a responsabilidade imediata de cada docente. Constituem instrumentos privilegiados para associar desempenho e conteúdo de forma sistemática e permanente.

Recomenda-se ainda o desenvolvimento de atividades complementares de monitoria, pesquisa, participação em seminários e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, igualmente orientadas por docentes (de preferência em regime de tutoria) e computadas no sistema de créditos, com vistas à paulatina autonomia intelectual do aluno.

As IES devem garantir espaço para o processo de auto formação, em que o aluno, devidamente orientado, elabora seu perfil específico, aprofundando-se em conteúdos para os quais se sente vocacionado e adquirindo as habilidades instrumentais que lhe faltam para um bom desempenho profissional.

ESTRUTURA GERAL DOS CURSOS

A estrutura geral dos cursos, expressa por meio dos respectivos projetos acadêmicos, envolve todos os componentes, procedimentos, objetivos, propostas pedagógicas e recursos humanos e materiais necessários para alcançar os perfis profissionais estabelecidos.

Os conteúdos curriculares deverão ser desenvolvidos com o máximo de flexibilidade, de modo a permitir aos alunos a aquisição de competências e habilidades e a corresponder a seus interesses específicos. As propostas pedagógicas das IES definirão, nesse sentido, as modalidades de seriação, o sistema de créditos e pré-requisitos, as matérias opcionais, as combinações que permitem habilitações específicas e os cursos sequenciais, dimensionando, entre outros aspectos, a articulação da teoria e da prática, o

sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem, as interfaces do curso com a pós-graduação e com o mercado de trabalho.

Corpo docente

Em virtude de seu caráter profissional, os cursos exigem, na composição do corpo docente, uma preponderância de pessoal com titulação específica, tanto quanto possível em nível de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), respeitando as proporções indicadas na Lei de Diretrizes e Bases.

Conexão com a avaliação institucional

Todo processo de avaliação implica, a partir de objetivos preestabelecidos, a mensuração dos resultados obtidos, em função dos meios disponibilizados. Deste modo, variáveis como qualificação, titulação, regime de trabalho e infra-estrutura de pesquisa, que são de responsabilidade das IES e de seus mantenedores, devem ser referenciais para todo e qualquer processo de avaliação.

As IES adotarão formas alternativas de avaliação que favoreçam a verificação do desempenho:

- técnico-científico (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, pertinência, inter-relações e domínio de conteúdos, questionamentos, síntese, soluções alternativas);
- didático-pedagógico (cumprimento de objetivos, integração de conteúdos, procedimentos metodológicos e material de apoio);
- de aspectos atitudinais (participação, assiduidade, ética, criatividade etc.).

As avaliações serão realizadas de acordo com a periodicidade dos cursos, competindo às IES a escolha de métodos e técnicas que priorizem aspectos qualitativos. Cabe-lhes ainda acompanhar o rendimento dos discentes, com o intuito de descobrir as razões do baixo desempenho e/ou da evasão escolar.

Avaliações periódicas

As avaliações têm como foco a melhoria contínua das atividades docentes e discentes, contemplando, a par do desempenho

acadêmico, a produção científica, os serviços de extensão à comunidade e a melhoria contínua dos processos de apoio administrativo. Tais avaliações devem tomar por base dados e indicadores específicos, mediante instrumentos que meçam a formação dos estudantes tanto em termos de conhecimentos teóricos, como práticos.

Padrões de qualidade

Visando ao padrão de qualidade dos Cursos, estes devem estar atentos para:

- a articulação das propostas pedagógicas com o projeto global da IES em que está inserido;
- o constante aprimoramento das bibliotecas, laboratórios de ensino e pesquisa e serviços de treinamento e aperfeiçoamento profissional;
- a qualificação permanente do corpo docente;
- o incentivo à produção docente e discente;
- a manutenção da excelência acadêmica e a criação de serviço de acompanhamento do egresso, no sentido de verificar sua inserção profissional;
- a instituição de intercâmbio entre os diferentes programas de formação no Brasil e no exterior, mediante o estabelecimento de parcerias com outras entidades;
- a promoção de programas de divulgação profissional e de educação continuada em diferentes níveis (extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação lato e stricto sensu).

Interface dos cursos com a pós-graduação

É condição fundamental para o desenvolvimento desta proposta a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que deverá ser garantida não só pela infra-estrutura material e de pessoal, mas sobretudo pela constituição de espaços institucionais que envolvam alunos de graduação, pós-graduandos e profissionais da área num processo de reflexão crítica e troca de experiências, permitindo a interlocução entre a universidade e a sociedade.

As IES devem, nessa medida:

- estimular a disseminação e divulgação da produção científica da graduação e da pós-graduação nos diferentes meios de comunicação;
- promover seminários, debates, fóruns, oficinas, grupos de pesquisas e outras atividades que integrem os dois níveis;
- assegurar a participação de mestrandos nas atividades da graduação e de graduandos nas atividades da pós-graduação, visando intercâmbio de experiências e informações;
- incentivar a discussão dos conteúdos de ambos os cursos, de modo a identificar pontos comuns e a aprofundar conhecimentos.

Profissional da Informação: entre o espírito e a produção

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Em 1985, na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, publiquei um artigo sobre o Mercado de Trabalho do Bibliotecário. A conclusão apresentava um espaço ainda restrito na época, embora com um mercado em potencial claramente em ampliação. Durante a elaboração do texto, senti necessidade de discutir o perfil do profissional cujo mercado era objeto de análise, principalmente pelo fato de tal perfil estar sendo motivo de debates, com alterações na estrutura da formação do bibliotecário. Parece que, desde aquela época até hoje, as discussões e debates sobre o profissional bibliotecário não ultrapassaram o nível da superficialidade. Poucos são os que de fato estão preocupados com a análise do perfil do profissional, enfocando-o com relação às necessidades atuais, quer do mercado de trabalho, quer dos problemas informacionais da sociedade. A grande maioria, não só dos profissionais como dos pesquisadores da área, aceita, comodamente, a manutenção de uma estrutura profissional que reproduz um perfil de bibliotecário vinculado a exigências sociais ultrapassadas e retrógradas.

A teimosia no emprego do termo bibliotecário como designativo do profissional formado nos cursos de Biblioteconomia pode ser utilizada como exemplo da tentativa de manutenção de uma estrutura não mais condizente com as atuais necessidades sociais. Bibliotecário, aos olhos da sociedade, denomina-se todo aquele que trabalha no espaço da biblioteca, independente da existência ou não de uma formação específica. Além disso, tem o bi-

bibliotecário uma imagem deturpada, um estereótipo que acreditamos dissociado da realidade. Por que insistir no uso do termo bibliotecário, se a própria literatura da área o apresenta como não mais correspondendo à real atuação do profissional que atua em unidades de informação? Há sim uma conotação que acompanha a palavra bibliotecário e a remete para as esferas do ultrapassado, do retrógrado, do desnecessário. Acreditando-se que a profissão bibliotecária é útil socialmente e possui uma ação única, exclusiva e necessária para a sociedade, qualquer proposta de alteração do nome do profissional que a exerce é justificada.

Um nome que vem sendo utilizado recorrentemente é profissional da informação. Na verdade, essa é uma designação não específica do bibliotecário, mas que abrange um grupo de profissionais que atuam tendo como base a informação. A discussão maior talvez esteja em considerarmos o termo como adequado para denominar esse grupo de profissionais; em o profissional da informação constituir uma única profissão, fragmentada em segmentos que se diversificam em razão do tipo ou da forma como a informação é estudada e, finalmente, em o profissional da informação ser apenas e tão-somente uma concepção, uma idéia, um caminho norteador para as discussões sobre uma nova estrutura profissional (talvez uma acomodação mais atual da divisão social do trabalho).

Estranho o fato de aceitarmos um novo nome para o bibliotecário, desde que seja ele, nome, genérico e abrangente e não específico e representativo das novas funções, atribuições, características e perfil desse profissional. Acredito sim que o bibliotecário contemporâneo (ou bibliotecário hodierno) teve suas características, seu perfil, suas funções modificadas, alteradas (como as terá constantemente transformadas), pois essa é uma exigência, até mesmo de sobrevivência, imposta pela sociedade a todas as profissões. Acompanhar as mudanças sociais implica, em qualquer área, uma modificação interior. A biblioteconomia – e os bibliotecários – não ficou alheia às transformações sociais e, para acompanhar tais transformações, foi obrigada a se modificar, a se adequar às necessidades informacionais da sociedade. O problema,

no entanto, não é termos consciência das transformações pelas quais passamos, mas sabermos distingui-las, torná-las claras para nós mesmos. Mais ainda: as transformações são consequência de uma análise da realidade ou de uma adaptação ao que presumimos ser o motivo desencadeador de determinadas mudanças sociais. A partir disso, precisamos explicitar quais as bases que fundamentam nossas análises, sob pena de, não o fazendo, deixarmos claro que nossa adequação a uma realidade modificada deu-se exclusivamente de maneira intuitiva.

Parece que ainda não conseguimos, a despeito dos nossos desejos e vontades, distinguir as transformações que a profissão bibliotecária sofreu nos últimos tempos. Essas transformações são tão reais e concretas que a literatura tem produzido vários textos abordando-as e tentando determinar quais, de fato, são atualmente as atribuições e as características do bibliotecário.

O profissional e o novo século; o bibliotecário no próximo milênio; o profissional da informação e as exigências do século XXI; esses são exemplos de temas não só de artigos publicados em revistas especializadas da área, mas de palestras apresentadas em eventos (que, muitas vezes, também tinham como tema central o mesmo assunto). Também fiz parte dos que foram convidados e ministraram palestras sobre o perfil do profissional no próximo século. É interessante que os convites partiram não só de eventos dirigidos para os profissionais como os promovidos e destinados aos alunos dos cursos de Biblioteconomia, evidenciando uma preocupação com os destinos da área por parte de todos os segmentos que a compõem.

Esses eventos foram realizados, obviamente, nos anos que antecederam o ano 2000. Hoje, no momento em que estamos às portas do século XXI e do início do terceiro milênio (ou, dependendo do modo como é entendida a contagem, dentro do novo século e do novo milênio), parece que o tema está perdendo o espaço que havia conquistado e, em consequência, há uma diminuição nas discussões, nos debates e nas reflexões sobre o novo profissional bibliotecário, ou melhor, sobre as transformações e

mudanças, por exigência social, ocorridas no perfil do profissional bibliotecário.

Quase sempre as discussões sobre as funções de um profissional acontecem próximas de um fato relevante: um novo século; uma guerra; grandes alterações econômicas; revoluções etc. Nesses momentos a sociedade como um todo é colocada em xeque e todas as áreas, não apenas as profissionais, são obrigadas a, no mínimo, se questionarem sobre a sua presença, função e importância no novo contexto.

A Biblioteconomia passou por períodos em que a discussão sobre a sua atuação foi aprofundada. Em sua história recente, acredito que o surgimento da Biblioteca Pública como hoje a entendemos, por volta de 1850, foi um desses marcos. Fruto da ampliação das idéias da Revolução Francesa e das necessidades impostas pela Revolução Industrial, a educação passa a ser considerada como uma das mais importantes reivindicações tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra em meados do século XIX. No bojo da reivindicação por acesso à educação, acompanha a idéia de bibliotecas mantidas integralmente pelo Estado e voltadas para toda a sociedade, ou seja, as bibliotecas públicas. Logo em seguida, no último quartel daquele século, uma série de propostas são apresentadas com o intuito de, acredito, fazer frente às exigências desse novo tipo de biblioteca. A primeira edição da CDD; as regras para o Catálogo Dicionário; o arranjo relativo das estantes; criação da ALA – American Library Association e, o que considero principal, a proposta para o estabelecimento de um serviço voltado exclusivamente para o atendimento do usuário, o Serviço de Referência. A relação do surgimento da biblioteca pública e, logo em seguida, do Serviço de Referência, parece-me incontestável, porquanto o último é proposto como forma de sanar a falta de preocupação com o usuário, ou seja, com aquele que de fato faz uso da informação em potencial presente nos espaços da biblioteca. Até então, o usuário não era motivo de preocupação específica, o que nos leva a considerar e entender a biblioteca, até então, como mais voltada para a preservação do que para a disseminação. As reivindicações

da população, em especial a de acesso à educação, exigem uma mudança da biblioteca e, por sua vez, do perfil dos que nela atuam. Os bibliotecários atendem essas reivindicações, adaptando-se às necessidades informacionais da sociedade. Esse atendimento fica claramente explicitado a partir das mudanças ocorridas logo após o surgimento da Biblioteca Pública, como exposto acima.

A mudança, qualquer que seja ela, não é consensual, nem tão simples como dá a entender o parágrafo anterior. É bem possível que as alterações não só no perfil do profissional como nas características das bibliotecas, não foram tão profundas como desejadas, ansiadas e demandadas pela sociedade. Acredito que as mudanças ocorridas nas bibliotecas nesse período ativeram-se ao mínimo imprescindível para atender aos reclamos da sociedade. Cada mudança, cada alteração não ocorreu sem que antes houvesse longos embates entre os teóricos, estudiosos e pesquisadores da época. Essas posturas diferenciadas entre os que atuavam na área podem ser conhecidas mais profundamente através do texto de Susana Müeller e, dentro de uma análise diferente, no de Maria Cecília Diniz Nogueira.

Dois grandes funções da Biblioteca Pública, mantidas até os dias de hoje, surgem no início do século: a função cultural e a função recreacional (ou de lazer). Elas se integram à função educacional que é atribuída à biblioteca pública desde seu início. O que interessa aqui é o fato de terem sido elas assumidas como funções da biblioteca pública, obviamente fruto de discussões, debates e reflexões anteriores, no início de um novo século, neste caso, o século XX. Foi ele, o começo do século XX, marco para as discussões sobre a atuação do profissional. As concepções, tanto de cultura como de lazer, no entanto, não são consensuais entre os pesquisadores da área como também não representam ou não atendem às necessidades da população. Um exemplo, também resgatado por Susana Müeller, é a discussão sobre a leitura “perniciosa”, leitura essa que, a exemplo da água estragada, não deve ser distribuída para a população. A determinação do que é ou não leitura pernicioso deve ficar a cargo dele e ser de responsabilidade do bibliote-

cário que atua em cada uma das bibliotecas públicas. A responsabilidade também se aplica na integração ou não, no acervo, de livros considerados populares, cuja leitura em nada contribuiria para a formação de cidadãos sadios moralmente. Entre as atribuições do bibliotecário está, até hoje, a formação do acervo e, dentro desta, a determinação do que deve ou não fazer parte do universo disponível para leitura e de informações acessíveis para uma determinada comunidade. A globalização e as tecnologias da informação disponíveis hoje quebram a idéia de um acervo restrito a quatro paredes, mas, mesmo assim, não diminuem a responsabilidade do bibliotecário na relação fontes e necessidade de informação.

Todo o trabalho do bibliotecário, quer no preparo técnico quer na mediação, tem uma interferência impossível (e, creio, indesejável) de ser eliminada. É recorrente e hegemônica na literatura da área da biblioteconomia a idéia de que nossa atuação e as ferramentas que utilizamos são neutras e imparciais. Essa neutralidade permite o emprego de instrumentos de análise técnica, de instrumentos de disseminação e de recuperação da informação, em qualquer tipo de unidade de informação. Qualquer que seja o espaço de atuação do profissional bibliotecário, as ferramentas e instrumentos de que dispõe para lidar com a informação podem ser empregados sem uma adequada adaptação, posto que são eles, ferramentas e instrumentos neutros e imparciais. Não é preciso, dessa forma, conhecer e estudar as necessidades informacionais da comunidade a ser atendida, pois a neutralidade dos códigos, tabelas, metodologias etc., permitem o emprego deles de maneira independente, sem vínculos com os interesses dos usuários. No mesmo sentido, as atribuições do profissional bibliotecário não estão atreladas às mudanças e transformações sociais. Podem-se analisar os problemas das bibliotecas e determinar propostas de solução, atendo-se apenas a pontos detectados dentro da própria biblioteca, sem necessidade de estudar o entorno, sem necessidade de conhecer os problemas da comunidade a quem a biblioteca deve atender, sem necessidade de analisar aquele determinado problema no âmbito da sociedade como um todo.

Outros momentos em que, por força de um fato, a profissão bibliotecária passou por questionamentos, poderiam ser levantados, mas, talvez, o interesse maior aqui seja por mais três deles: – final dos anos 60 e início dos 70; – após a revolução sandinista e – neste final do século.

No final dos anos 60, em especial nos Estados Unidos, a biblioteconomia vive um momento de discussão interna. Aliada ao questionamento da profissão, promovido pelos próprios bibliotecários, a área cultural convive com a redução da verba pública que a mantém e com a luta dos vários equipamentos culturais por maior interferência na divisão desses, agora, poucos recursos. Cada segmento cultural procura mostrar sua importância social, seu significativo e imprescindível espaço na formação cultural do cidadão. Essa luta, evidentemente, trouxe problemas para as bibliotecas quanto à exposição de sua importância no cenário cultural da sociedade americana.

A cópia de um serviço prestado na Inglaterra, iniciado logo após a II Grande Guerra Mundial, acabou se constituindo como a forma encontrada pelas bibliotecas para mostrar a sua importância social. A biblioteca chega à conclusão, nessa época, a partir dos questionamentos e das exigências provenientes da necessidade de se comparar a outros equipamentos culturais na luta por maiores verbas, de que os serviços oferecidos até então não mais correspondiam aos anseios da sociedade. Foram importantes, visto que atendiam às demandas da população, mas, naquele momento, dependiam de alterações para acompanhar as mudanças que ocorriam em vários aspectos da sociedade.

A implantação dos serviços referenciais – convém enfatizar que aliada aos questionamentos e discussões sobre a importância social da profissão bibliotecária – acaba redundando, também, na assimilação, por parte da biblioteca pública, de uma nova função: a informacional. Essa função acarretará grandes mudanças na atuação e na própria concepção desse tipo de biblioteca.

As discussões internas podem ser vistas como fator importante na concretização de uma nova concepção de biblioteca pú-

blica, mas é preciso que se atente para a existência de uma exigência externa aos muros da biblioteca e que pedia um posicionamento dos profissionais sob pena de inviabilizar a própria sobrevivência da instituição biblioteca e do profissional bibliotecário ou, ao menos, de evidenciar, a partir do repasse de pequenas e, proporcionalmente em relação aos outros equipamentos, menores verbas, um possível papel menor, um possível papel secundário da área no espaço cultural da sociedade.

A idéia da função informacional, não apenas no âmbito da biblioteca pública, atendendo a uma necessidade da área biblioteconômica em se firmar como um espaço de produção será debatida mais adiante; no entanto, vale a pena ressaltar não só a inclusão da informação entre os interesses da atuação do bibliotecário como, mais ainda, a sua transformação no próprio objeto da área. A informação é hoje entendida como o paradigma da Biblioteconomia e da própria Ciência da Informação. Os estudos norteados pela informação e a assimilação desta como base para a implantação de serviços nas unidades de informação, determinaram a mudança do caráter de preservação presente na área até há bem pouco tempo. A disseminação passa a ser priorizada, transformando e remodelando a biblioteconomia. Ora, se o próprio objeto da área foi alterado, por que o nome do profissional deve ser mantido?

Um outro momento – que não precisa ser necessariamente delimitado através de um marco, de uma data – precisa ser abordado. Em vários momentos deste século as revoluções – e as contra-revoluções – eclodiram, determinando mudanças compulsórias. Muitas dessas revoluções envolveram e contaram com a participação de uma grande parte da população da região em que se consumaram. Em outros casos as revoluções se fizeram sem a participação ou mesmo à revelia dela. O que nos importa diretamente neste momento é como as bibliotecas se envolveram ou como foram afetadas pelas revoluções.

No Brasil, nossa experiência mais recente com o autoritarismo foi a ditadura militar que, iniciada a partir de uma contra-

revolução em 1964, vigorou por mais de 20 anos. Lógico que estou falando do autoritarismo político, do autoritarismo explícito, de um regime político que não permitia pensamentos contrários, que usou todas as armas e formas possíveis e disponíveis para calar, para emudecer posições contrárias às pregadas por ele, manifestadas sob qualquer tipo de suporte. Estou falando do autoritarismo político, posto que o autoritarismo social, camuflado e escamoteado, permaneceu e permanece mesmo após a declarada morte da ditadura militar.

No período negro para a cultura brasileira (apenas para lembrar, não estou falando sobre o período do governo Collor de Melo), em que as manifestações coletivas eram proibidas por serem consideradas sempre de caráter político (é bem verdade que os militares tinham razão, na medida em que toda manifestação coletiva tem, sempre, um aspecto político – principalmente as que se identificam como culturais, já que esse aspecto não é explicitado formalmente), poucos relatos temos da atuação e da posição das bibliotecas, dos bibliotecários ou das entidades que representavam tanto aquelas como estes. Sabemos de casos isolados, individuais, em especial de bibliotecários que atuavam em entidades não vinculadas diretamente à área da Biblioteconomia. Sabemos também de posições contrárias à censura dos livros e, em poucos casos, de defesa da livre circulação de informações, obviamente não aceita, não acatada pelo governo ditatorial. No entanto, a maioria dos profissionais bibliotecários deixou-se sujeitar pelas imposições, pelas absurdas determinações dos governantes. Sujeitar-se foi a posição assumida pela maior parte da população brasileira, independente de formação, de classe social, de profissão. O maior problema talvez tenha ocorrido não no sujeitar-se, mas na reprodução da ideologia veiculada pelo regime militar e, nesse caso, muitos bibliotecários podem ser enquadrados, embora com um agravante: não reproduziram por identificação com a ideologia transmitida, mas por medo das conseqüências que poderiam advir de uma posição que poderia ser entendida pelo governo militar como simpatizante das idéias subversivas.

As bibliotecas foram espaços de reprodução das idéias pregadas e disseminadas pelo regime popular. Não foram, salvo poucas exceções, um local de mudança, um local de transformação, idéia que o discurso do bibliotecário sempre apregou e que na prática traduziu-se no seu oposto.

A posição reprodutora da biblioteca não ocorreu de maneira premeditada ou por afinidade, por defesa das idéias veiculadas. Na maioria dos casos a posição dos bibliotecários foi fruto das concepções básicas sobre a biblioteca, sua função social e sua importância para a população. Considerando suas ferramentas e instrumentos como neutros, os profissionais se consideram como neutros e, assim, imunes dos acontecimentos sociais.

Um exemplo de que a biblioteconomia se mantém agarrada a seus instrumentos e ferramentas e entendendo que eles são neutros e imparciais pode ser encontrado no texto de Depallens. Abordando as mudanças sociais ocorridas após a revolução sandinista na Nicarágua, o autor apresenta as transformações não só na concepção como também na atuação de aspectos e segmentos do cotidiano da população daquele país. Como se encontrava a educação antes da revolução e o que aconteceu com ela após a tomada do poder pelos revolucionários. O mesmo o autor procura retratar a respeito da saúde, moradia, etc.

Vinculado ao trabalho em bibliotecas, o autor também procurou entender e apresentar a situação destas no período pré e pós-revolução. Suas conclusões podem parecer em um primeiro momento, dissociadas da realidade ou do modo como acreditamos ser a biblioteca entendida pela sociedade, ou melhor, do modo como gostaríamos que a sociedade entendesse a biblioteca; no entanto, uma situação revolucionária, como uma situação atípica que é, desnuda e deixa transparecer a imagem que a população, pelo menos do local em que a revolução ocorre, tem da instituição biblioteca e dos profissionais bibliotecários. Depallens afirma que, diferentemente de outros aspectos como a educação, saúde, moradia, vestuário etc., a biblioteca permaneceu a mesma após a revolução. Enfatizando: antes da revolução a biblioteca – a pública em espe-

cial – trabalhava sob um ideário; sob um entendimento da importância do seu “fazer” para a sociedade; embasada em uma concepção de informação e em parâmetros que determinam quais os produtos e serviços que devem ser oferecidos à população. Após a revolução sandinista a biblioteca continuou a mesma, continuou estruturada nos mesmos alicerces que a sedimentavam no período do governo Somoza.

Um momento revolucionário determina e exige uma reflexão das posturas profissionais e sua importância para a transição política, econômica, social e cultural. O período que se sucede a uma situação de mudança, em especial como a causada por uma revolução, impele os profissionais a nortear suas discussões e debates para a maneira como atuarão objetivando acompanhar as transformações sociais, desde que, é claro, aquela determinada profissão entenda a si própria como objeto e sujeito da história. No caso específico da biblioteconomia na Nicarágua, o que se depreende é a existência de uma área e de uma profissão que não se vêem obrigadas nem vinculadas à sociedade. Entendem-se tanto a área como a profissão, isoladas, independentes, desvinculadas da sociedade e dos acontecimentos; acreditam que por lidarem com a cultura estão acima das intempéries mundanas, que por lidarem com a informação – e ser esta subjetiva – estão pairando em algum plano superior, deslocados, desconectados e, o que é pior, descompromissados em relação aos triviais problemas do homem.

O último momento que gostaria de abordar aqui é o final deste século. Acompanhando previsões catastróficas que insistem em determinar o ano de 2000 (ou alguma data próxima a ele) como o marco predestinado para o fim dos tempos, muitas reflexões retomam temas que ficam relegados por longos períodos. Coincidindo com uma “crise das profissões”, a biblioteconomia (e, obviamente, o profissional bibliotecário), de forma não muito consciente por grande parte daqueles que a estudam, passa a ser objeto de discussão. Talvez o termo mais adequado seja “passou a ser objeto de discussão”, pois, já vivendo o ano 2000 e passada a euforia e as comemorações por ainda estarmos vivos, parece

que os debates e as reflexões sobre o bibliotecário estão arrefecendo e retornando a ocupar espaço entre os temas adormecidos. Seguindo os outros momentos em que esse tipo de discussão emerge, o final deste século também está corroborando a idéia de que os marcos para os questionamentos passam e deixam apenas uma pequena contribuição, uma vez que aqueles que compõem a área não desejam grandes mudanças no seu próprio perfil profissional – o que, caso ocorresse, necessariamente exigiria mudanças e transformações no fazer profissional, na prática, na ação e na concepção da área.

As reflexões sobre o bibliotecário, sobre o fazer bibliotecário e sobre a biblioteconomia registraram textos que, na maioria das vezes, analisava-o como um profissional da informação. Em alguns casos esse termo passava a designar o bibliotecário. Utilizou-se, também com frequência, o termo moderno profissional da informação. Gostaria de, em relação às idéias veiculadas por esses textos, abordar dois aspectos.

Em primeiro lugar, a idéia de profissional da informação não é específica nem prerrogativa do bibliotecário, ao contrário, identifica ela uma gama de profissionais que lidam com a informação em seus vários aspectos, abordagens, suportes e momentos. Muitos são os profissionais que lidam com a informação e uma concepção genérica, abrangente e aglutinadora – embora a mim pareça bastante atrativa – depende da eliminação de “carreiras” isoladas e segmentadas, a participação nas discussões de todas as outras áreas e o fim das idéias corporativas. Para isso, evidentemente, é necessário o fim da reserva de mercado e a mudança total da estrutura profissional brasileira. Se estamos vivendo uma época de crise das profissões, nada mais lógico do que aproveitarmos esse espaço para discutirmos propostas que apresentem transformações radicais na organização da política profissional brasileira.

Um segundo aspecto presente na idéia do profissional da informação é a tendência por uma dicotomia entre o “antigo” e o “moderno” bibliotecário. Isso normalmente acontece quando o profissional da informação é identificado exclusivamente como o

bibliotecário. Mais: o antigo e o moderno são excludentes, um inviabilizando a existência do outro. Em suma: ou você é bibliotecário ou profissional da informação. Além disso, parece que a idéia é considerar o profissional que atua em bibliotecas escolares e bibliotecas públicas como o *bibliotecário*, ou seja, ultrapassado, antigo, que demanda uma formação mais simples e que possui uma função social equivalente à que possui o espaço ao qual a biblioteca está vinculada, isto é, a educação e a cultura. Por outro lado (e antagonicamente), o profissional da informação é o que atua nas bibliotecas especializadas, nos centros de informação, nas empresas, nos órgãos de pesquisa. Esse profissional é identificado com o “moderno”, com as novas tecnologias, com aquele que precisa de uma formação mais complexa e cuja função social está relacionada a setores produtivos, evidentemente muito mais importantes dentro de um sistema capitalista.

Essa dicotomia pretende, aparentemente, dividir a profissão bibliotecária em dois grandes segmentos, proposta que é contrária ao conceito mais abrangente em termos de área presente na concepção do profissional da informação. Em épocas em que o mercado pede, além da especialização, um conhecimento globalizado, é um contra-senso designar de “moderna” uma proposta que propõe um aprofundamento da especialização. Ou, quem sabe, por acharmos que a ação e a importância do bibliotecário que atua em bibliotecas escolares e públicas são secundárias e inferiores em relação a outras profissões, estamos propondo nos descartarmos dele.

A tipologia de bibliotecas apresentada no parágrafo anterior já não representa a realidade dos espaços informacionais. Defendo – e apresento esta idéia até mesmo como forma de contestar as propostas que sustentam uma ruptura da área da biblioteconomia em dois grandes segmentos – que as unidades de informação, de maneira genérica, dividem-se em dois grandes tipos, embora não excludentes: as que *fornecem* a informação e as que *orientam* para que se obtenha a informação. A concepção básica dessa proposta está centrada na atuação, na ação, de forma diferente das anterio-

res que se voltavam para o espaço como maneira de diferenciar as unidades de informação. Em sendo a ação do profissional o ponto diferenciador, pouco importa o local onde ela ocorra. A biblioteca pública, por exemplo, dependendo do usuário atendido, pode tanto se identificar com o espaço que fornece informação como com o que orienta o usuário na obtenção da informação que irá satisfazer uma determinada necessidade. A distinção dá-se no âmbito da mediação.

A dicotomia presente na concepção do profissional da informação veiculada pelos textos da área parece retratar uma situação que, no meu entendimento, marcou historicamente a área e determinou caminhos ainda não totalmente claros em relação ao seu destino. Da mesma forma, tal situação ainda não permite traçar claramente o perfil do profissional contemporâneo. Qual seria essa situação?

A biblioteconomia sempre foi alocada nos espaços sociais que atuam com o “espírito” do homem ou no âmbito do “espírito” do homem. Vale lembrar o Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas, onde essa “condição” das bibliotecas está claramente explicitada. Às bibliotecas públicas cumpre, a partir dessa visão, o papel principal de atender aos estudantes – que corresponde a quase 90% dos seus usuários – e incentivar o gosto pela leitura. Os serviços prestados por essa instituição giram em torno dessas funções. A leitura, bem como o saber, o conhecimento, são alimentos do espírito. Por sua vez, as bibliotecas escolares devem apoiar, como suportes que são, as atividades didático-pedagógicas, servindo como auxílio a programas educacionais. Os textos que buscam caracterizar essas bibliotecas quase sempre as apresentam como desempenhadoras de funções relacionadas ao apoio didático e ao incentivo do gosto pela leitura. O mesmo se dá em relação às bibliotecas infantis ou infanto-juvenis que, por atender a um público de faixa etária entre 0 e, aproximadamente, 15 anos, também deve equilibrar sua atuação entre o apoio às pesquisas solicitadas pela escola e a promoção de ações voltadas para o incentivo da leitura. Neste último caso, devem ser

incluídas ações que lidam e trabalham com atividades culturais e artísticas, utilizando-as, dentro de uma concepção de animação cultural, como forma de levar os usuários para a leitura.

As atividades dos bibliotecários estavam voltadas, dentro dessa visão, para a cultura, para a educação, para o saber, para o conhecimento e têm características que permitiram incluí-los como segmentos direcionados para atender necessidades no âmbito do “espírito” do homem.

As “coisas do espírito” foram, erradamente, entendidas como opostas, como contrárias às atividades vinculadas à produção. Em um sistema capitalista, obviamente são consideradas de mais valor as atividades relacionadas à produção, relegando-se a um segundo plano aquelas norteadas para o espírito.

Na divisão social do trabalho, ao homem coube as tarefas e trabalhos estritamente relacionadas à produção. Por seu lado, à mulher foram atribuídos, tacitamente, os espaços onde imperavam as atividades humanas em que sobressaíam aspectos afetivos, sentimentais, desvinculados da razão, do “corpo”. A mulher assumiu funções ligadas ao relacionamento familiar, à educação dos filhos e, quando fora desse ambiente, funções ligadas à cultura, à assistência social, à formação, etc. As atividades do homem estavam ligadas à produção e, no âmbito familiar, às formas de manter fisicamente aquele pequeno núcleo, englobando a alimentação, o vestuário, a moradia, a saúde etc. O sustento físico passou a ser a responsabilidade do homem e o equilíbrio afetivo, a da mulher.

Muito provavelmente, o fato de a mulher assumir as “coisas do espírito” – e a biblioteconomia ser identificada como uma dessas coisas – fez com que a mulher assumisse o trabalho das e nas bibliotecas. Desse trabalho o homem se afastou por não considerá-lo como função a ele destinada.

As coisas do espírito, quando é a produção que se reveste de importância, são consideradas e entendidas como secundárias e as profissões a elas ligadas são vistas pela sociedade como de baixo *status*, de baixo conceito. A profissão bibliotecária, reconhecida disponibilizada para atender às necessidades espirituais do ser

humano e exercida quase que exclusivamente pelas mulheres, viu historicamente a imagem que possuía perante a sociedade acompanhar o declínio que acometia várias profissões.

Mudar a imagem da profissão exigia a transposição da biblioteconomia de uma área que atendia apenas aspectos espirituais do homem para uma profissão que transitava no espaço da produção. A informação, objeto de estudo e trabalho da área deve passar de algo subjetivo para transformar-se em mercadoria. E é exatamente isso o que acontece. Os aspectos concretos da informação são facilmente vislumbrados (ou assim se acredita) quando o armazenamento, o tratamento, a recuperação e a disseminação se realizam dentro de um aparato tecnológico. Inserir no discurso bibliotecário o jargão das novas tecnologias traduz não só uma necessidade de apropriação de ferramentas que contribuem para a efetivação dos objetivos da área (idéia que defendo), mas também, e infelizmente, como uma forma de aparentar uma modernidade que inclua a biblioteconomia no rol de áreas e profissões ligadas e identificadas com as demandas sociais da atualidade (idéia que, como já vimos, não se sustenta quando submetida a uma análise mais criteriosa e isenta de corporativismo).

Essa transposição parece ter dividido a biblioteconomia em duas grandes fatias: a antiga e a moderna. A antiga, como abordado anteriormente, é entendida como a fatia em que atua o bibliotecário, profissional obsoleto e que tem como função satisfazer necessidades espirituais do homem. Seu espaço de trabalho restringe-se às bibliotecas escolares, infantis, públicas e alternativas. A segunda fatia, a moderna, é o ambiente do profissional da informação, totalmente desvinculado (e de preferência oposto) do bibliotecário. A esse novo e “moderno” (adjetivo empregado provavelmente para enfatizar essa sua atual condição) profissional cabe a responsabilidade pelo trabalho relacionado à informação, mas aquela que se refere apenas à ciência e à tecnologia, pois são estas mais objetivas e concretas. Para o trabalho com esse tipo de informação é imprescindível e necessário o emprego de tecnologias sofisticadas; o acesso deve ser realizado quase que exclusivamen-

te à distância e mediante via rede eletrônica; a virtualidade (não da informação, porquanto parece ser ela entendida como concreta, por ser mercadoria) está sendo considerada como sinônimo de qualidade e de quantidade; a função do profissional da informação é tão somente enaltecer os aspectos positivos da globalização. Esse novo e moderno profissional precisa de uma formação, a exemplo das tecnologias que utiliza, também sofisticada e complexa. Os aspectos humanistas evidentemente não podem estar presentes na grade curricular. Deve-se, e isto é importante, privilegiar a prática, o fazer do profissional da informação.

Ninguém pode ser contrário à idéia de apropriação das teorias e idéias provenientes de outras áreas sob pena de negar a interdisciplinaridade da biblioteconomia. Esta área precisa e é dependente das contribuições de outras áreas. O conhecimento humano é único, sendo segmentado para que possa ser melhor estudado e compreendido. Cada área é dependente das outras. A grande contribuição da globalização (infelizmente corre o risco de ser a única) é, no meu entender, a afirmação do caráter único do conhecimento humano, embora esse conceito esteja sendo usado para validar idéias imperialistas e dominadoras – utilizando o mercado, o consumo, etc., para se expandir e consolidar. A relação entre as áreas, dessa forma, é não só importante como imprescindível. O que estamos fazendo, no entanto, parece ser a exclusão de uma fatia da biblioteconomia da possibilidade de fazer uso de contribuições de outras áreas. Difunde-se a idéia, de maneira não explícita, de que o emprego das novas tecnologias é exclusivo dos espaços onde atua o profissional da informação e não daqueles onde atua o bibliotecário.

O que precisamos, na verdade, é eliminar a dicotomia que parece estar se instalando nos estudos, nas discussões, nos debates e nos questionamentos sobre o profissional bibliotecário.

Acho que o novo perfil do bibliotecário está para ser construído. Talvez ele já exista, o que é mais certo, e não conseguimos, ainda, desvelá-lo inteiramente. É possível afirmar, no entanto, que esse profissional precisa de um nome que traduza, de fato, as ati-

vidades, as funções e a sua importância social na atualidade; que esse profissional não descarte e recuse seu passado; que esse profissional reconheça que atua em uma área que não é isolada e que deve acompanhar, como sujeito e objeto, as transformações sociais. Este último item exige um perfil em constante mudança, nos obrigando – a nós que estamos envolvidos de uma ou outra forma com a área – a um questionamento e a uma reflexão que vise a procura de uma ótima adequação entre a função da profissão e as necessidades informacionais da sociedade.

ANEXO

NOVO NOME PARA O BIBLIOTECÁRIO

Compilei algumas propostas que se pretendem mais adequadas para designar o perfil mais atual do profissional bibliotecário. Essas propostas foram retiradas de textos da literatura da área, de palestras a que tive a oportunidade de assistir ou que me foram relatadas por amigos e de indicações de colegas e alunos.

Administrador da Informação

Administrador do Conhecimento

Administrador dos Recursos Informacionais

Agente da Informação

Agente do Conhecimento

Agoracientista

Agoratecário

Analista da Informação

Analista da Literatura

Analista do Conhecimento

Arquiteto da Informação

Arquiteto do Conhecimento

Bibliocientista

Bibliodocumentafólogo

Bibliodocumentalista
Bibliofólogo
Biblioinformatólogo
Bibliotecário
Biblioteconomista
Biblioteconômico
Bibliotefólogo
Ciberonauta
Ciberotecário
Cibertecário
Cientista da Documentação
Cientista da Informação
Cientista da Literartura
Cientista do Conhecimento
Cientólogo
Cientotecário
Conselheiro da Informação
Conselheiro do Conhecimento
Coordenador de Informação
Criptólogo
Designer da Informação
Designer do Conhecimento
Documentador
Documentafólogo
Documentalista
Documentarista
Documentocientista
Documentólogo
Engenheiro da Informação
Engenheiro do Conhecimento
Especialista da Informação
Especialista do Conhecimento
Especialista em Documentação
Gerenciador da Informação
Gerenciador do Conhecimento

Gerente da Informação
Gestor da Informação
Gestor do Conhecimento
Infonavegador
Infobibliotecário
Infocibernauta
Infocientista
Infocientólogo
Infodocumentalista
Infodocumentólogo
Infomediário
Infonauta
Informacientista
Informatista
Informatólogo
Infotecnólogo
Infotecário
Infotradutor
Intermediário da Informação
Intermediário do Conhecimento
Interprete da Informação
Mediador da Informação
Mediador do Conhecimento
Mediatecário
Mediatólogo
Multiinfomediário
Multimediário
Profissional da Informação
Profissional do Conhecimento
Técnico em Informação e Documentação
Tecno-cientista da Informação
Tecno-cientista do Conhecimento
Tecnólogo da Informação
Tecnólogo do Conhecimento

Referências bibliográficas

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Biblioteca pública: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário*. São Paulo: APB, 1995. 10p. (Ensaios APB, 15).
- _____. *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- _____. Mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.18, n.1/2, p.62-77, jan/jun. 1985.
- DEPALLENS, Jacques. La bibliotecologia necesita de una revolución cultural. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*, Medellín, v.10, n.1, p.7-14, ene./jun. 1987.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Serviço de informação para a comunidade como um instrumento de democratização da biblioteca pública brasileira. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.18, n.3/4, p.7-19, jul./dez. 1985.
- MANIFESTO da UNESCO sobre bibliotecas públicas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.7, n.4/6, p.158-62, abr./jun. 1976.
- MÜLLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação da função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.
- NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.15, n.2, p.222-248, set. 1986.

O Profissional da Informação sob o prisma de sua formação

José Augusto Chaves Guimarães

1 Profissional da informação: alguns elementos contextuais

No decorrer da última década, muito se tem escrito a respeito do profissional da informação, refletindo a ebulição de um tempo em constante mudança, em que aspectos conjunturais têm influenciado de maneira decisiva a própria gênese desse profissional.

Nesse contexto, alguns aspectos merecem destaque. Em uma primeira vertente, tem-se o fenômeno da globalização que derruba – às vezes de forma gradual e equilibrada, mas às vezes de forma abrupta e descontrolada – barreiras espaciais, domínios tecnológicos e saberes e fazeres de longa data sedimentadas, trazendo à tona aspectos bastantes complexos como a questão da competitividade.

Por outro lado, o papel de destaque assumido pelas tecnologias no processo de organização e transmissão do conhecimento tem levado a sociedade (que se supõe seja igualmente do conhecimento) a adaptar-se a novas formas de acesso, tratamento e uso da informação, permitindo – literal e metaforicamente – novas leituras da realidade.

Mais ou menos como decorrência desse contexto, o usuário passa a assumir uma dimensão de consumidor, mais cômico de seus direitos e com mais clareza daquilo que pode esperar do sistema.

Aspectos outros como a crescente inter – e trans – disciplinaridade nos espaços de geração, organização e disponibilização

do conhecimento; a existência de fronteiras menos rígidas entre tradicionais *saberes* e *fazer*es profissionais, e a dualidade de um mundo extremamente heterogêneo de integrações X *gaps* devem ainda ser considerados.

Isso leva a um repensar do perfil do profissional a quem caberá atuar nesse contexto e, como decorrência, de como propiciar a formação do mesmo.

Uma primeira incursão na abundante literatura a respeito leva a caracterizações de profissionais como *intérprete de cenários da informação*, *vendedor de serviços de informação*, *empacotador da informação*, *administrador da informação*, *provedor e facilitador da transferência da informação*, *tomador de decisões*, *ponte informacional*, *processador da informação* e tantas outras, refletindo concepções de gerência, de agregação de valor, de geração de um novo produto, e de organização e socialização do conhecimento.

Em suma, duas questões se colocam: quem é esse profissional para dar conta de tal realidade e, principalmente, como chegar até ele em uma dimensão educativa?

Respondendo à primeira pergunta, autores como Mason (1990), Ponjuán Dante (1993), Smit (1993, 1994 e 1997), Welch (1994), Zitara (1994), Valentim (1995), Marchiori (1996) e Guimarães (1997), dentre outros, trouxeram importantes subsídios ao delineamento da questão. Desse modo, procurarei centrar minha reflexão na segunda pergunta, relativa aos desafios e perspectivas para a formação desse profissional.

2 A formação do profissional da informação: um desafio em quatro dimensões

Abordar a formação do profissional da informação parece, de início, um lançar-se em algo tão abarcativo quanto possível, sob o risco de um verdadeiro vôo *kamikaze*. Desse modo, prefiro centrar-me em um contexto de profissional da informação a partir

de duas áreas profissionais (dentre as tantas apontadas por Mason, 1990 por ex.), com afinidades temáticas e similitude de trajetórias históricas que, nessa nova ordem mundial, viram-se em um repentino *turning point*: a Arquivologia e a Biblioteconomia.

Integrando o rol das chamadas Três Marias, em feliz e elucidativa metáfora proposta por Johanna Smit (Smit, 1993), as referidas áreas tiveram seu fazer histórica e tradicionalmente norteado por questões ligadas ao Poder Público (o grande empregador), em atividades geralmente de suporte ao bom andamento da Administração Pública (em todo seu rigor e em toda sua burocracia), em constantes duelos teóricos entre a formação humanista e a técnica, e com uma imagem profissional ainda não muito clara no âmbito da sociedade (e mesmo assim – ou talvez por isso – muitas vezes embrenhadas em curiosas discussões de caráter corporativo). Chegados os anos 90 com suas especificidades, um repensar se impõe de modo a que tanto a Arquivologia como a Biblioteconomia possam aventar alternativas que lhes abram caminho rumo a sua adequação à nova ordem mundial.

A idéia de emprego (colocação fixa, sólida e estável) passa a dar lugar à de *empregabilidade* (em que se une a concepção de atividade profissional, mutante e diversificada, à de competitividade profissional, centrada no elemento humano e em seu grau de adaptabilidade a uma realidade heterogênea, complexa e em constante transformação). Se antes a ênfase estava nos rígidos e canônicos padrões técnicos de uma sólida formação, hoje a ênfase se traslada para a qualidade dos serviços e produtos profissionais, e o até então movimento associativo fiscalizador pautado pela intervenção estatal herdada do corporativismo getulista cede lugar a uma congregação profissional mais voltada para a qualidade e a atualização.

Se muda o contexto e o profissional, ilusório seria pensar na imutabilidade dos padrões de formação deste último. Assim, quatro dimensões – complementares e interdependentes – vejo como fundamentais ao processo formativo do profissional da informação na atualidade: a profissional, a cidadã, a investigativa e a comunicativa.

Em uma dimensão profissional, creio ser importante destacar os aspectos relativos às especificidades de conteúdo que caracterizam as áreas de Arquivologia e Biblioteconomia, partindo de seus pontos comuns – relativos à realidade informativa pautada em suportes documentais e no papel de organização e disponibilização (ou transferência) de informação para geração de conhecimento – para chegar àqueles que as caracterizam como realidades distintas (complementares, eu diria) de um mesmo universo, como a diversidade de princípios norteadores (da proveniência e organicidade arquivísticas à especificidade ao uso biblioteconômicos) e de metodologias e técnicas aplicadas (veja-se, por exemplo, a diversidade conceitual para os termos classificação, descrição e arranjo nas duas áreas).

Igualmente nesse contexto vejo importante a inserção de elementos relativos à atuação profissional integrada que se concretiza pelo movimento associativo (fruto, como o nome já diz, de um *associar-se*, de um compartilhamento que resgate a dimensão do coletivo da profissão).

A dimensão cidadã, por sua vez, refere-se a uma formação comprometida com o contexto social em que o profissional se insere, visando *prioritariamente a elevar a qualidade de vida dos indivíduos e dos grupos com os quais interagimos* (Santos, 1996, p.13).

Em profissões cujo imaginário popular tradicionalmente associa às *moças de boa família, protegidas por grossos óculos e robustas estantes em louvável e assistencialista atitude de disponibilizar a cultura aos leitores*, trabalhar uma dimensão cidadã na formação profissional consiste em propiciar ao educando espaços de inserção e de atuação na sociedade (os estágios e as atividades de extensão universitária oferecem excelentes perspectivas nesse sentido) de modo a não apenas adquirir um melhor conhecimento acerca da mesma, como também poder oferecer sua contribuição. Uma formação cidadã pressupõe a discussão de direitos e deveres, de realidades sociais diversas e, principalmente de uma postura da universidade como elemento interagente de um

dado contexto social (e não mero Olimpo gerador e transmissor de conhecimento).

Aspecto fundamental a uma formação profissional – que se supõe seja de qualidade – a dimensão investigativa, sobre que já pude discorrer anteriormente (Guimarães, 1997), constitui-se o compromisso da universidade com uma postura de reflexão visando à geração de conhecimentos (teorias, metodologias, aplicações, etc) novos, pois o avanço e o reconhecimento profissional em uma dada sociedade se dá *pari passu* ao avanço científico da mesma. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que a dimensão profissional só encontra sua plenitude de conteúdo pela vivência da dimensão investigativa, sem o que deixa de ser formação para ser reprodução de conhecimentos.

A dimensão comunicativa, por sua vez, encontra fulcro no fundamental papel mediador a ser desempenhado pelo profissional da informação, mormente em um contexto de diversidade de conteúdos e suportes informativos bem como de heterogeneidade de clientela e de demandas. A essa dimensão comunicativa associa-se, naturalmente, a missão educativa do profissional da informação (guardando estreitas relações com as dimensões cidadã e investigativa), seja no âmbito da promoção do acesso à informação (disponibilizando e divulgando mananciais informativos como direitos do cidadão), seja no incentivo à geração do conhecimento (atuando como apoio à atividade de pesquisa).

3 A formação do profissional da informação: o exemplo de uma trajetória integrada em Biblioteconomia no Brasil e no Mercosul

A preocupação brasileira, em termos institucionalizados, no tocante à formação do profissional na área de Biblioteconomia, ganhou efetivo vulto a partir da criação da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), em

1967, voltada para a discussão dos rumos do ensino de Biblioteconomia no país.

Desse modo, no decorrer de toda a década de 70, a ABEBD promoveu eventos visando a rediscutir o então currículo mínimo (de 1962) de modo a melhor adequá-lo à realidade de um país em transformação. Assim, em 1982 veio à luz o novo currículo mínimo, cuja gênese estava na tentativa de ruptura com uma visão demasiado tecnicista (fruto de uma influência notadamente norte-americana das décadas de 30 a 60), bem como na assunção de algumas interdisciplinaridades que pudessem concorrer para uma formação ao mesmo tempo mais humanista e mais adequada às transformações tecnológicas que invariavelmente afetavam a área de informação na época.

Nesse contexto, empreitada de difícil monta constituiu-se a implantação de currículos plenos pelas quase trinta escolas do país, mormente em uma área de formação tradicionalmente técnica. Preocupada com a questão, a então presidente da ABEBD, Prof^a Cléa Dubeux Pimentel, promoveu, em Recife, o I Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Documentação, visando a propiciar à comunidade acadêmica da área, uma discussão das perspectivas e dificuldades de implantação do novo currículo. Para tanto, partiu-se da discussão das matérias nele preconizadas para, em seguida, abordar questões decorrentes e fundamentais como a prática pedagógica e a capacitação docente. Dentre as recomendações do evento, ressaltou-se o reconhecimento da necessidade de dar continuidade ao processo, com discussões mais aprofundadas nas *diferentes áreas temáticas do curso*.

Assim sendo, em 1989, já sob a presidência da Prof^a Lourdes Gregol Fagundes da Silva (UFRGS), a ABEBD promove o II Encontro, em Brasília, quando se pôde tratar mais de perto a questão das interdisciplinaridades de área, bem como criar os Grupos Regionais de Estudos Curriculares em Biblioteconomia (visando a realizar reuniões periódicas de estudo quanto a experiências e perspectivas de compatibilização curricular nas diferentes regiões) e os Seminários Nacionais de Avaliação Curricular (paralelamente

aos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação, para fomentar o debate, em nível nacional, do produto das discussões dos Grupos Regionais).

Todo esse trabalho levou à necessidade de ir além dos conteúdos curriculares para atingir questões mais de fundo, como a discussão das concepções curriculares e de elementos relativos ao delineamento de projetos político-pedagógicos para os diferentes cursos, aspecto que foi objeto do III ENEBCI (São Paulo, 1992). Como decorrência do evento, a ABEBD deu início a um projeto nacional auspiciado pelo CNPq denominado *Ensino de Biblioteconomia no Brasil: tendências e perspectivas curriculares* que permitiu a realização de reuniões nacionais para as distintas matérias do currículo mínimo, quando se pôde delinear propostas de *core curriculum* bem como recomendar alguns procedimentos pedagógicos. Tais estudos culminaram com a realização do IV ENEBCI (São Paulo, 1995) que, já sob a influência de uma literatura voltada para o Moderno Profissional da Informação (e mais notadamente os trabalhos de Glória Ponjuán Dante e do Grupo MIP/FID), permitiu o cotejo entre a questão dos conteúdos curriculares com os perfis dos profissionais almejados em uma realidade de mudança. Nessa época, registra-se a vivência de um processo de integração e de troca de experiências entre as trinta escolas do país, quando já se podiam vislumbrar objetivos pedagógicos comuns e especificidades em nível institucional e regional.

Mais ou menos no mesmo período iniciou-se a aproximação da ABEBD com os demais países latino-americanos, tendo-se como marco o III Seminário Nacional de Avaliação Curricular (Belo Horizonte, 1994), quando puderam ser travados maiores contatos com professores como Elsa Barber (Argentina), Mariano Maura (Porto Rico), Glória Ponjuán Dante (Cuba) e Octavio Castillo (Panamá), dentre outros.

Desse modo, em 1996 a ABEBD, sob a presidência da Prof.^a Jussara Pereira Santos (UFRGS) lavra dois importantes tentos: a participação no III Encuentro de Educadores e Investigadores en

Bibliotecologia Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe (San Juan – Porto Rico) bem como a promoção de um evento histórico: o I Encontro de Dirigentes de Escolas Universitárias de Biblioteconomia do Mercosul (Porto Alegre, set.), contando com a participação de representantes da maioria dos cursos brasileiros, bem como dos sete cursos da Argentina, dos dois do Chile e dos cursos do Uruguai e do Paraguai.

O evento, além de seu caráter pioneiro e integrador, permitiu que os países do Mercosul firmassem um acordo no sentido de referendar as seis áreas curriculares propostas na reunião de Porto Rico: Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Tratamento da Informação, Recursos e Serviços de Informação, Gestão da Informação, Novas Tecnologias e Pesquisa. Na ocasião, teve início um projeto de harmonização curricular em Biblioteconomia no Mercosul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), cujo espaço natural seriam os encontros a realizarem-se anualmente, uma vez em cada país.

Dando continuidade ao projeto, em novembro de 1997 é a vez de Buenos Aires sediar o II Encuentro de Directores y I de Docentes de Bibliotecología del Mercosur, sob a coordenação da Prof^a Elsa Barber (Universidad de Buenos Aires), ocasião em que cada área pôde, por meio de oficinas de discussão, elaborar ementas básicas com conteúdos curriculares. Igualmente discutiram-se questões relativas ao incentivo à capacitação docente e a perspectivas de integração regional em termos de pesquisa.

No ano seguinte (out. 1998), tocou ao Chile a realização, sob a coordenação da Prof^a Carmen Perez (Universidad Tecnológica Metropolitana), do III Encuentro de Directores y II de Docentes..., quando se pôde dar um passo adiante na delimitação de conteúdos mínimos por meio da definição dos objetivos precípuos de cada área curricular, bem como uma análise da ênfase, em termos quantitativos, que deveria ser dada a cada área comparativamente às demais.

A questão dos conteúdos curriculares em nível de Mercosul ganhou maior aprofundamento quando, em maio de 2000, o IV

Encuentro de Directores y III de Docentes... (Montevideu), sob a coordenação do Prof. Mário Barité (Universidad de la República) propiciou a discussão do conjunto de marcos teórico-metodológicos de cada uma das seis matérias, revelando um passo adiante no tocante ao fazer pedagógico das escolas da região e à construção do conhecimento nelas desenvolvida, deixando para o próximo encontro (Assunção, 2001) a tarefa de desencadear a discussão a respeito de quem somos e de nossas especificidades e carências em termos de instrumentalização científica e pedagógica (perfil docente e perspectivas de capacitação científica e pedagógica integrada).

Refletindo esse processo de efetiva integração regional, durante o V Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Ciencia de la Información y Documentación de Iberoamerica y el Caribe-EDIBCIC (Granada, fev. 2000), realizou-se uma mesa-redonda acerca da experiência Mercosul de modo a compartilhá-la com os demais colegas da Iberoamérica. Na ocasião foi eleita a Prof^a Elsa Barber como presidente para o biênio 2000-2002 da Asociación de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Ciencia de la Información y Documentación de Iberoamerica y el Caribe, contando com todo o apoio regional para tanto, devendo o VI EDIBCIC realizar-se em Buenos Aires no ano 2002.

Cumpre ressaltar o papel fundamental desempenhado pelo Brasil nesse processo de integração regional, seja pelo nível de articulação entre suas escolas, seja ainda por sua larga experiência de aliar ensino e pesquisa (docentes-investigadores, cursos de pós-graduação etc.). Dessa forma, registra-se que a posição do país quanto às áreas curriculares tem sido um tanto distinta da dos demais especificamente no tocante às áreas de Pesquisa e de Novas Tecnologias, uma vez que o Brasil tem defendido a idéia de que as mesmas não se constituem, por si sós, áreas curriculares, mas sim instrumentalidades curriculares aplicáveis às demais quatro áreas.

4 LDB e diretrizes curriculares para a área de Ciência da Informação: novos rumos para a formação profissional*

Com a promulgação da lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) o Brasil passou a contar com um novo documento norteador para o fazer pedagógico, em que princípios como flexibilidade curricular, integração da escola com a comunidade, integração da graduação com a pós-graduação, avaliação global do processo formativo e incentivo a projetos político pedagógicos (preconizados nos artigos 43 a 57 do referido ato normativo), passaram a ser objeto de reflexão das Instituições de Ensino Superior (IES).

Nesse contexto, pode-se dizer que o legislador inovou ao trabalhar com a idéia de *diretrizes curriculares* ao invés dos então currículos mínimos, revelando uma preocupação com elementos norteadores de natureza mais abrangente, respeitando as distintas realidades e concepções das IES. Desse modo, a formação profissional passou a ser vista não mais apenas centrada em um conjunto de conteúdos, mas principalmente no fato de que os conteúdos ministrados pressupõem, pelas diferentes IES, a assunção de determinadas filosofias (ou ao menos posturas) educacionais que norteiam a escolha daqueles.

Trazendo-se a questão especificamente para a formação do profissional da informação, creio que alguns aspectos relativos ao espírito da LDB merecem destaque, a título de reflexão:

- a) reconhecimento do cunho humanista da área como subsídio ao desenvolvimento cultural;
- b) a necessidade de geração de conhecimento – teórico e aplicado – por meio da criação e manutenção de espaços e iniciativas de investigação sistematizada;
- c) o dever da universidade de socializar o conhecimento nela produzido;

* Neste item resgatam aspectos abordados anteriormente em Guimarães (1998).

- d) o reconhecimento da formação profissional em distintos níveis exigindo instâncias formadoras para tal;
- e) a criação de mecanismos de diálogo entre a universidade e a sociedade (principalmente por meio da extensão) de modo a que ambas se alimentem reciprocamente;
- f) a formação de diferentes perfis (ou ênfases) profissionais a partir das vocações (acadêmicas, contextuais) das IES;
- g) a conscientização de que a imagem da profissão, mormente em tempos tão mutantes, deve ser objeto de reflexão e atuação das IES e dos organismos de classe de modo a que se tenha garantida uma das vertentes do direito constitucional à informação: o direito à informação profissional.

Visando a dar aplicabilidade aos princípios da LDB, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação nomeou comissões de especialistas para a elaboração das Diretrizes Curriculares para as distintas áreas de formação profissional.

No caso da área de Ciência da Informação, à comissão de especialistas, composta pelas professoras Amélia Silveira (UFSC), Anna Maria de Almeida Camargo, Inês Rosito Pinto Kruel (UFRGS) e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos (UNESP), coube o delineamento de diretrizes curriculares abrangendo os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Especificamente no tocante à Biblioteconomia, consultas foram feitas aos cursos do país, mas, dado o elevado nível de articulação e de debate existente entre as escolas, a manifestação majoritária das mesmas deu-se no sentido de reiterar as recomendações quanto às áreas curriculares oriundas das discussões dos espaços Mercosul, incorporando ainda as propostas nacionais relativas às competências e habilidades necessárias ao profissional, aspecto que havia sido objeto do V Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação (São Carlos, ago. 1998).

Pode-se dizer, destarte, que o documento proposto pela comissão de especialistas da SESu, especificamente no que tange à área de Biblioteconomia, reflete o resultado de todo um processo de amadurecimento curricular desenvolvido pelas IES no decorrer de

quinze anos de discussões e reuniões, uma vez que não apenas resgata áreas curriculares já discutidas (em adequação, inclusive, com a proposta Mercosul), como também reconhece a posição brasileira relativa à instrumentalidade da pesquisa e das novas tecnologias.

Em termos de integração entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, as referidas diretrizes curriculares trazem significativo avanço no sentido de reconhecerem um núcleo comum de conteúdos, centrado na questão do documento e da informação, e um conjunto de especificidades caracterizadoras de cada segmento.

Sob uma ótica bastante particular, vejo nas referidas diretrizes o mérito de propiciar um diálogo mais efetivo e consistente entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, de modo a que haja um recíproco conhecimento dos distintos fazeres e de muitos objetivos comuns, evitando-se concepções ingênuas ou distorcidas que uma área pode, por desconhecimento, ter do *métier* da outra.

Se a tônica da LDB se pauta, dentre outros aspectos, na visão e na atuação interdisciplinar, nada mais coerente e oportuno que propiciar um espaço de mútuo conhecimento que sirva de ponto de partida para o diálogo, o mútuo enriquecimento e ainda o estabelecimento de ações integradas revertendo, assim, estigmas históricos enfrentados pelas três áreas mormente no tocante à falta de impacto e de reconhecimento social.

Quem sabe a assunção de uma lúcida postura interdisciplinar e integradora não venha a reforçar a área no âmbito do imaginário social, garantindo-lhe maior visibilidade?

5 A formação do profissional da informação em um contexto de compromissos éticos

No conturbado contexto ora vivenciado, a atuação – e, por conseguinte, a formação – do profissional da informação assume dimensões mais complexas, exigindo-lhe cada vez mais uma efetiva reflexão sobre as bases de seu próprio fazer. Desse modo,

pode-se dizer que a questão ética passa a assumir novas dimensões, muito mais profundas.

Como ressalta Martins (1994), a ética pode ser entendida como reflexão de natureza crítica sobre a questão da moralidade e sobre a busca por valores morais consistentes. Trata-se, pois, do estudo de tudo o que se refere à conduta humana naquilo que pode ser qualificado entre o bem e o mal, a partir de valores universais ou relativos a um dado segmento social.

Desse modo, tem-se na ética o estudo do bem-fazer ou do bem-agir no âmbito da interação humana, pressupondo uma concepção de homem como ser livre, autônomo e dono de suas próprias idéias e atos.

De modo a concorrer para uma construção harmoniosa da sociedade, cada segmento profissional procura, em seu âmbito de atuação, prescrever um conjunto de códigos morais que buscam a concreção do bem-agir e do bem-fazer por meio de comportamentos específicos.

Na área de Biblioteconomia, por exemplo, distintos países preconizam códigos de ética profissional, prevendo determinados comportamentos considerados éticos bem como punições para outros, considerados anti-éticos.

No entanto, com as rápidas transformações do mundo globalizado, necessário se torna ao profissional assumir uma postura pró-ativa, encarando a ética sob o ponto de vista de um conjunto de *compromissos* a serem assumidos, compromissos esses que propiciarão a constante construção e aperfeiçoamento da profissão pela sua própria coletividade de agentes: os profissionais.

A título de sistematização, poder-se-ia dizer que a questão ética da atuação e da formação do profissional da informação se dá por meio de compromissos com cinco instâncias – ou entidades – distintas: o usuário, a organização, a informação, a profissão e o eu mesmo.

Inicialmente, tem-se o compromisso com o usuário, tido como objetivo geral de todo o sistema, entendido aqui não apenas como destinatário de uma simples entrega (fugindo-se da concepção ingênua de *information delivery*) mas principalmente como

elemento que se apropria da uma informação para gerar conhecimento, conhecimento esse que irá novamente alimentar o sistema.

Igualmente a organização / unidade de informação, como contexto específico e com objetivos institucionais definidos, deve ser objeto de compromisso do profissional da informação, visto ali encontrarem-se os meios para a concretização de seu fazer.

O compromisso com a informação – e com sua materialização via documento – deve ser visto como a fonte para a transmissão do conhecimento e como a geração de conhecimento novo.

A profissão, como dimensão coletiva e agregadora de saberes, de fazeres e de seus respectivos agentes, revela ao profissional uma importante faceta do compromisso ético, porquanto não pode prescindir do engajamento daquele para a concretização de aspirações conjuntas e de uma atuação integrada.

Por fim, fundamental se torna o compromisso ético do indivíduo consigo mesmo, seja na condição de cidadão, integrante de um dado contexto social, seja na condição de ser individualmente considerado, dotado de aptidões, preferências, idéias e, principalmente, sonhos de auto-realização.

Em termos mais concretos, alguns compromissos éticos podem ser delineados como elementos a serem objeto de atenção das instâncias formadoras do profissional:

- a) a *abertura de novos mercados profissionais* (aqui adquirindo especial importância as iniciativas de divulgação profissional e a atuação do educando no ambiente de estágio), respectivamente tendo como tônicas a ruptura com estigmas históricos de imagem e a informação e testemunho de uma nova imagem;
- b) a *geração de novos conhecimentos e produtos para a área*, em que se manifesta o compromisso com o aperfeiçoamento e a continuidade da profissão;
- c) a *qualidade dos serviços e produtos fornecidos*, envolvendo questões relativas à satisfação do usuário / cliente, à caminhada rumo aos objetivos institucionais e ao respeito aos parâmetros científicos e técnicos da área de Ciência da Informação;
- d) a *penetração social*, englobando a atuação comunitária (so-

- cial, política, religiosa, etc) do profissional da informação, seus *hobbies* e suas aptidões comunicativas (*savoir dire, savoir faire, fair play*, apresentação, etc);
- e) a *sensibilidade quanto ao valor estratégico da informação* (questões quanto a sigilo profissional, inteligência competitiva e informação para o desenvolvimento organizacional);
- f) a *sensibilidade quanto ao valor social da informação*, relativa ao papel educativo, político e *polinizador* da profissão;
- g) a *garantia de confiabilidade da informação fornecida*, em que questões como procedência, precisão e atualidade assumem papel determinante;
- h) a *responsabilidade profissional*, envolvendo desde a garantia pelo serviço prestado (com a respectiva possibilidade de *assistência técnica*) até aspectos jurídicos relativos à responsabilidade civil em caso de danos e, ainda,
- i) o *respeito às especificidades de área*, evitando os perigos de eventuais *mergulhos no escuro*.

6 From now on...

Resgatando as questões tratadas anteriormente, temos um novo contexto que leva à necessidade de novos perfis profissionais, especificamente em um momento de novas diretrizes educacionais. Novo, ao que parece, é a palavra de ordem.

Desse modo, e como educadores, preocupados com a formação de um profissional que dê conta das novas – e, obviamente, das tradicionais – demandas da sociedade, atento às especificidades das dimensões social e tecnológica da informação e, principalmente, preocupado com a dimensão da cidadania e o avanço científico, que flancos podemos atacar no âmbito de nosso *métier*?

Creio que um primeiro aspecto que pode respaldar uma concepção de formação profissional como a até então discutida está na questão da pesquisa, vista não mais como uma mera aplicação de conhecimentos teóricos ministrados, mas como uma condição

sine qua non para a aprendizagem. Em tempos de métodos como o PBL (*problem-based learning*) vejo na pesquisa uma fundamental instrumentalidade do fazer pedagógico no âmbito dos distintos conteúdos, devendo ser abordada como uma efetiva postura a ser trabalhada com o educando – a postura investigativa – de busca pelo novo, pela diversidade de idéias e concepções, pela fundamentação teórica e metodológica, e principalmente, do compromisso com o refletir, o criar e o testar, que levam ao imprescindível avançar.

Nesse contexto, desnecessário é argumentar sobre o valor pedagógico das iniciações científicas, dos projetos integrados de pesquisa e dos trabalhos de conclusão de curso, pois aí está, a meu ver, uma efetiva integração entre a ação pedagógica e o conhecimento científico. Para tanto, fundamental se torna que voltemos a nossa própria *práxis* e reflitamos seriamente até que ponto, como educadores, estamos engajados na atividade investigativa e até que ponto nosso fazer investigativo interfere em nosso fazer pedagógico.

Outro aspecto que merece especial atenção reside nos estágios, os quais vejo particularmente como *espaços éticos de complementação de aprendizagem e de formação profissional*. Como já pude observar em outra oportunidade (Guimarães, 1997, p.133), o estágio *deve possuir objetivos pedagógicos próprios, com especial ênfase a questões ligadas à atuação profissional (postura ética, movimento associativo, atualização)* e, indo além, creio hoje que o estágio, paralelamente a essa dimensão de complementação pedagógica, pode constituir-se importante elemento para a socialização das atividades do curso e ainda trazer *feed back* e oxigenação para o mesmo.

Partindo-se da premissa que a LDB propõe à integração da graduação com a pós-graduação, implícita está a questão dos distintos níveis de formação profissional, aspecto que reafirma ainda mais o compromisso da universidade com seus egressos, (mais ou menos o que, em uma concepção bastante simplista, corresponderia à empresa que oferece assistência técnica e refil para seus produtos). Em suma, a dimensão da educação continuada deve ser vista pela universidade como um espaço de diálogo com seus

egressos, seja pela possibilidade de atualização dos mesmos em conteúdos específicos, seja pela motivação para que retornem à estrutura formal da universidade para estudos pós-graduados.

Por fim, o mais débil flanco continua ainda não atacado: a questão da divulgação profissional como um compromisso didático-pedagógico dos educadores e educandos da área (e nesse sentido vejo que as instâncias do movimento associativo têm avançado bastante), aspecto que nos leva ao sério risco de que o discurso sobre a questão da educação como um direito do cidadão, da necessidade de socializar o saber e de garantir a todos um acesso a uma formação qualificada fique não mais que no mero (e, perdoem-me, vazio) discurso.

Referências bibliográficas

- AGUSTÍN LACRUZ, C., MUÑOZ ESCOLÁ, M. Nuevos usuarios, nuevos documentos. *Scire*, Zaragoza, v.3, n. 1, p.87-97, Ene./Jun. 1997.
- BERAQUET, V. S. M., VALENTIM, M. L. P. Competências exigidas do profissional da informação e novas estratégias de formação. Trabalho apresentado no IV ENCUENTRO DE DIRECTORES Y II DE DOCENTES DE BIBLIOTECOLOGIA DEL MERCOSUR, maio 2000, Montevideu. /s.n.t./ /cópia impressa/ 11p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. *Diretrizes curriculares para a área de Ciência da Informação*. Brasília: MEC/SESu, 1999.
- ENCUENTRO DE DIRIGENTES DOS CURSOS SUPERIORES EM BIBLIOTECONOMIA DO MERCOSUL, 1., set. 1996, Porto Alegre. /Anais.../ Porto Alegre: ABEBD, 1996. 3v.
- ENCUENTRO DE DIRECTORES DE LOS CURSOS SUPERIORES DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 2 / ENCUENTRO DE DOCENTES DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 1., nov. 1997, Buenos Aires. /Actas.../ Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997.
- ENCUENTRO DE DIRECTORES DE LOS CURSOS SUPERIORES DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3 / ENCUENTRO DE DOCENTES DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 2., out. 1998, Santiago (Chile). /Actas.../ Santiago (Chile): Universidad Tecnológica Metropolitana, 1999.

- GUIMARÃES, J. A .C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transinformação*, v.9, n.1, p.124-137, jan./abr. 1997.
- _____. Moderno profissional da informação: a formação, o mercado de trabalho e o exercício profissional. *CFB Informa*, Brasília, v.3, n.2, p.6-7, abr. 1998.
- _____. Formação profissional no campo da informação: algumas considerações a partir da nova LDB. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO, 2., 3-5 out. 1998, Niterói. *Anais... Niterói : NEINFO/UFF*, 1998. (versão eletrônica)
- _____. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação e atuação no Mercosul com vistas ao terceiro milênio. In: *FORMACIÓN DE RECURSOS HUMANOS EN EL AREA DE LA INFORMACIÓN EL MERCOSUR*. Santiago (Chile): Universidad Tecnológica Metropolitana, 1999. p.19-23
- MARTINS, M. H. P. A ética em questão. *Palavra-chave*, São Paulo, n.8, p.1-3, out. 1994.
- MASON, R. O . What is an information professional. *Journal of Education for Library and Information Science*, v.31, n.2, p.122-138, 1990.
- OHIRA, M. L. B. Currículo de Biblioteconomia: resultados dos estudos de compatibilização curricular no Mercosul. *Informativo CRB 14ª região / ACB*, Florianópolis, v.7, n.4, p.5, out./dez. 1997.
- PONJUÁN DANTE, G . Does the modern information professional have a life cycle? *FID News Bulletin*, v.43, n.3, p.61, mar. 1993.
- SANTOS, J. P. O moderno profissional da informação: o bibliotecário e seu perfil face aos novos tempos. *Informação & Informação*, Londrina, v.1, n.1, p.5-13, jan./jun. 1996.
- _____. NEVES, I. B. das. *V Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação* (São Carlos, SP, 6 a 8 de agosto de 1998): relatório técnico. Porto Alegre : ABEBD, 1998.
- SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade das três Marias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 26, n.1/2, p.81-85, jan./jun. 1993.
- _____. Eu, bibliotecário, RG XXXXX, CPF YYYYY, trabalho em arquivo ou museu... algum problema? *Palavra-chave*, São Paulo, v.8, p.12-13, out. 1994.
- VALENTIM, M. L. P. Assumindo um novo paradigma em Biblioteconomia. *Informação & Informação*, Londrina, v.0, n.0, p.2-6, jul./dez. 1995.
- WELCH, L. The modern information professional: a very personal definition. *FID News Bulletin*, v.44, n.4, p.47-48, mar. 1994.
- ZITARA, E. et al. How to get a new information professional in a developing country. In: ALVAREZ-OSSORIO, J.R., GOEDGEBURE, B. (ed.) *New worlds in information and documentation*. The Hague : FID, 1994. p.479-490.

A formação dos Profissionais da Informação na França: comparação com o sistema brasileiro

Miriam Vieira da Cunha

A formação profissional representa, atualmente, o cerne das evoluções tecnológicas e organizacionais. Os sistemas de formação profissional estão sendo pressionados por novos desafios, novas exigências e novos conceitos. Entre eles podemos citar a competitividade internacional, a globalização dos mercados, o aparecimento de novas necessidades de informação, a interdisciplinaridade, a necessidade de informações mais elaboradas e o desaparecimento das fronteiras entre as profissões.

A substituição dos paradigmas tradicionais das profissões da informação como consequência do impacto das novas tecnologias sobre o processamento, a transmissão, a organização e o acesso à informação, a ubiquidade da informação disponível e seu acesso virtual – tudo contribui para repensar competências, habilidades e estratégias de formação para um exercício profissional satisfatório.

As escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileiras encontram-se, neste momento, reestruturando seus currículos em decorrência das evoluções tecnológicas e das novas diretrizes curriculares. Parece-nos que é possível repensar o sistema de formação dos profissionais brasileiros através da comparação

com sistemas de formação de outros países. É nesse sentido que descrevemos, a seguir, o sistema educacional francês em Ciência da Informação. Embora a realidade desse país seja diferente da do nosso, acreditamos que este estudo comparativo nos permitirá trazer subsídios para refletir sobre as mudanças de nossos programas de formação.

O sistema francês de formação em Ciência da Informação caracteriza-se por sua extrema diversidade, tanto no que se refere a sua concepção (passarelas não contínuas entre os diferentes ciclos de formação), seus objetivos pedagógicos (a diferença entre a formação geral e a profissionalizante não é clara), seus níveis de formação e seus conteúdos (é difícil distinguir os diferentes níveis de aprofundamento do conteúdo em cada um dos programas). É essa diversidade que representa, no nosso entender, um ponto de partida interessante para uma comparação com o sistema brasileiro.

Essa diversidade tem vantagens e inconvenientes. Entre as vantagens, é possível destacar a riqueza das possibilidades de escolha e o sistema de educação continuada que garante a todo o profissional o direito de atualização periódica. Entre os inconvenientes podemos citar a falta de uma planificação global do ensino e a ausência de relação entre as diferentes formações, o que dificulta o desenvolvimento de uma carreira profissional.

A distinção entre as carreiras e a formação de bibliotecários e documentalistas é uma especificidade francesa. A partir dos anos 60, existiram tentativas de criação de um tronco comum relativo às profissões de informação sem resultados concretos (Meyriat, 1993). Cada profissão desenvolve seu próprio sistema de formação e cada tipo de formação corresponde a uma situação específica. Entretanto, já é possível observar, principalmente nos novos programas de formação criados nos últimos 5 anos, uma tendência a uma associação de conteúdos das duas áreas em alguns cursos.

Outra característica da formação profissional na França é a dupla formação – em Ciência da Informação e em outra área do conhecimento – sobretudo nos níveis de segundo e terceiro ciclos. A *Association des Professionnels de l'Information e de la*

Documentation – ADBS (1998) considera que “a dupla formação é indispensável para trabalhar a informação. Segundo essa Associação “não é possível tratar a informação corretamente sem ser especialista do assunto tratado”.

Existem, na França, formações profissionais em nível de Ciência da Informação no primeiro, segundo e terceiro ciclos. O primeiro ciclo corresponde a um curso de formação de técnico superior de duração de dois anos. O segundo ciclo corresponde aos níveis brasileiros de graduação e de mestrado. O terceiro ciclo tem duas opções: uma profissional e uma opção de pesquisa que leva ao doutorado. Todas as formações, com exceção do DEA (*Diplôme d'Etudes Approfondies*)¹ tem, além da teoria, uma parte prática com períodos de estágio que variam de 2 a 6 meses. Os cursos se realizam nas universidades e em escolas profissionais.

As instituições de formação de bibliotecários são a *Ecole de Bibliothécaires et Documentalistes do Institut Catholique de Paris* e a *Ecole Nationale Supérieure de Sciences de l'Information et des Bibliothèques* – ENSSIB.

A *Ecole de Bibliothécaires et Documentalistes do Institut Catholique de Paris*, primeira escola profissional francesa, foi fundada em 1935. É uma escola privada de ensino superior. A ENSSIB, criada em 1992, é a principal escola de formação desses profissionais. Ela se origina da transformação da *Ecole Nationale Supérieure de Bibliothécaires*, criada em 1963.

As escolas profissionais de formação de documentalistas são o *Institut National des Techniques de la Documentation* – INTD e o *Institut des Sciences Politiques*. Esse último criou, em 1969, o primeiro curso de formação de documentalistas em nível de terceiro ciclo.

A idéia de uma formação específica para documentalistas surge a partir da criação da *Union Française des organismes de documentation* – UFOD em 1931. No ano seguinte foi criada uma

1 O DEA corresponde ao primeiro ano de doutorado. No final do DEA o aluno deve apresentar um trabalho de conclusão que o habilita a realizar a tese.

comissão dirigida por Suzanne Briet², com o objetivo de elaborar um projeto de escola nacional de documentação. Esse projeto, adotado em 1934, propunha uma formação em dois níveis: um nível técnico e um nível de formação de especialistas aptos a realizar serviços em centros de documentação. A crise econômica dos anos 30 dificultou a realização desse projeto, postergado por falta de financiamento. O primeiro curso técnico para documentalistas, com duração de dois anos, realizou-se finalmente em 1945. Seu objetivo era “propiciar uma formação teórica e prática àqueles que exercem a profissão de documentalista... nos serviços administrativos, nos centros de pesquisa e nas empresas (Delmas, 1993, p.219). Em 1950, esse curso é incorporado ao *Conservatoire National des Arts et Métiers* – CNAM, sob o nome de *Institut National des Techniques de la Documentation* – INTD. Esse Instituto ocupa um lugar de destaque no ensino de Ciência da Informação na França através dos seus mais de 4000 profissionais formados e reconhecidos em todos os setores da sociedade francesa.

A *Ecole Nationale de Chartes*, fundada em 1821, forma os *conservateurs du patrimoine*, profissionais que exercem responsabilidades científicas e técnicas com a finalidade de estudar, classificar, manter, enriquecer, valorizar e dar a conhecer o patrimônio cultural. Essas são, na realidade, funções próximas dos museólogos. Essa escola forma também os arquivistas-paleógrafos. A *Direction des Archives de France* é responsável pela formação continuada dos arquivistas.

1 A formação dos documentalistas

As formações de primeiro ciclo tem três objetivos fundamentais: complementar a formação inicial; construir as bases para

2 Suzanne Briet foi uma pioneira da documentação na França. Publicou, em 1951, um importante manifesto sobre a natureza da documentação, intitulado *Qu'est-ce la documentation?* (Cacaly, 1997, p.105)

uma formação especializada; e fornecer conhecimentos suficientes para que o estudante se torne um agente eficaz no seu setor de atividade.

A função de técnico em documentação é acessível através de um diploma universitário de tecnologia – DUT em documentação ou através de um diploma de estudos universitários científicos e técnicos – DEUST.

O diploma universitário de tecnologia – DUT tem a duração de dois anos. Essa formação, criada em 1966, é oferecida nos *Instituts Universitaires de Technologie* – IUTs. Ela pretende preparar o aluno para se adaptar às mudanças rápidas da tecnologia. O curso compreende disciplinas de cultura geral orientadas para a prática, e disciplinas de métodos e técnicas documentárias. Essa formação é oferecida nas universidades francesas de Besançon, Bordeaux III, Dijon, Grenoble II, Le Havre, Lyon III, Nancy II, Nice, Paris V, Strasbourg III, Toulouse III e Tours. (ADBS, 2000).

Um diploma DUT com uma opção em documentação de empresa e com duração de um ano, é oferecido em onze universidades francesas. Essa formação tem um mínimo de 900 horas de aula.

Na Universidade de Nancy II, o programa de estudos de DUT tem 1600 horas e se articula em seis centros de interesse:

- “saber comunicar: teorias e práticas da comunicação, técnicas de expressão e línguas;
- compreender o ambiente: o mundo contemporâneo, o ambiente administrativo, econômico e jurídico; o mundo profissional da informação, gestão de sistemas de informação, o ambiente tecnológico;
- dominar os métodos e técnicas profissionais: tratamento da informação e dos documentos; fontes de informação; informática documentária; agir em situação profissional;
- projetos associativos ou institucionais;
- estágios;
- *dissertação e/ou relatório*” (Université Nancy 2, 2000).

O diploma de estudos universitários científicos e técnicos – DEUST é também uma formação profissional de curta duração correspondente ao primeiro ciclo. Esse curso é mais generalista que o DUT na medida em que os estudantes têm, ao mesmo tempo, uma formação geral e uma formação específica em documentação. O DEUST tem uma duração de dois anos e pode ser realizado na ENSSIB, e nas universidades de Lille III, Lyon I e Lyon II, Toulouse II, Clermont-Ferrand II e Limoges.

O curso técnico do INTD com duração de dois anos é oferecido em convênio com algumas instituições públicas como a *Chambre du Commerce et de l'Industrie de Rouen*, ou o *Centre National de la Fonction Publique Territoriale*.

O INTD e o *Institut National de l'Audiovisuel* – INA se associaram para a criação de uma formação em documentação audiovisual que funciona desde 1997. Trata-se da primeira formação deste tipo. Sua particularidade reside em “integrar as técnicas próprias à documentação escrita tradicional às técnicas próprias à documentação audiovisual” (ADBS, 1998). Essa formação dá direito ao diploma técnico do INTD com uma menção “especialização em documentação audiovisual”.

As formações no segundo ciclo em nível de licença, essencialmente na área de Ciências Humanas com módulos de 125 horas em documentação, existem desde 1990. Essa formação não é profissionalizante, mas prepara o acesso a níveis superiores de Ciência da Informação como o mestrado ou o DEA. Cerca de cem universidades francesas oferecem essa modalidade.

O mestrado em Ciência da Informação, criado em 1993, comporta um mínimo de 350 horas de ensino, repartidas em um ano. Seu conteúdo refere-se a disciplinas gerais de Ciência da Informação. É oferecido nas universidades francesas de Aix Marseille III, Angers, Bordeaux III, Bretagne Sud, Lille III, Montpellier III, Nancy II, Paris I, Paris VII e Paris X.

Na Universidade de Paris VIII o mestrado tem os seguintes conteúdos: Teoria e sensibilização às Ciências da Informação e da

Comunicação; Práticas de tecnologias da informação e reflexão sobre sua utilização.

O terceiro ciclo compreende uma via profissional, obtida através do diploma de estudos superiores especializados – DESS, ou através do diploma do INTD e uma via que leva à realização de uma tese – o DEA.

O DESS é oferecido a estudantes que possuam, no mínimo, o nível de mestrado. O curso tem a duração de 450 horas (um ano) e um estágio de 4 a 6 meses. Ele se caracteriza pela intervenção frequente de profissionais e por um sistema de acompanhamento da inserção dos profissionais no mercado do trabalho. Essa formação existe em dez universidades francesas. Cada programa tem uma orientação bem específica que se diferencia de acordo com a formação inicial dos estudantes (ciências exatas ou ciências humanas) e com o objetivo profissional.

Estas orientações são: Documentação e tecnologias avançadas (Universidade Paris VIII); Gestão de sistemas documentários de informação científica e técnica (Universidade de Aix-Marseille III); Informação científica e técnica (Universidades de Nancy I e Nancy II); Informática documentária (ENSSIB em associação com a Universidade de Lyon I); Ciências da Informação e da Documentação (INTD); Sistemas de informação e documentários (Lille III); Técnicas de arquivos e de documentação (Universidade de Mulhouse); Gestão da informação na Empresa (Institut des Etudes Politiques de Paris).

O DESS do *Institut des Etudes Politiques* de Paris é polivalente e aborda as técnicas clássicas da documentação (indexação, análise documentária, tesouros) bem como as novas tecnologias da informação. Esse curso tem ainda disciplinas sobre o funcionamento das empresas, iniciação à gestão e condução de projetos.

Os DEA, destinados à formação para a pesquisa, têm a duração de 200 horas, ou um ano. A obtenção do DEA permite a inscrição para a preparação de uma tese de doutorado. Mas, apesar do DEA ser, em princípio, uma formação que leva à realização de uma tese, muitos estudantes vêem nesse curso a possibilidade de tornar-se especialistas em documentação.

Os cursos de DEA dividem-se de acordo com os seguintes conteúdos: Ciências da Informação e da Comunicação nas Universidades Aix-Marseille III, Bordeaux III, ENSSIB, Grenoble II e III, Nancy II, Paris VII e Paris X; Criação e comunicação em multimeios, opção Documentação, na Universidade de Paris VIII.

O *Institut National de Techniques de la Documentation* – INTD possui cursos de três níveis: o nível técnico (descrito com as formações de primeiro ciclo), o diploma do Instituto e o DESS. O diploma do Instituto tem a duração de um ano e prepara, como o DESS diretamente à vida profissional. Esse diploma visa “formar profissionais da informação capazes de realizar projetos, conceber e administrar um centro de documentação ou de informação, elaborar produtos de informação e de comunicação, criar serviços e conceber sistemas de informação” (INTD, 2000). Comporta dois módulos de ensino: caracterizar e tratar a informação; conceber e gerenciar sistemas de informação.

O estágio tem uma duração de 3 meses e se desenvolve em duas partes: a primeira realiza-se no meio do curso e tem como objetivo observar a missão documentária de uma empresa e participar dela. A segunda, com a duração de dois meses tem como objetivo realizar uma atividade que será objeto do trabalho de final do curso.

2 A formação dos bibliotecários

A *Ecole de Bibliothécaires-documentalistes*, do *Institut Catholique de Paris* possui um curso de primeiro ciclo com duração de dois anos que dá um diploma de bibliotecário-documentalista. Embora essa denominação mostre uma tendência à aproximação das carreiras de bibliotecário e documentalista, os alunos formados por esse curso trabalham em geral em bibliotecas. Isso ocorre porque, na realidade, a maior parte do seu conteúdo é voltado para a Biblioteconomia.

A ENSSIB tem uma dupla vocação de formação e de pesquisa. Além disso, essa escola destaca-se como pólo de excelência

no desenvolvimento das novas tecnologias e na cooperação com instituições da área, na França e no exterior.

Ela possui os seguintes cursos: *Conservateur de bibliothèque*, função pública do Estado que corresponde às responsabilidades de nível de gestão das bibliotecas (Cacaly, 1997, p.156). Seus estudantes são recrutados através de concurso. Essa formação tem a duração de 18 meses com duas orientações: uma profissional e outra de pesquisa.

O tronco comum de ensino (600 horas) possui 5 módulos: as bibliotecas (missão, estatutos, financiamento); as coleções (aquisição, catalogação, pesquisa documentária, conservação); o público (sociologia da leitura, estatutos, gestão); o ambiente (edição, economia e direito de informação); a informática (computadores, redes, tratamento do documento, informatização de bibliotecas). O aluno deve ainda realizar um projeto e uma dissertação; bibliotecário com recrutamento através de concurso. O currículo e o ritmo da formação são construídos em relação com o trabalho onde o profissional realiza seu estágio.

O ensino básico é agrupado em 6 conjuntos de matérias, a saber: gestão de bibliotecas, informática geral e informática aplicada à biblioteca, público e serviços de biblioteca, bibliologia e coleções, tratamento da informação e pesquisa documentária; Diploma Profissional Superior em Ciência da Informação e Bibliotecas, com duração de um ano, sendo 4 meses de estágio; Especialização em informação científica e técnica e monitoramento tecnológico através do DESS em informática documentária, diploma de terceiro ciclo dado em conjunto com a Universidade Claude Bernard de Lyon.

Os portadores desse diploma devem ser

“capazes de analisar, gerenciar e fazer evoluir um sistema de informação à partir das técnicas documentárias e utilizando a informática através da pesquisa em bases de dados, implantação e utilização de programas, concepção de sistemas de informação em nível interno” (ENSSIB, 2000).

3 A formação dos arquivistas

Na França, os arquivistas têm uma formação específica. A profissão é reconhecida e tem várias modalidades e graus de qualificação diferenciados. A *Ecole Nationale de Chartes* forma os *conservateurs du patrimoine* e os arquivistas paleógrafos.

As formações de Arquivística do primeiro ciclo são oferecidas como especialização na preparação de diplomas de informação. Em nível de segundo ciclo existem formações em licenciatura e mestrado. Existem ainda formações de terceiro ciclo.

Os arquivistas exercem suas funções na administração pública (onde são recrutados através de concurso) e em empresas privadas.

4 Algumas observações sobre o sistema francês de formação profissional

O sistema de formação francês em Ciência da Informação é construído de forma que o estudante faça sua escolha profissional o mais tarde possível. A formação geral inicial é considerada como uma vantagem para a adaptação e a evolução profissional, o que não acontece no sistema brasileiro.

Uma outra característica desse sistema é a ausência de equivalência entre os diplomas profissionais e universitários. Essa situação impede a passagem de um ciclo de formação a outro. Além disso, apesar da diversificação com relação à duração dos estudos e ao grau de profissionalização de cada escola, os conteúdos de formação têm uma certa homogeneidade (exceção feita a alguns cursos de DESS) porque na realidade eles se caracterizam pela importância que dão à prática profissional.

Nesse sentido o saber fazer (*savoir-faire*) tem mais peso do que o saber. Não existe uma diferenciação nítida entre as diferentes formações ou entre as formações generalistas e profissionalizantes.

Essa situação tem como consequência que estudantes de di-

ferentes níveis de formação concorrem aos mesmos empregos. Os empregadores não têm uma idéia clara das habilidades adquiridas em cada curso e não conseguem estabelecer uma distinção entre a imensa variedade de formações existentes (Soenen, 1990, p.90). Essa realidade leva a situações onde o profissional, no momento do seu recrutamento é considerado mais pelo seu nível de estudos do que pelo conteúdo da sua formação. Ela é consequência da ausência de uma carreira profissional definida.

Para remediar essa situação Soenen (1990) e Prevot-Hubert (1997) sugerem a criação de uma carreira única para o conjunto de formações, com possibilidades de saída a cada nível. Dessa forma seria possível ao profissional, que faz uma formação, progredir nas suas funções ao longo de sua carreira.

Além disso, as mudanças sucessivas no sistema de ensino e a criação de novas formações realizam-se com poucas discussões em nível profissional e acadêmico. Dessa forma profissionais e professores encontram-se muitas vezes diante de situações sem saída onde não é possível reagir.

A formação profissional francesa é sempre de curta duração (em geral de 12 a 18 meses). Ao contrário dos outros países europeus nenhuma formação está organizada dentro de uma hierarquia de progressão de conhecimento e de níveis de competência. Além disso, na opinião de Meyriat (1993, p.98) a oferta de cursos na França está desequilibrada: um maior número de estudantes faz cursos técnicos, enquanto os empregadores exigem níveis de qualificação mais elevados.

Um outro problema está em que apenas um número reduzido de estudantes escolhe a via da pesquisa o que, a curto prazo, poderá ocasionar uma falta de professores/pesquisadores.

No que se refere ao diploma universitário de tecnologia – DUT, Blanquet (1989) ressalta o problema da oposição entre o ensino teórico e o ensino prático. Ela revela uma situação paradoxal: nesses cursos encontram-se professores que ensinam uma profissão que nunca praticaram e profissionais que dão aulas sem ter, na maior parte dos casos, uma prática pedagógica. Na realidade,

a prática e a teoria que deveriam formar um conjunto único e equilibrado são ensinadas como sistemas opostos.

A diversidade dos programas de formação franceses deve-se a uma relativa liberdade que as escolas têm na concepção dos mesmos. Na realidade apenas o DUT – opção documentação de empresa e o mestrado em Ciências da Informação e da Comunicação seguem um programa nacional a partir de diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação. Mesmo assim esses programas têm uma margem para adaptações locais. Em relação aos outros diplomas, cada estabelecimento tem autonomia para criar seu próprio currículo. Entretanto, esses diplomas devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação (Meyriat, 1999).

5 A formação continuada

A formação continuada permite a atualização e o aperfeiçoamento dos conhecimentos e das práticas profissionais. Através desse tipo de formação na França é possível adquirir uma qualificação profissional, aperfeiçoar-se ou ainda aprender a utilizar uma nova tecnologia. Nesse país, essa formação diferencia-se da brasileira na medida em que se realiza em qualquer nível profissional. No Brasil, ao contrário, a imensa maioria dos cursos dessa natureza exigem um nível de formação superior. Os cursos de formação de auxiliares são raros no nosso país.

A obrigação que os empregadores têm, na França, de oferecer uma formação continuada a seus empregados, a importância que as escolas, as associações e as empresas privadas dão a esse tipo de formação estimulam a atualização profissional.

Uma lei de 1966, atualizada sucessivamente em 1971, 1978, 1984 e 1992, institucionaliza a formação profissional continuada como uma obrigação nacional.

As associações profissionais têm atividades importantes de formação. A *Association des Professionnels de l'Information et de la Documentation* – ADBS propõe a seus membros, sistemati-

camente sessões de formação de curta duração em diferentes especialidades e estágios em empresas. A *Association des Bibliothécaires Français* – ABF – oferece um ciclo de formação elementar de auxiliar de biblioteca de um ano de duração. A *Association des Archivistes Français* – AAF – propõe formações no seu *Centre de Formation de l'Archivistique*. Várias associações profissionais trabalham em parceria com empresas em ações de formação.

Para o pessoal da administração pública, a formação continuada é proposta em estruturas específicas como os *Centres Régionaux de Formation aux Carrières des Bibliothèques, du Livre et de la Documentation* e as *Unités Régionales de Formation à l'Information Scientifique et Technique* – URFIST.

Os *Centres Régionaux de Formation aux Carrières des Bibliothèques, du Livre et de la Documentation* oferecem cursos sobre vários assuntos. As URFIST têm como missão formar e sensibilizar o público das universidades (pessoal das bibliotecas, professores, pesquisadores e estudantes) ao uso da informação eletrônica. Essas unidades funcionam com um *conservateur de bibliothèque* e um professor-pesquisador e estão implantadas em sete universidades. Elas oferecem também palestras e seminários.

As escolas profissionais, como o INTD e a ENSSIB, oferecem formações continuadas que dão direito a um diploma. A ENSSIB propõe dois tipos de formação continuada: a) uma formação longa que leva ao DESS em informática documentária aberta aos profissionais; b) estágios de formação com a finalidade de fornecer aos profissionais as competências que necessitam ou de atualizar seus conhecimentos sobre um assunto.

6 Comparação entre as formações profissionais do Brasil e da França

Na França, os cursos de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação representam o desenvolvimento natural de

uma profissão que existia desde a Idade Média (Cacaly, 1997). No Brasil, a criação dos cursos profissionais precedeu a criação das profissões. Nesse sentido, como não existia nesse país uma tradição profissional, o modelo de formação veio do exterior. Esse fato teve como consequência o desenvolvimento de formações sem integração com a realidade local.

A formação profissional, nos dois países, ressent-se da falta de uma política específica que possa estabelecer as grandes linhas em matéria de educação e identificar novas necessidades. A falta de ligação entre os vários níveis, a falta de uma visão de conjunto, a ausência de equilíbrio entre os diferentes tipos de formação, características comuns aos dois países, são, no nosso entender, consequência, da ausência dessa política. Para ser eficaz essa política deve apoiar-se, em certa medida, na realidade do mercado. Assim, será possível orientar de forma integrada e sistemática o desenvolvimento das formações, a criação de novos cursos e a coerência do sistema educacional como um todo.

Na França, as formações de primeiro ciclo são as mais procuradas; no Brasil, os estudantes de graduação são maioria. Mas, nos dois países existe uma demanda por profissionais com uma formação mais elevada e mais especializada (Meyriat, 1993; Cunha, 1998; Vieira, 1990).

A criação de novas formações exige que as necessidades e a evolução do mercado de trabalho sejam avaliadas e previstas de forma precisa. Na realidade, os dois países caracterizam-se por uma falta de estudos regulares de mercado de forma que seja possível conhecer as necessidades de profissionais de informação.

A formação brasileira caracteriza-se por uma uniformidade de conteúdos em nível dos cursos de graduação; a França se caracteriza pela diversidade de tipos e níveis de formação. O sistema francês fundamenta-se na dupla formação (em Ciência da Informação e em outra especialidade) em nível de segundo e terceiro ciclos. A dupla formação no Brasil é pouco desenvolvida e não é reconhecida oficialmente porque os Conselhos de Biblioteconomia recusam o acesso à profissão a profissionais de Ciência

da Informação que possuam uma graduação em outros campos do conhecimento.

Nos dois países, a criação de um tronco comum para as profissões da informação, preconizada pela Unesco, foi discutida sem levar a resultados concretos (Meyriat, 1993; Miranda, 1989). Os estágios ocupam uma parte importante na prática profissional dos cursos no Brasil e na França.

As associações francesas permitem a inscrição entre seus membros de profissionais de várias procedências como os profissionais ligados à edição do livro e de outros suportes informacionais. Essa abertura a profissionais de outras áreas permite uma visão mais aberta do mundo da informação e um debate mais rico. Além disso, a atividade dessas associações é mais dinâmica que suas congêneres brasileiras.

Na França, essa atividade materializa-se através de várias ações, entre as quais uma atividade regular de formação continuada. Na realidade, a obrigação dos empregadores franceses de oferecer uma formação a seus empregados contribui para o desenvolvimento dessa atividade naquele país. No Brasil, poucas associações profissionais oferecem atividades de formação; em geral, os cursos de especialização são oferecidos sobretudo pelas universidades e por instituições como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e caracterizam-se, em geral, por ações sem continuidade. Excetuando uma participação na realização de seminários e congressos, a atividade associativa brasileira é fraca, se comparada com a da França. As associações francesas têm um papel fundamental na difusão de ofertas de emprego (sobretudo as associações de ex-alunos). Essa atividade é pouco desenvolvida pelas associações profissionais brasileiras.

Os cursos destinados, em princípio, à pesquisa, como a pós-graduação no Brasil e o DEA na França, são freqüentados por profissionais que procuram, nos dois países através dessas formações, um melhor status profissional. Nesse sentido o objetivo desses cursos que é a pesquisa, é deturpado. Essa situação é conseqüência, nos dois países, da falta de uma definição clara dos objetivos dos cursos.

A profissão é regulamentada no Brasil por uma lei que restringe a atividade profissional e representa um bloqueio ao seu desenvolvimento. Na França a ADBS criou, em 1994, um sistema de certificação profissional a exemplo dos países anglo-saxões. Ao contrário do sistema brasileiro que restringe o acesso à profissão por outros meios além da formação profissional, a certificação permite que pessoas que não têm uma formação em Ciência da Informação, mas têm uma experiência nesse campo, sejam reconhecidas como profissionais.

Os dois países participam, no nível de suas respectivas regiões, de discussões no sentido de uma harmonização, de uma cooperação mais estreita e de um reconhecimento dos diplomas em Ciência da Informação. A especificidade do sistema de formação profissional francês é um fator complicador na integração daquele país aos sistemas de formação europeus (Prevot, 1997). O Brasil, apesar da limitação de seu sistema de educação tem uma posição de destaque em nível da formação profissional entre os países do Mercosul. Além disso, a semelhança relativa dos sistemas de formação latino-americanos facilita o intercâmbio entre esses países.

Apesar de o Brasil se ressentir da falta de uma política educacional específica para os profissionais de informação, a atividade regular do IBICT como instituição coordenadora das políticas e dos sistemas de informação representou, desde sua criação até o momento, uma influência positiva para o desenvolvimento desse setor. O apoio ao desenvolvimento dos sistemas nacionais de informação e os cursos de especialização em informação tecnológica são exemplos dessas realizações. Entretanto, a ação do IBICT em nível de formação profissional é pontual e não substitui o problema de uma falta de política específica para o setor.

Na França, a falta de uma política educacional específica é agravada pela falta de continuidade e de coordenação de uma política nacional de informação. Após a criação do *Bureau National de Information Scientifique et Technique* – BNIST em 1973, que tinha a função de “propor ao governo orientações para uma política nacional de informação científica” e que foi extinto em 1979,

vários organismos se sucederam com esse mesmo objetivo: a *Mission Interministérielle de l'Information Scientifique et Technique* – MIDST (1979-1986); a *Direction des Bibliothèques, des Musées et de l'Information Scientifique et Technique* – DBMIST (1981-1989) que teve um papel importante no desenvolvimento da pesquisa e da formação em Ciência da Informação; a *Délégation à l'Information Scientifique et Technique* – DIXIT; a *Direction de l'Information Scientifique et Technique et des Bibliothèques* – DISTB e a *Direction de l'Information Scientifique, des Technologies Nouvelles et des Bibliothèques* – DISTNB (Wolff-Terroine, 1993).

A *Direction de l'Information Scientifique et Technique et des Bibliothèques* – DISTB criada em 1993, funcionou até 1996. Essa Direção “propunha desenvolver a política nacional de informação científica e técnica e de desenvolvimento de novas tecnologias” (Profils géo-documentaires, 1997). A DISTB foi substituída em 1996 pela *Direction de l'Information Scientifique, des Technologies Nouvelles et des Bibliothèques* – DISTNB que manteve as mesmas atribuições (Décret 96-16). Em dezembro de 1997, uma reorganização do Ministério da Educação levou à supressão da DISTNB (Décret 97-1149). Suas funções foram repartidas em 3 direções distintas.

Na opinião de Rauzier (1998, p.27) “à vontade determinada da DISTNB ... de conduzir uma política... se sucede hoje uma vontade de não ter nenhuma política no assunto porque na realidade não existe (em nível do governo) a mínima consideração pela informação científica e técnica, nem a menor idéia de sua importância”.

Na realidade, já em 1993, Wolff-Terroine (p.232) afirmava que essa situação de desenvolvimento, subdivisões sucessivas e discontinuidade é conseqüência da falta de compreensão, pelos dirigentes de alto nível, do papel da informação profissional para o desenvolvimento da sociedade.

O desenvolvimento da Internet nos dois países foi retardado pela falta de reação do Estado e por uma política protecionista da tecnologia nacional (representada na França pelo Minitel e no Bra-

sil pelas indústrias de *hardware* e de *software*). Entretanto, os dois países desenvolvem uma reflexão nesse sentido e tentam recuperar o atraso através de ações governamentais. O governo francês anunciou, em janeiro de 1998, uma série de iniciativas para preparar a entrada do país na sociedade da informação. Esse programa de ação governamental em favor do desenvolvimento da Internet e da multimídia concerne à educação, à cultura, ao serviço público, às empresas, à inovação e à regulamentação das redes (Préparer l'entrée de la France, 1998).

No Brasil, o apoio da Rede Nacional de Pesquisa permitiu, a partir de 1989, uma extensão do acesso à Internet à maioria do sistema universitário brasileiro. No nível da formação em Biblioteconomia, a experiência da utilização da Internet no curso de graduação da PUCCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – através do PROIN – Programa de Apoio à Integração Graduação-Pós Graduação da CAPES, mostra a possibilidade de uma utilização positiva dessa rede na formação profissional (Mostafa, 1997).

Para concluir, tentaremos voltar à formação profissional dos dois países para levantar dois pontos que consideramos essenciais, lembrando que é sempre difícil estabelecer uma comparação genérica entre dois sistemas de formação tão diferenciados. Partindo de uma das características gerais da formação francesa, que é a dupla formação – podemos afirmar que o profissional daquele país tem uma bagagem cultural sólida que lhe permite uma reflexão mais profunda sobre os problemas do dia-a-dia, a tomada de decisões e o diálogo com profissionais de outras áreas. Entretanto, o número reduzido de horas de ensino profissional não lhe permite um aprofundamento técnico. No Brasil, ao contrário, a formação em nível de graduação talvez seja longa demais e muito centrada na técnica. Na nossa opinião, falta ao profissional da informação brasileiro esta bagagem cultural que lhe permitiria lidar melhor com os problemas e se posicionar de forma mais positiva.

As mudanças da tecnologia e a globalização dos mercados levam as profissões a repensar a natureza do profissionalismo. For-

mar profissionais integrados na realidade e que possam responder às necessidades atuais e futuras para os novos mercados de trabalho, bem como para os mercados tradicionais, é um verdadeiro desafio para os cursos de Ciência da Informação.

Referências bibliográficas

- ADBS. *La certification des professionnels de l'information et de la documentation*. Paris: ADBS, 1994.
- ADBS. *Vie professionnelle*. Capturado em 6 jun. 2000. Disponível na Internet <http://www.adbs.fr>
- ADBS. *Référentiel des métiers-types et compétences des professionnels de l'information et de la documentation*. Nouvelle version révisée. Paris: ADBS, 1998.
- BLANQUET, M.-F. L'enseignement théorique peut-il être nuisible? *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v.26, n.3, p.125-131, mai./juin. 1989.
- BLANQUET, M.-F. La fonction documentaire: étude dans une perspective historique. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v.30, n.4/5, p.199-204, juil./oct. 1993.
- CACALY, S. (Org.). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Nathan, 1997.
- CUNHA, Miriam Vieira da. *L'émergence des nouveaux professionnels de l'information: formation, compétences, marché*. Etude comparée des situations brésilienne et française. Paris, 1998. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação Científica e Técnica) – Conservatoire National des Arts et Métiers, 1998.
- DELMAS, B. L'INTD et son rôle dans la formation des documentalistes en France: 1932-1993. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v.30, n.4/5, p. 218-226, juil./oct. 1993.
- ENSSIB. *Ecole Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques*. Capturado em 6 jun. 2000. Disponível na Internet <http://www.ensib.fr>.
- INTD. *Sciences et Techniques de l'Information*. Capturado em 6 jun. 2000. Disponível na Internet <http://bose.cnam.fr/instituts/intd>.
- MEYRIAT, J. La formation initiale, en France, des professionnels de l'information et de la documentation. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v..30, n.2, p. 91-98, mars/avr. 1993.
- MEYRIAT, J. Qualifications et certification des professionnels de l'I&D dans huit pays européens: brève présentation comparative. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v.36, n.2, p.113-116, mars/avr. 1999.

- MIRANDA, A. The role of professionalism in curriculum development for information personnel: the case of Brazil. Proceedings of an International Colloquium on the Harmonization of Education and Training Programmes for Library and Information and Archival Personnel. Munchen: K.G.Saur, 1989. p.236-249.
- MOSTAFA, S.P. O proin da PUCCAMP. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.2, maio/ago. 1997.
- PREPARER l'entrée de la France dans la société de l'information. Capturado em novembro de 1998. Disponível na internet <http://www.premier-ministre.gouv>.
- PREVOT-HUBERT, M. Penser les nécessaires mutations des formations. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v.34, n.2, p.101-103, mars/avr. 1997.
- PROFILS GEO-DOCUMENTAIRES: France. Capturado em dezembro de 1998. Disponível na internet <http://www.actbief.org/profdoc/profdoc.htm>.
- RAUZIER, J.-M. La DISTNB n'est plus. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v.35, n.1, p.27, jan./fév. 1998.
- SOENEN, H. Les représentations des métiers des bibliothèques et de la documentation à travers les offres d'emploi et les programmes de formation. L'image des professionnels de la documentation. *Cahiers de la Documentation*, Grenoble, n.6, p. 67-115, juin. 1990.
- UNIVERSITÉ DE NANCY 2: DUT Information et communication. Capturado em 7 de junho de 2000. Disponível na Internet <http://www.univ.nancy2.fr>
- VIEIRA, A. S. et al. Demanda de mercado por gerentes de recursos informacionais: um estudo preliminar. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte*, v.19, n.2, p.296-307, set. 1990.
- WOLFF-TERROINE, M. La politique nationale de l'information en France. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v.30, n.4-5, p.227-231, juil./oct. 1993.

Perfil del Profesional de Información del nuevo milenio

Gloria Ponjuán Dante

1 Objetivo

En un estudio en torno a la gestión de información, Rowley (18) plantea: *“el concepto de información es esencial pero evasivo. Es todo lo que nos rodea. A un nivel muy elemental, la información colorea nuestras percepciones del mundo que nos rodea y en consecuencia influye actitudes, emociones y acciones.”*

Considera que el *procesamiento de información* es realizar algo con la información para convertirla en otra cosa. Considera igualmente que el procesamiento de la información es una actividad común a todos los *usuarios* de la información, mientras que la *gestión de la información* puede verse como la esfera del *profesional*, aunque sin definir las fronteras del grupo profesional.

Braman (2) definió la información en una jerarquía de cuatro niveles:

1. *Información como recurso.* “La información, sus creadores, procesadores y usuarios son vistos como entidades discretas y aisladas. La información fluye de piezas no relacionadas a un cuerpo de conocimientos o la información fluye hacia donde puede ser organizada”.
2. *Información como mercancía.* Como complemento a definiciones de información como mercancía, está el concepto de una cadena de producción de información en la cual ésta gana en valor económico. La noción de la información como mercancía

incorpora “el intercambio de información entre las personas y actividades relacionadas así como su uso” e implica a los compradores, vendedores y un mercado. No cuenta con el poder de la información como recurso, pero tiene poder económico.

3. *Información como percepción de regularidad.* Aquí el concepto de información se ve ampliado por el contexto. La información tiene “un pasado y un futuro, se ve afectada por hechos y otros factores ambientales y casuales y tiene efectos propios”. El concepto de información y sus procesos se amplía hacia una estructura social altamente articulada. La información tiene su propio poder aunque sus efectos estén aislados. Ejemplo de esto es que la información reduce la incertidumbre, pero sólo con relación a un asunto específico.

4. *Información como fuerza constitutiva de la sociedad.* La información representa un papel en conformar un contexto. “La información no sólo recibe la influencia de su ambiente, sino que actúa en sí misma afectando a otros elementos del ambiente”. Las definiciones de esta categoría “se aplican a un rango completo de fenómenos y procesos en los que actúa la información, puede ser aplicada a una estructura social de cualquier grado de articulación y complejidad, y concede información, su flujo y uso tiene un poder enorme para construir nuestra realidad social (y por último, material)”.

2 Definición

Si el concepto de información resulta evasivo; por transitividad, también el llamado “profesional de la información” constituye un concepto en evolución.

Una de las contribuciones más citadas en la literatura internacional, es el artículo “What is an Information Professional?” de Richard Mason. Mason (11) parte del postulado de que los profesionales poseen un conocimiento especializado acerca del

propio conocimiento y utilizan este conocimiento al servicio de otros, para potenciar a sus usuarios.

Ponjuan (16) considera que los profesionales de la información son aquellos que están vinculados profesional e intensivamente a cualquier etapa del ciclo de vida de la información y por tanto, deben ser capaces de operar eficiente y eficazmente en todo lo relativo al manejo de la información en organizaciones de cualquier tipo o en unidades especializadas de información.

3 Justificación

“La sociedad es un continuo pluridimensional donde cada fenómeno, incluso la elaboración de conocimientos, cobra sentido exclusivamente si se relaciona con el todo” (13). Diferentes elementos justifican la necesidad de un profesional de información que responda en mayor medida a los retos que presenta la sociedad actual y futura, han sido descritos en la literatura y han sido debatidos en diferentes foros nacionales e internacionales. Las asociaciones nacionales e internacionales también forman comisiones, grupos de interés y otros cuerpos ad-hoc que se dedican a su estudio. Estos elementos reflejan en alguna medida la preocupación existente y la atención que se brinda a diferentes niveles para provocar cambios en la formación de los profesionales que en el presente y el futuro deberán enfrentar los retos de la sociedad contemporánea.

Desde principios de los años 90, diferentes autores se han referido a los retos y cambios que deben producirse en los profesionales de la información y en su formación [Quinn (17); Dosa (6); Paez Urdaneta (14)].

Estas propuestas de cambio se sustentan en los siguientes postulados (Dosa, 1992):

- cambios en las condiciones sustentables de la vida en el planeta;
- cambios en la percepción de las ciencias cognitivas (que afecta el diseño y uso de los sistemas de información);

- cambios en las culturas corporativas que origina:
 - desarrollo vertiginoso de las tecnologías de información.
 - globalización.
 - grupos de usuarios de información multiculturales.
 - interdisciplinariedad.
 - manejo de flujos de información complejos.

Estos elementos sustentan determinados retos para los profesionales de este sector (Quinn, 1992):

- asumir el rol de decisor.
- dominar la cambiante tecnología.
- realizar la gestión del conocimiento cada día más cambiante.
- moverse en ambientes multiculturales crecientes que impactarán los ambientes informacionales.

Quinn igualmente sugiere que “los profesionales de la información deben realizar una inversión intelectual para comprender tanto los cambios en la tecnología de información como las fuerzas globales crecientes”. Asimismo afirma: “el desarrollo de una visión personal/profesional así como planes tácticos y estratégicos puede ser la mejor forma de contribuir a orientar el cambio y agregar valor a su carrera personal y a su institución o empresa”.

Las asociaciones profesionales a diferentes niveles han identificado algunas “competencias” requeridas para el Siglo 21.

La Special Libraries Association (20) de Estados Unidos ha realizado una valoración de las competencias profesionales de los bibliotecarios para el nuevo milenio valorando que estos profesionales muestran las siguientes fortalezas:

- tienen experiencias y conocimientos acerca del contenido de los recursos de información, incluida la habilidad para evaluarlos críticamente y filtrarlos.
- tienen conocimientos de la materia especializada apropiada para el tema de la organización o cliente.
- desarrollan y gerencian servicios de información convenientes, accesibles, eficaces en cuanto a sus costos y que éstos están en

- correspondencia con las direcciones estratégicas de la organización.
- proveen instrucción y apoyo a los usuarios de los sistemas bibliotecarios y de información.
 - valoran las necesidades de información y diseñan productos y servicios de información con valor añadido en correspondencia con el mercado para satisfacer necesidades identificadas.
 - utilizan tecnología de información para adquirir, organizar y diseminar información.
 - emplean enfoques apropiados para comunicar la importancia de la información para los decisores.
 - desarrollan productos especializados de información para su uso dentro y fuera de la organización o por clientes particulares.
 - evalúan los efectos del uso de la información y conducen investigaciones relativas a la solución de problemas de gestión de información.
 - mejoran los servicios de información, en forma continua, en respuesta a las demandas cambiantes.
 - son miembros efectivos de los equipos de dirección y consultantes de la organización para asuntos relativos a la información.

En un estudio publicado por la FID sobre el Estado del Arte del Profesional Moderno de Información 1992-93, (9) se incluyen diferentes puntos de vista de autores latinoamericanos que identifican como competencias necesarias:

- el dominio de infofuentes e infotecnologías.
- la promoción de las fuentes de información institucionales.
- la diseminación selectiva de información.
- el diseño y desarrollo de bases de datos internas.
- la optimización de flujos de información de la organización.
- la recuperación de información.
- el uso y diseño de sistemas de información.
- la optimización informacional del proceso de toma de decisiones en la organización.
- la búsqueda sistemática de información.
- la revisión de literatura especializada.

- la producción de índices, bibliografías y catálogos.
- el uso de bases de datos externas.
- la gestión de recursos de información.
- la prospección y trabajo de actualización.
- la producción de resúmenes y reseñas.
- la optimización de funciones informacionales.
- el diseño y mercadeo de productos de información.
- la producción de bases de datos comerciales.

En 1996, la Federación Internacional de Información y Documentación concluyó un estudio a nivel mundial (8) acerca del Profesional Moderno de la Información (MIP). Un total de 2511 especialistas de todo el mundo dieron sus puntos de vista acerca de diferentes aspectos con el objetivo de obtener elementos que permitieran identificar áreas de investigación y estudio así como para orientar los programas y actividades de la FID y otras organizaciones.

En el Congreso y Conferencia de FID en 1996 (Graz, Austria), Hill (10) propuso un conjunto de habilidades que debían tener los profesionales de información, proponiendo un portafolio de habilidades para el éxito.

A partir del enunciado básico de que la habilidad principal que debe tener el profesional de información debe ser su posibilidad de “manejar el cambio”, enuncia que los cambios básicos han estado fundamentados por el aumento de uso de la tecnología y por la expansión de habilidades en un ambiente más amplio, consideraciones que coinciden con otros autores ya mencionados.

Un planteamiento sustancial:

“un buen y exitoso proveedor de información para satisfacer necesidades debe ser una combinación delicada y balanceada de comunicador, vendedor, negociador, diplomático, tecnólogo, político para contar con un suministro interminable de información, iniciativa y conocimiento, acoplado a habilidades de administración, gestión y de negocios” (Hill, 1996).

Muchas de las fortalezas mencionadas podrán ser adquiridas mediante experiencias de acciones concretas:

- los contactos personales y a través de Internet facilitan el trabajo en redes.
- el trabajo en grupos facilita la obtención de experiencias y habilidades.
- las conferencias, charlas, talleres y congresos contribuyen a que se incremente el conocimiento y que se fortalezcan las habilidades de comunicación.
- la consulta de literatura permite la actualización.
- la participación en listas y grupos de interés, eventualmente permiten la actualización.

De estos enunciados se desprende que resulta tan importante aprender como compartir. A partir de ellos, las habilidades del profesional de información del nuevo milenio están asociadas a:

- la gestión
- la tecnología
- la información
- la bibliotecología
- la comunicación
- los negocios
- la cultura general

Moore (12), ha sintetizado los roles de los profesionales de la información para el nuevo milenio como generadores (creadores), comunicadores y consolidadores de información. Evidentemente las funciones particulares pueden quedar definidas dentro de estos tres grandes grupos, denominados por Cronin (4) como diseñadores, ejecutores y operarios (“developers, constructors and craftsmen”).

CEPAL-CLADES, que tan arduo trabajo ha realizado en la Región para la difusión de los cambios necesarios en el profesional de la información y en la aplicación de la gestión de información en las organizaciones, publicó en 1997, tres ensayos en torno al

Gestor de Información (3). Alba (1) se refirió a este desafío, como una oportunidad para que los profesionales de la información asumieran un rol activo frente a los procesos de cambio. Asimismo considera que la supervivencia del profesional de la información tiene mucho que ver con su capacidad para posicionarse o reinsertarse en diferentes ambientes organizacionales que se encuentran en un acelerado proceso de transformación.

Cubillo (5) considera que “vivimos un cambio de paradigma en la gestión de los flujos y stocks informativos. De un mundo caracterizado por estructuras lineales de organización de la información (catálogos), operación mono-medial donde las colecciones y flujos de datos eran de tipo homogéneos (solo texto, solo dato, solo imagen, o sonido o animación) y de actores comunicados por vía convencional (reuniones cara a cara, servicios de correos) se ha pasado a un mundo cuyo paradigma es el WWW (hipertextualidad, multimedialidad, conexión de actores políticos, generadores de conocimiento, informadores, tecnólogos de la información, vía redes de computadoras).”

4 Una precisión sobre el concepto “moderno” en el nuevo milenio

La Federación Internacional de Información y Documentación desde hace más de una década introdujo el concepto de un *Profesional Moderno de Información*. Con relación a este concepto, hace ya varios años, Ponjuan (15) expresó sus consideraciones en relación con que el profesional de la información al igual que cualquier otro profesional tiene un ciclo de vida. En este caso, un ciclo de vida profesional y su condición de “Moderno” estaba asociado a su flexibilidad, a su capacidad de vivir e interactuar de acuerdo a su época, en función de los requerimientos de la sociedad en que vive. Este concepto, a la luz de este nuevo milenio, cobra especial significado, pues la sociedad contemporánea transita hacia una Sociedad donde el recurso principal es y será “la información”

por lo que el profesional que tiene la enorme responsabilidad de gestionar el ciclo de vida del recurso más importante de la Sociedad gana en visibilidad, gana en responsabilidad, y *debe responder a las demandas de sus tiempos*.

5 La “gestión” y el profesional moderno de la información

En el Siglo XIX, el alemán Schrettinger (19) nombra la Ciencia de la Biblioteca (Bibliothekswissenschaft) y dos décadas después Ebert (7) la define como “conjunto de conocimientos y habilidades necesarios para la gestión de una biblioteca”. Es decir, hace más de un siglo, se reconocía que esta actividad requería una gestión.

El perfil del profesional de la información que presentó Hill en 1996, mencionado anteriormente, reconoce la importancia de este componente, haciendo énfasis en esa *mezcla balanceada y delicada*.

En una investigación realizada por la autora (16) con una muestra de trabajadores de diferentes esferas de la docencia y los servicios de información de 10 países latinoamericanos se reconoce la importancia de los conocimientos de gestión y gestión de información para el profesional y su organización. Estos resultados, junto a la observación y análisis documental realizado, le permitieron proponer un modelo de dimensiones de la gestión en unidades de información que aparece en la Figura 1.

En este modelo, se sitúan como elementos básicos la gestión de contenidos (también denominada gestión de información), la gestión de recursos humanos, de las ofertas informacionales (también denominada gestión de servicios y productos), de las finanzas, del cambio y de la tecnología integrados mediante procesos informacionales en sistemas.

En otra parte de esta propia investigación se investigó el efecto que había provocado la enseñanza de la gestión y la gestión de información en los profesionales en ejercicio en Cuba.

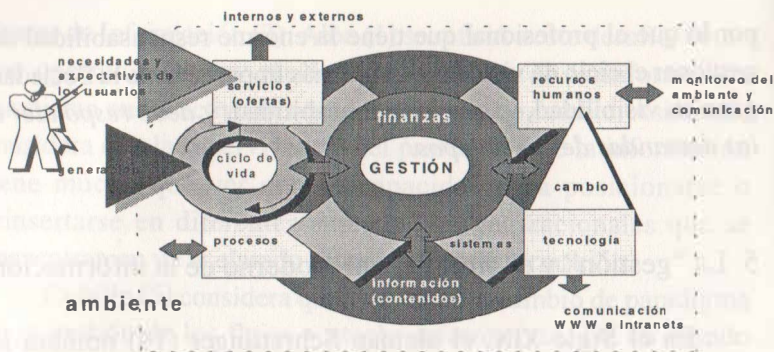


Figura 1 – Dimensiones de la gestión y la gestión de información en Unidades de Información.

El 95% de los entrevistados reflejó que la educación continua en temas de gestión y gestión de información había contribuido a nivel personal, a un cambio en su actuación, y a nivel de sus organizaciones, a un mayor reconocimiento y visibilidad. Los elementos vinculados al trabajo en equipo, al liderazgo, y a diferentes elementos relativos a la gestión de recursos humanos resultaron elementos muy significativos en la actuación de los entrevistados. También se entrevistaron los encargados de organizaciones que se distinguen en la aplicación exitosa de alguna técnica relativa a la gestión o la gestión de información.

El análisis intentó conocer el impacto que la gestión de información representó para estas organizaciones, distinguiéndose un mayor apoyo informacional, la elevación de la eficacia, eficiencia e impacto, el ahorro considerable para el país en inversiones innecesarias, una mayor orientación hacia el cliente, la elevación de la calidad, etc. Este impacto fue sustentado por un mayor conocimiento del ambiente, la evaluación permanente, la utilización eficiente de la tecnología y la información, y la preparación, actualización y adiestramiento de su personal.

Resultó evidente el efecto provocado por la educación continua tanto en los profesionales como en sus organizaciones. Esto nos hace reflexionar en torno a la importancia que reviste para el

profesional de la información mantener una conducta estratégica, cosa factible si en su formación en pregrado (graduación) o postgrado recibe contenidos relativos a la gestión y la gestión de información.

6 Conocimientos y habilidades en gestión de información

Estos elementos permitieron proponer un modelo general de conocimientos y habilidades para el profesional de información, que refleja el perfil que debe tener el mismo. Dicho modelo aparece en la Figura 2.

Los conocimientos y habilidades en Gestión de Información se integran a otros conocimientos y habilidades imprescindibles para la actuación del profesional de información en este nuevo milenio. El perfil del profesional de información debe mantener una integralidad. Se considera necesario INTEGRAR diferentes disciplinas entre las que se encuentra la gestión de información.

Algo importante resulta, que esta visión debe ser desarrollada en función de las exigencias del mercado. Es decir, resulta importante estudiar la actuación del profesional en su mercado y diagnosticar aquellos elementos sobre los que deben efectuarse cambios significativos, sin dejar de considerar aquellos que aunque

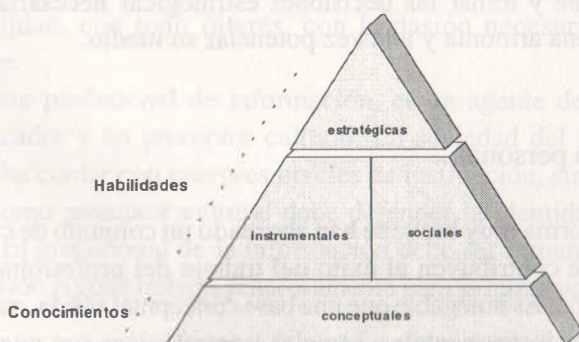


Figura 2 – Modelo de conocimientos y habilidades del profesional de la información, en el que se muestra el componente de la gestión de información.

no estén presentes, se considere que resultan básicos o complementarios para una formación integral del mismo.

El elemento de base de la formación y de la actuación de este profesional es la base teórico conceptual. No se trata de formar un profesional que no tenga la solidez necesaria para estudiar, para comprender las raíces de su praxis.

Sobre esta base conceptual, en un proceso de integración, (de agregación de valor), se crean habilidades instrumentales y sociales. Las instrumentales son aquellas que permiten planificar, valorar, y tomar decisiones en torno a personas y procesos así como evaluar los resultados. Dentro de ellas se sitúan algunas relativas a la gestión de procesos, la gestión de la tecnología, del sistema, de los recursos financieros. Es decir, principalmente aquellas que tienen un carácter funcional e interno.

En el caso de las habilidades sociales, considera a todas las que permiten operar mejor con las personas, tanto las que se encuentran dentro del sistema como las que pueden encontrarse en el ambiente: trabajadores, usuarios, clientes, colaboradores, directivos, financistas de los proyectos, y otros constituyen el elemento principal de cualquier sistema.

En la cima de esta pirámide aparecen los elementos estratégicos que se integran, (mediante un proceso de agregación de valor) a los dos niveles precedentes y que permiten conocer mejor el ambiente y tomar las decisiones estratégicas necesarias para sostener una armonía y a la vez potenciar su medio.

7 El sello personal...

En forma muy breve se han abordado un conjunto de componentes que contribuyen al éxito del trabajo del profesional de la información. Es innegable que una base conceptual sólida, así como habilidades instrumentales, sociales y estratégicas son vitales.

Pero este profesional, que se desempeña en un ambiente cambiante, manejando con gran responsabilidad y ética las necesidades

de otros, debe combinar conocimientos y habilidades con un sello personal. Ese sello personal está dado por una proyección que desde hace algunos años Feria, Guimaraes, y Ponjuan¹ identificaron: las A's del profesional de la información que aparecen en la Figura 3.

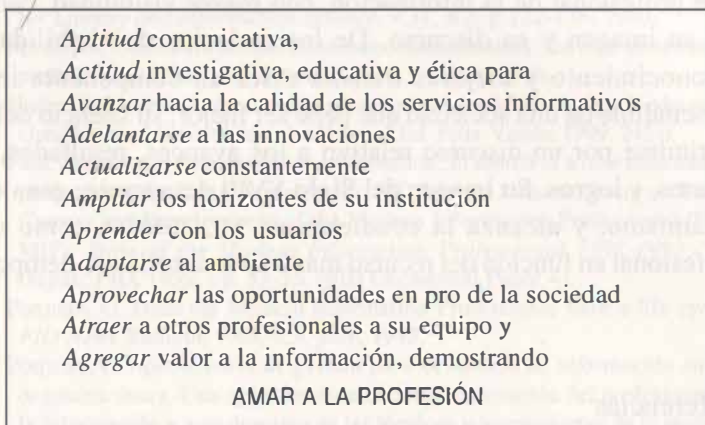


Figura 3 – Las A's del profesional de la información.

Las diferencias entre profesionales con una formación actualizada y competitiva, estará marcada por su sello personal. En este encontramos la imprescindible motivación y deseo de ser útil, de ser mejor, de estar a la altura de sus tiempos, con toda flexibilidad, con todo interés, con la pasión necesaria que se requiere.

Este profesional de información, es un agente de cambio, un educador y un promotor cultural. La sociedad del futuro no sólo debe contar con mayores niveles de instrucción, sino de cultura. Como promotor cultural debe defender la identidad de sus raíces. El profesional de la información debe ser inmune al individualismo porque trabaja generosamente para la humanidad. Debe

¹ Esta idea se generó durante un panel desarrollado en el Congreso Internacional de Información INFO'97, en La Habana.

ser competitivo porque administra el poder de la información con nobleza. Debe ser cooperativo, porque se integra en diversos equipos de distintas especialidades con fines diferentes pero siempre en pos del desarrollo y del futuro.

En el nuevo milenio un cambio significativo debe ocurrir. Este profesional de la información, con mayor visibilidad, cambia su imagen y su discurso. De los reclamos de visibilidad, reconocimiento y mejoras transita a ser un componente imprescindible de una sociedad que debe ser mejor; su silencio debe sustituirse por un discurso relativo a los avances, resultados, aportes, y logros. Su imagen del Siglo XVIII desaparece; gana en dinamismo, y alcanza la condición de MODERNO, como un profesional en función del recurso más importante de sus tiempos.

Referencias

1. ALBA, L. El profesional de la información y los cambios globales: temas para un debate. En: CEPAL-CLADES. *Tres enfoques sobre el nuevo gestor de la información*. Santiago: CEPAL, 1997. p.11-26.
2. BRAMAN, S. Defining information: na approach for policymakers. *Telecommunications Policy*, v.13, n.3, p.233-242, 1989.
3. CEPAL-CLADES. *Tres enfoques sobre el nuevo gestor de la información*. Santiago: CEPAL, 1997. 61p. (Información y Desarrollo, 8)
4. CRONIN, B. *Information professionals in industrialised countries*. Paper presented for UNESCO's curriculum development seminar, Caracas, marzo, 1990.
5. CUBILLO, J. La búsqueda de nuevos liderazgos organizacionales en gestión de la información en América Latina y el Caribe. En: CEPAL-CLADES. *Tres enfoques sobre el nuevo gestor de la información*. Santiago: CEPAL, 1997. p. 47-61.
6. DOSA, M. New Challenges to the Information Professional. *FID News Bulletin*, v.42. n.3, p.51-56, 1992.
7. EBERT, F. A. Die Bildung der Bibliothekar. 2 aufl. Leipzig, 1820, p. 8-9, 10. Apud: Molina Campos, E. *Teoría de la Biblioteconomía*. Granada: Universidad de Granada, 1995. p.45-46.
8. FID. *Survey of the Modern Information Professional*. The Hague: FID, 1996. p.v.
9. FID Special Interest Group on Roles, Careers and Development of the Modern Information Professional (FID/MIP). *State of the Modern Information*

- Professional 1992-1993*. The Hague: FID, 1992. 175 p. (FID Occasional Paper 4).
10. Hill, S. Meeting the challenge of change: developing a skills portfolio for success. The Role of Information Professionals. New roles/new responsibilities: are we prepared? 48th FID Conference and Congress, Graz, Austria, 20-25 october 1996.
 11. Mason, R. O. What is an information Professional? *Journal of Education for Library and Information Science*, v.31, n.2, p.122-138, 1990.
 12. Moore, N. Creators, communicators and consolidators: the new information professional. *Managing Information*, p.3-6, jun. 1996.
 13. Nuñez, J. *La ciencia y la tecnología como procesos sociales*. Lo que la educación científica no debería olvidar. La Habana: Ed. Felix Varela, 1999. 245 p.
 14. Páez Urdaneta, I. To experience a connection; in search of a new information professional for Latin America. En: FID Special Interest Group on Roles, Careers and Development of the Modern Information Professional (FID/MIP). *State of the Modern Information Professional 1992-1993*. The Hague: FID, 1992, pp. 33-53. (FID Occasional Paper 4).
 15. Ponjuan, G. Does the Modern Information Professional have a life cycle? *FID News Bulletin*, v.43, n.3, p.61, 1993.
 16. Ponjuan, G. *Aplicaciones de gestión para el manejo de información en las organizaciones*. Una aproximación al perfeccionamiento del profesional de la información y a su dominio de las técnicas y herramientas de la gestión. Universidad de La Habana, 2000, 174p. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) Universidad de La Habana, 2000.
 17. Quinn, K. T. Technical Vitality Challenges for Information Professionals in the 1990s. *FID News Bulletin*, v.42, n.3, p.57-61, 1992.
 18. Rowley, J. Towards a framework for Information Management. *International Journal of Information Management*, v.18. n.5, p.359-369, 1998.
 19. Schrettinger, M. *Versuch eines vollständigen lehrbuchs der bibliothekswissenschaft oder anleitung zur vollkommenen geschäftsführung eines bibliothekars in wissenschaftlicher form abgefaast*. Munchen, 1808, 2 auf. 1829.
 20. SLA. Competencies for Special Librarians of the 21st. Century. *Executive Summary*, oct. 1996.

O perfil do profissional bibliotecário

Jussara Pereira Santos

O final da década de 80 trouxe para a Biblioteconomia uma indagação que ainda não encontrou resposta definitiva: quem é o profissional da informação capaz de enfrentar os desafios e dificuldades provocados pelas grandes mudanças ocorridas com a chegada da era da informação? As discussões afirmavam, de um lado, que o profissional da informação bibliotecário, com o chamado perfil tradicional, voltado para gestão de documentos, estava sob a ameaça da perda de seu espaço profissional. A vivência desse profissional achava-se restrita ao espaço físico da unidade de informação, constituindo-se um administrador dos processos envolvidos no ciclo documental. Realizava "...o 'tutoramento de coleções', cuja diretriz está voltada para os suportes de informação (documentos)..." como afirmado por Marchiori (1996, p.2). O desenvolvimento das tecnologias da informação, "eliminando" as paredes das bibliotecas e disponibilizando informações abrigadas em sistemas distantes, de modo quase instantâneo, foi o grande argumento utilizado para exigir do profissional, além de um corpo de conhecimentos especializados na área do tratamento da documentação, outros conhecimentos e habilidades para a gerência de informações em suportes e locais diversificados. Além dessas, outras características profissionais e pessoais passaram a ser fundamentais: ser curioso, proativo, criativo, voltado para o cliente e, principalmente, dedicado ao acesso às informações.

Este profissional bibliotecário, ao lado dos arquivistas, museólogos, administradores e outros profissionais, foi incluído

no grupo dos Modernos Profissionais da Informação (conhecidos pela sigla de MIP) por possuírem conhecimento especializado e por colocar esse conhecimento a serviço da sociedade (Mason, 1990, p.125). Afirma o mesmo autor: “Os profissionais da informação aplicam seus conhecimentos sobre informação e tecnologia com uma finalidade básica em mente: obter a informação certa, a partir da fonte certa, para o cliente certo, no tempo certo e na forma mais adequada para o uso a que se destina e a um custo que seja justificado pelo seu uso”. Apesar dessa asserção, Mason ainda restringe as atividades do bibliotecário ao contexto do ciclo documentário. Dessa forma, parece enunciar uma atitude quanto ao tratamento dado às demandas de informação e não a uma abertura do universo de trabalho do bibliotecário além das paredes da biblioteca, por meio do uso das tecnologias da informação.

Inserindo-se nessa discussão, a Federação Internacional de Documentação (FID) criou, no ano de 1992, um grupo especial para estudo e tratamento da questão do profissional da informação, designado como Special Interest Group/Modern Information Professional (SIG/MIP) e, ao propor a organização de uma oficina de trabalho, com convidados exclusivos, para discussão do futuro do MIP (An Invitational, 1994), indicou alguns tópicos para debate: que tipo de empregos devem os profissionais da informação ocupar no futuro? Quais os papéis a serem desempenhados pelos profissionais da informação e pelos usuários no futuro? Quais as técnicas gerenciais disponíveis para a comunicação mediada por computador? Deve um enfoque interdisciplinar nortear a formação dos profissionais? E, se afirmativo, quais as disciplinas envolvidas?

A mesma Federação publicou no ano de 1994, o documento designado como a Resolução de Tokyo (Resolución, 1994, p.313), assinado pelas organizações internacionais não-governamentais, presentes às comemorações de seu centenário. O manifesto destaca, em seu preâmbulo, os seguintes aspectos: “...o setor da Informação, no sentido mais amplo da palavra, ou seja: produção, recoleta, distribuição, gestão, conservação e utilização da informação...”, sinalizando, dessa forma, a possibilidade de abertura

do campo profissional para atividades além do ciclo documentário. A Resolução inclui, ainda, as atuações desejáveis pelas organizações signatárias, dentre as quais podem ser citadas as seguintes:

- a) *“prever e avaliar as mudanças que afetem o fornecimento de informações para fazer frente aos desafios que se coloquem;*
- b) *assegurar que os profissionais da informação tomem parte ativa nos estudos sobre aspectos futuros das atividades humanas;*
- c) *assegurar que o desenvolvimento e aplicação das tecnologias da informação contribuam de modo eficaz para satisfazer as necessidades dos usuários;*
- d) *assegurar que os profissionais da informação, por meio da educação continuada, mantenham e desenvolvam suas capacidades e atitudes para fazer frente às mudanças”* (p.314).

As preocupações contemplam, portanto, as questões das mudanças operadas na sociedade, relacionadas à satisfação das necessidades de informação dos usuários e à participação qualificada de profissionais, atualizados e preparados, para fazer frente a essas mudanças. Nesse sentido, a educação formal e continuada dos profissionais da informação passou a ser questionada em relação ao desenvolvimento de novos enfoques. Por exemplo: a certeza de que o isolamento seria péssimo para a sobrevivência do profissional e de que a flexibilidade deveria ser a tônica para acomodação aos impactos provocados por essas mudanças; a avaliação das possibilidades de treinamento comum (até onde?) entre os diferentes profissionais da informação e a expansão das atividades para áreas informacionais integradas foram questões debatidas em inúmeros eventos.

Na América Latina, especialmente em Cuba, as discussões sobre o MIP encontraram um interlocutor expressivo na pessoa de Glória Ponjuán Dante, com trabalhos publicados sobre o tema desde 1993. Em 1997, referindo-se às conseqüências provocadas

pelas mudanças na cultura profissional do bibliotecário inclui, dentre outras, as seguintes constatações: maior orientação ao cliente, maior vontade de transformar, ações em direção ao desenvolvimento profissional, domínio da tecnologia computacional e maior integração na vida da organização mantenedora.

A questão do profissional da informação foi alvo de vários estudos e encontros no Brasil. A Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (ABEBD) promoveu, em 1995, uma reunião nacional sobre o ensino de graduação e sobre o profissional, mostrando a preocupação dos docentes quanto à adequação do ensino às pressões do mercado de trabalho e da sociedade de um modo geral. No ano anterior, 1994, foi criado o Grupo PET/CAPES de Biblioteconomia da Universidade Estadual Paulista, câmpus Marília, SP, dedicado ao estudo de aspectos como formação, atuação, mercado de trabalho e perfil profissional (Guimarães, 1997).

Outra pesquisa relevante foi realizada por Tarapanoff (1997, p.7) baseada em metodologia sugerida pela FID, abrangendo todas as regiões brasileiras, com destaque especial para o Distrito Federal. “Dentre os resultados significativos, o perfil do profissional da informação no Brasil aparece como o do bibliotecário, desenvolvendo e assumindo papéis tradicionais, mas com um crescente envolvimento em novas tecnologias e novos procedimentos administrativos”. Os resultados da pesquisa apontam, ainda, para a necessidade de reformulação dos currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia, considerados defasados, e para a rigidez e inadequação do bibliotecário no desempenho de novos papéis. Chama a atenção para a tendência de entrada de profissionais de áreas afins em atividades tradicionalmente executadas por bibliotecários.

Em documento mais recente (1999, p.27) a mesma autora informa sobre o tema da 49ª Conferência e Congresso da FID: Em Direção à Nova Sociedade da Informação do Amanhã: inovações, desafios e impacto e destaca alguns pontos discutidos sob o aspecto educacional e do profissional da informação. Com relação

à educação surge, com mais força, a possibilidade do ensino à distância "...porque para ele convergem os novos paradigmas da comunicação e da educação, e suas características se assemelham com a sociedade da informação, baseada em redes globais..."

Com relação ao profissional da informação foi apontada,

"...sua responsabilidade na alfabetização em computação e em informação para as massas. Dentre as várias habilidades levantadas como necessárias para o profissional bibliotecário estão, as de ser: inovador, criativo, líder, comunicador, negociador, empresário, especialista na busca (seletiva) informacional, diante da explosão da informação, e especialista em redes (participar no processo de globalização)" (Kumar apud Tarapanoff, 1999, p.37).

Viu-se, portanto, que a Biblioteconomia, desenvolvida até então num ambiente bastante estável, pouco afeito a mudanças, foi compelida a assimilar os avanços tecnológicos para o tratamento da informação e inserir-se nas redes globais de informação. E, por extensão, refletir sobre indagações como: perfil para países pobres de informação? Um mesmo perfil para várias realidades?

É necessário pensar nas várias realidades da Biblioteconomia, especialmente quando o exercício desse profissional é realizado em países em desenvolvimento. Para os setores da educação fundamental e média e para as bibliotecas públicas de inúmeros municípios brasileiros, o perfil do profissional necessário deve contemplar os conhecimentos específicos da profissão, no tratamento da documentação aliados a um forte componente de liderança. O chamado perfil tradicional ainda será bem-vindo em circunstâncias onde é necessário desenvolver uma alfabetização efetiva e capacitar os indivíduos para a leitura do mundo e do exercício da cidadania. Nesse sentido, Martucci (1983?, p.3) afirmou a necessidade de os bibliotecários se constituírem agentes de transformação cultural, possuindo – além dos conhecimentos técnicos – conhecimentos da realidade (social, política e educacional) propiciando uma atuação engajada e consonante com essa realidade.

Apesar da época em que a afirmação foi feita, décadas depois essa ainda se faz verdadeira. Complementam essa visão as colocações de Müller (1989, p.67) quando discute o perfil do profissional bibliotecário e as funções sociais da profissão. Indica-as como sendo, principalmente, três: a função da preservação, a função da educação e a função do suporte ao estudo e à pesquisa. Com relação à função da preservação entende a autora todos os processos de organização do conhecimento registrado para garantir seu acesso. No exercício da função da educação, entende a existência do bibliotecário como professor, não só fornecendo informações como também preparando os indivíduos para buscá-las de forma autônoma sempre que precisarem. A terceira função está relacionada com o fornecimento de informações especializadas e onde: “O perfil desse profissional deve ser semelhante ao de seus usuários, na medida em que é indispensável que conheça o projeto para o qual trabalha, a literatura da área de interesse, e a linguagem própria dessa área”.

No contexto das bibliotecas escolares e públicas aflora mais claramente a responsabilidade social do bibliotecário o que corresponde a um perfil de:

- comunicador efetivo;
- organizador da informação registrada para sua pronta recuperação e uso;
- mediador no processo de transferência da informação, disponibilizando a informação certa, para o cliente certo;
- pesquisador das necessidades de informação das comunidades;
- criador de estratégias específicas para o atendimento de necessidades especiais;
- educador no que tange à criação de hábitos de leitura, estudo e pesquisa, e competências para a escrita;
- líder no sentido de impulsionar o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, criando novos líderes;
- dinamizador de bibliotecas, como espaços de informação e convivência.

Os recursos com os quais poderá contar serão aqueles disponibilizados pelo contexto onde se encontra a unidade ou serviço de informação. Como profissional atualizado, conhecedor das tecnologias disponíveis, terá condições de ampliar o universo de sua biblioteca colocando as redes e os recursos informacionais à disposição de sua clientela.

Para desempenho nas áreas especializadas, quer em unidades de informação de universidades, institutos de pesquisa quer em organizações governamentais e empresariais, outras são as exigências:

- ser um especialista na área de conhecimento onde atua;
- ser um profundo conhecedor dos recursos informacionais disponíveis e das técnicas de tratamento da documentação, com domínio das tecnologias mais avançadas;
- ser um gerente efetivo;
- ser um líder para enfrentar as mudanças e suas conseqüências.

Com relação ao domínio da área de conhecimento onde atua, volta-se às considerações de Müeller (1989) onde o bibliotecário deve conhecer o projeto no qual o cliente está engajado, o que requer conhecimento da área da sua especialidade. Com a formação generalista oferecida no país, torna-se bastante difícil para o egresso dos cursos de Biblioteconomia desempenhar-se a contento nesses vários ambientes. Aqueles poucos que possuem dupla graduação já o fazem com desenvoltura, pois, conhecedores de determinada área, de seu vocabulário, da literatura e das redes de comunicação formais e informais, podem ser parceiros mais efetivos dos especialistas. Os cursos de mestrado também não especializam por áreas do conhecimento (biblioteconomia médica, informação/documentação jurídica, etc.) Seria então oportuna a especialização, por área do conhecimento, ainda na etapa da formação básica do profissional? Ou os cursos de pós-graduação devem prover essas necessidades? Ou a formação deve ser somente em nível de pós-graduação? São questões que ficam, neste momento, sem resposta. O que permanece é a necessidade de o profissional conhe-

cer a área onde está atuando. As soluções para minimizar essas lacunas de conhecimento especializado têm sido as mais diferentes, cada uma a partir de um projeto de carreira individual. Colegas têm freqüentado cursos de graduação como alunos especiais; outros, eventos científicos e, ainda, leituras e esforços no sentido do aprendizado de, pelo menos, uma linguagem em comum. A experiência, o convívio com os especialistas e o esforço pessoal têm sido a tônica no suprimento dessa imposição do próprio mercado de trabalho.

O domínio de tecnologias avançadas para o acesso, tratamento e recuperação de informações inicia-se nos cursos de graduação e seu aprimoramento depende, mais uma vez, de um projeto pessoal. É necessário um investimento importante na capacitação e atualização, neste setor, onde o que foi aprendido hoje pode estar ultrapassado amanhã. A espantosa velocidade com que surgem e são superadas as tecnologias coloca todos, profissionais e usuários, em permanente desvantagem. E o usuário/especialista exige as informações certas, na hora certa. Nem antes, nem depois.

Sobre competências profissionais, Marshall et al. (1996) listam uma série de quesitos necessários para o bom desempenho do bibliotecário especializado, todas adquiridas durante a formação profissional. Com relação ao que os autores designam de competências pessoais, são indicadas as seguintes: compromisso com a excelência da prestação de serviço (ser um profissional), procurar desafios e oportunidades de crescimento dentro e fora da unidade de informação, conseguir ver o conjunto das situações, buscar alianças e parcerias, possuir habilidades de comunicação, saber trabalhar em equipes, ser líder, ser flexível e positivo em uma época de mudança contínua. Essas são inerentes à pessoa ou podem ser adquiridas por meio de treinamento.

Ser um gerente efetivo, ou seja, estar preparado para a mudança sempre, pode sintetizar a principal característica de um MIP. Assim, os bibliotecários, prontos para as mudanças, devem "...manter alto o nível de urgência e baixo o de complacência todo o tem-

po, não apenas no princípio de uma grande tentativa de transformação” (Kotter, 2000, p.24). A complexidade do gerenciamento dos sistemas de informação exige a elaboração de planos e orçamentos, a concretização desses planos por meio de organização e treinamento de pessoal e sua realização por meio do controle e da solução de problemas. E a flexibilidade? É conseguida por meio da liderança que é diferente do gerenciamento. O líder estabelece uma visão ou direção, cria compreensão da mesma, motiva e inspira o pessoal da instituição em torno da direção proposta. O líder trabalha no sentido de eliminar os motivos que levam os indivíduos a resistirem à mudança: o desejo de não perder algo de valor, um entendimento errado das razões da mudança e suas conseqüências e o medo de não serem capazes de desenvolver novas habilidades e comportamentos necessários à nova situação (Kotter, 2000). O líder cria líderes e não os vê como concorrentes, mas como parceiros. Apronta toda a sua equipe para enfrentar as situações novas e imprevistas sem a necessidade de *reuniões, memorandos, ordens de serviço, novos fluxogramas etc.* O líder desburocratiza as decisões, pois estas devem ser tomadas no momento em que surgem as questões. Todos são responsáveis pela solução e têm condições de encontrá-las. Novamente, deve ser ressaltado que ao usuário não interessa a ausência de X ou Y, a falta disto ou daquilo. Ele deseja a informação certa, da fonte certa, na hora certa, onde quer que se encontre.

As habilidades e conhecimentos para o desempenho das tarefas gerenciais de sistemas de informação são e serão cada vez mais necessárias. No entanto, este gerente deverá apresentar o perfil de um líder, pois, as duas facetas são imprescindíveis e complementares.

O bibliotecário, que possuir um perfil empreendedor como proposto acima, poderá expandir seu campo de atuação, participando de várias fases do processo de geração e transferência da informação. Na visão de King apud Stumpf (1994, p.25), esse processo inicia-se com a pesquisa e a geração de uma nova informação, etapa em que o bibliotecário estará dando apoio na seleção de

fontes (documentais ou não), na elaboração levantamento bibliográfico, localização e busca de documentos; na fase de registro do resultado da investigação, o profissional poderá fazer e aplicar as normas técnicas relativas à documentação, como solicitado pelos editores do veículo onde o relato será publicado; na fase de reprodução e distribuição (papel dos editores), o bibliotecário poderá trabalhar na normalização, na catalogação da publicação, na elaboração de índices e de catálogos comerciais; na fase de controle bibliográfico poderá trabalhar nos serviços de indexação e resumos.

Todas as oportunidades do mercado de trabalho estarão abertas para o bibliotecário que possuir um projeto de vida profissional onde a educação continuada seja meta permanente. Nenhum currículo universitário fornece tudo o que é necessário saber assim como nenhum curso de pós-graduação conterà todo o saber e atualização necessários para uma carreira bem-sucedida em tempos de mudanças rápidas e irreversíveis. O perfil ideal do profissional bibliotecário é contingencial ao ambiente e à sociedade onde atua, o que significa que, traçar um perfil é delinear as possibilidades de desempenho e crescimento pessoais e profissionais.

Referências bibliográficas

- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.1, p.124-137, 1997.
- AN INVITATIONAL Workshop on the Future of the Modern Information Professional. *FID News Bulletin*, The Hague, v.44, n.6, p.118-119, June 1994.
- KING, D. W. et al. *Scientific Journals in the United States*. Stroudsburg, Penn: Hutchinson Ross, 1981. Apud Stumpf, 1994, p. 25.
- KOTTER, John. *Afinal, o que fazem os líderes: a nova face do poder e da estratégia*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- KOTTER, John. *Liderando mudança*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- KUMAR, H. Anil. The Librarian at crossroads: human resources in the information age. In: FID CONFERENCE AND CONGRESS, 49., 1998, New Delhi. Apud Tarapanoff, 1999, p.37.
- MARCHIORI, Patrícia Zeni. *Eram os deuses astronautas? ou são os bibliotecários profissionais da informação?* São Paulo: APB, 1996. (Ensaio APB, 34)

- MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Sobre educação bibliotecária e perfil profissional. *Palavra-Chave*, São Paulo, n.3, p.2-3, out. 1983.
- MARSHALL, Joanne; FISHER, Bill; MOULTON, Lynda; PICCOLI, Roberta. *Competences for Special Librarians of the 21st Century* [on line]. Washington, D.C., Special Libraries Association, Special Committee on Competences for Special Librarians, 1996. [Acessado em 26 de junho de 2000]. Disponível na World Wide Web: <http://www.sla.org/professional/competency.html>
- MASON, Richard O. What is an information professional? *Journal of Education for Library and Information Science*, Arlington, Va., v.31, n.2, p.122-138, Fall 1990.
- MENOU, Michel. O Profissional da informação para as bibliotecas universitárias do próximo século. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. *Anais*. [CD-ROM] Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários; Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- MÜELLER, Suzana Pinheiro Machado. Perfil do bibliotecário, serviços e responsabilidades na área de informação e formação profissional. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.17, n.1, p.63-70, jan./jun. 1989.
- NASCIMENTO, Cecília Maria Pereira do; SÁ COUTO, Ana Maria de H. C.; BASTOS, Márcia Maria Silvestre. A biblioteca Universitária Hoje: gerência compartilhada. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. *Anais*. [CD-ROM] Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários; Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- PONJUÁN DANTE, Gloria. El Desarrollo profesional en ciencias de la información y sus aportes al cambio. *Ciencias de la Información*, La Habana, v.28, n.1, p.127-132, mar. 1998.
- PONJUÁN DANTE, Gloria. *Gestión de información em las organizaciones: principios, conceptos y aplicaciones*. Santiago: Universidad de Chile, Centro de Capacitación em Información Prorectoría, 1998.
- RESOLUCIÓN de Tokyo sobre uma Alianza Estratégica de las Organizaciones Internacionales no Gubernamentales em Información para servir mejor a la Comunidad Mundial. *FID News Bulletin*, The Hague, v.44, n.12, p.313-315, Dec. 1994.
- SLATER, Robert. *Liderança de alto impacto*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- STUMPF, Ida Regina Chitto. *Revistas universitárias: projetos inacabados*. São Paulo: ECA/USP, 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola da Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1994.
- TARAPANOFF, Kira. *Perfil do profissional da informação no Brasil: diagnóstico de necessidade de treinamento e educação continuada*. Brasília: Instituto Euvaldo Lodi, 1997.
- _____. O profissional da informação e a sociedade do conhecimento: desafios e oportunidades. *Transinformação*, Campinas, v.11, n.1, p.27-38, jan./abr. 1999.

O Profissional da Informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia

Johanna W. Smit

O título do capítulo pressupõe que o profissional da informação mantém uma relação – a ser melhor esclarecida – com as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia/Documentação e Museologia. Para debater a questão será necessário iniciar pelo começo, a saber, pela apresentação das áreas de atuação profissional “tradicionais”, a biblioteca, o arquivo e o museu. Será, ainda, necessário analisar a função social destas instituições e a conseqüente atuação do profissional nas mesmas, para num segundo momento inserir o profissional da informação na discussão.

1 Do galho, da árvore e da floresta

O imaginário coletivo do mundo do trabalho brasileiro opera tradicionalmente com uma segmentação de atividades profissionais entre arquivistas, bibliotecários e museólogos.¹ Este imaginário coletivo suscita algumas questões e, principalmente, uma

1 A ordem adotada na enunciação dos profissionais não é valorativa – mas baseada simplesmente na ordem alfabética.

relativização, pois nem todos os países segmentam as atividades profissionais da mesma maneira. Não é este o momento para re-fazermos a história da biblioteconomia brasileira, que se afirmou no bojo de um processo pelo qual os objetivos da documentação foram simplesmente incorporados à Biblioteconomia, quando em outros países a diferenciação entre os dois profissionais se afirmava. Este tampouco é o momento para analisarmos as causas profundas da pequena visibilidade social do trabalho do museólogo, ou ainda as razões do grande desconhecimento coletivo acerca do trabalho do arquivista, muito embora estas questões, de uma maneira ou outra, devam ser aqui contempladas, pois mantêm um vínculo muito estreito com o tema do capítulo. Em todo caso, tradicionalmente, as três profissões foram, no que diz respeito ao contexto brasileiro, trilhando caminhos distintos e, ignorando-se em boa parte.² A expressão popular “cada macaco em seu galho” se aplica perfeitamente ao caso, mas com certas entonações que deverão ser analisadas, porque é sabido que macacos mais fortes (ou potentes) têm tendência a invadir outros galhos que não o seu... Para além desta geopolítica de galhos profissionais, que evoca uma discussão corporativa que em nada fará avançar a questão central deste capítulo, fato é que podemos pensar as três irmãs enquanto galhos de uma única árvore, a árvore dos profissionais de prestação de serviços. A árvore tem ainda outros galhos: nem todos os profissionais que prestam serviços têm na “informação” seu objeto, podendo prestar relevantes serviços à sociedade fornecendo alimentos, consertos de aparelhos domésticos, cuidando dos males dos corpos (os médicos) ou das almas (os psicanalistas), para citar somente alguns exemplos. Delineia-se, dessa forma, uma árvore (de prestação de serviços) que faz parte de uma floresta (o

2 Há anos (Smit 1993) alcinhei estas três profissões pela expressão “3 Marias”, dizendo que as três irmãs, ou as 3 Marias, embora diferentes (uma ruiva, uma morena e a outra loira) se ignoravam em boa parte e tendiam a esquecer que, na condição de irmãs, pertenciam à mesma família. Este capítulo tem por pretensão retomar a discussão iniciada naquele momento.

mundo do trabalho) e que, dentre seus inúmeros galhos desenvolveu alguns que nos interessam mais de perto. O que caracteriza esse conjunto – eleito – de galhos? A prestação de serviços de informação?

Por mais que se tente, não é possível pensar a questão sem lembrar que o objeto “informação” é um objeto particularmente complicado, por que ambíguo e aceitando as mais variadas delimitações.³ A imagem das três irmãs supõe, no entanto, que as mesmas tenham algo em comum, o que, por sua vez, pressupõe que tenhamos optado por uma definição do que seja a “informação” que nos ocupa.⁴ Em resumo, nem toda informação que circula pelo mundo afora nos diz respeito; é necessário fazer um corte epistemológico neste universo informacional e postular que o objeto das três irmãs é uma informação que foi registrada, tendo, portanto, em algum ponto do universo uma existência concreta, um suporte. A questão do registro permite chegar à idéia do estoque, ou do acervo, ou ainda às definições já tradicionais de arquivos, bibliotecas ou museus. Aliás, é interessante notar que a bibliografia de Ciência da Informação se detém há anos na questão da mudança de paradigma observado pela área, do acervo para o usuário, ou do acervo para a informação, ou ainda do acervo para o acesso (Morris 1994 e Valentim 1995), mas na prática ainda se rege pelos diferentes documentos/objetos que compõem seus acervos. Dito em outros termos, reconhece-se que a atividade profissional das 3 Marias é exercida num ambiente que não prescinde do acervo (por mais que o mesmo não precise estar localizado num único lugar, suporte ou código: os registros podem estar dispersos, serem digitais, etc.), mas modernamente a ênfase recai

3 Dito em termos mais acadêmicos, o objeto da Ciência da Informação ainda está em fase de sistematização, não havendo consenso entre os pesquisadores e teóricos do ramo. Este problema é seguramente um dos maiores desafios a ser enfrentado, caso se queira propor um estatuto verdadeiramente científico para a área. A bibliografia é extensa, e este não é o momento para discutí-la – menciono somente duas sistematizações recentes e muito interessantes sobre a questão: Cacaly 1997 e Silva et al. 1999.

4 Esta argumentação foi mais detalhada em Smit 1999.

sobre a função social (ou a utilização social) que é feita desses acervos. Dessa forma o usuário, sua necessidade informacional e as possibilidades de acesso à informação passam a prevalecer na bibliografia, ocasionando uma mudança de ênfase, ou de paradigma, mais decantada do que efetivamente executada.

À primeira delimitação (a informação tem que ser registrada) deve-se acrescentar uma outra, a saber, a noção de “utilidade potencial”. As 3 Marias estocam, organizam e/ou disponibilizam informações por que alguém, alguma instituição, alguma sociedade, em algum momento, considerou que a mesma poderia ser útil. Como testemunho ou prova de algo, em suma. Nem toda informação registrada é guardada, mas as 3 Marias se empenham, de maneiras diferentes, a garantir a memória daquilo que se considera informacionalmente útil. Voltemos aos galhos. Tradicionalmente, as bibliotecas guardam livros e periódicos (e alguns outros documentos, desde que considerados pertinentes aos objetivos da instituição), os arquivos, por sua vez, as informações geradas pelas instituições no cumprimento de suas atividades (os documentos “administrativos”) e os museus guardam objetos... Duas categorias de documentos – os eletrônicos e os audiovisuais – bastam para demonstrar a fragilidade da divisão por documentos e sua inadequação aos tempos atuais. Arquivos, bibliotecas e museus estocam e/ou disponibilizam fotografias, e todas hoje recebem e/ou estocam e/ou produzem documentos eletrônicos... mas com objetivos diferentes! A diversificação entre as 3 Marias existe, mas não deve ser fundamentada nos tipos de documentos, e sim na *função* atribuída à informação pelos diferentes tipos de instituições. Na ótica arquivística a informação fala sobre as instituições, suas atribuições e suas relações com os demais segmentos da sociedade ou pessoas, sendo que na ótica biblioteconômica a informação é um objeto em si e na ótica museológica o objeto informa sobre a sociedade que o produziu e/ou utilizou. Voltar-se-á ao assunto no item 3. A partir de funções diferentes atribuídas à informação pelas diferentes instituições, estas mesmas trabalham com diferentes princípios e teorias, reconhecendo-se neste

momento a especificidade de cada uma. Assim sendo, as diferenças existem, os galhos não são conseqüentemente um único galho, mas são próximos, pois todos têm por objetivo disponibilizar informações que foram consideradas úteis, ou necessárias, em determinado momento para alguma pessoa, grupo ou instituição. Desnecessário enfatizar que a frase acima engloba uma série de julgamentos de valor: em função do que uma informação foi considerada útil ou necessária? Em outros termos, estar-se-á obviamente diante de julgamentos historicamente determinados e em momento algum trabalhando com verdades absolutas.

Do que foi dito até agora pode-se concluir que as instituições arquivo, biblioteca e museu são diferentes mas próximas, porquanto perseguem o mesmo objetivo, pode-se outrossim, como conseqüência, concluir que os profissionais que trabalham nestas instituições também seguem princípios e metodologias próprias, muito embora todos persigam o mesmo objetivo, *in fine*. Ainda vale o resumo proposto por Mason (1990, p.125) para os objetivos perseguidos pelo profissional da informação: “disponibilizar a informação certa, da fonte certa, para o usuário certo, no prazo certo, numa forma considerada adequada para o uso e a um custo justificado pelo uso”. Muito bem, esta conclusão leva a conseqüências? Se sim, quais?

2 Além dos galhos, das árvores e da floresta, há ainda os profissionais

Coerente com a decantada mudança de paradigma, voltemos nossa atenção para o “necessitado da informação”, ou o “buscador da informação”, em suma, para o outro pólo do nosso espectro (do acervo ao usuário). Este usuário (pessoa, grupo, instituição, sociedade) tem vontade ou necessidade de informação. *A priori* não há nenhuma razão para partir do princípio segundo o qual esta necessidade informacional possa ser resolvida sempre e exclusivamente num tipo de instituição ou com um determinado tipo de documento unicamente. Exemplos?

1. O aluno do ensino médio deve fazer um trabalho sobre a importância do café na economia brasileira no início do século. Busca informações em livros na biblioteca, acha uma estatística elaborada pela alfândega sobre a evolução na exportação de sacas de café em determinado ano (esta informação foi originalmente gerada por razões administrativas e pode ser encontrada em arquivos) e por último visita um casarão que pertenceu a um barão do café e foi transformado em museu, reproduzindo nas várias dependências a riqueza da família;
2. O administrador precisa tomar uma decisão importante para sua empresa: compra ou não compra uma outra empresa? Para decidir correndo menos riscos de cometer um engano, o administrador obviamente deverá consultar os arquivos da própria empresa (planos de investimento, situação financeira etc.) mas também tentará entender o cenário econômico internacional e a legislação que rege as compras de empresas (recorrendo a um serviço de documentação ou a outros profissionais que, por sua vez, deverão levantar essas informações em variadas instituições). Vamos supor que a operação deu certo e após algum tempo o administrador, agora presidente da empresa, decide abrir um “centro de memória”, para guardar a memória da(s) empresa(s). A caneta e a escrivinha do então administrador, o logotipo da(s) empresa(s) antes da compra, cópia de documentos e correspondências... o embrião do museu já existe!
3. Um historiador de arte, ou amante da arte, precisa ou deseja estudar melhor a vida de um artista. Recorre ao museu para conhecer a obra do artista, mas empolga-se e tenta descobrir o local e a data de seu nascimento nos arquivos de registro civil. A repercussão de sua obra na opinião de outros estudiosos (livros na biblioteca) e uma lista de discussão eletrônica sobre os problemas do mercado de arte o alertam para a valorização do artista junto a determinado segmento da sociedade...

Não se crê necessário arrolar outros exemplos. No entanto, deve-se lembrar que, naturalmente, não há nenhuma razão para

supor que certas questões não possam ser resolvidas no âmbito exclusivo de uma única instituição, mas não há tampouco razão para supor que esta regra se aplique sempre.

A pergunta, ou o desafio, é o seguinte: em tempos de “usuário-rei”, o que significa fornecer a informação de forma totalmente compartimentada? Informação arquivística no arquivo, informação bibliográfica na biblioteca e informação museológica no museu? A resposta não aponta para uma operação terrorista de apagamento das diferenças entre instituições que, como já vimos, perseguem objetivos diferentes com a informação por elas tratada (estocada e/ou disponibilizada), mas para sua complementaridade. Uma complementaridade frequentemente esquecida, ou ignorada, em nome de uma diferença entre instituições que nada mais é do que o espelho de brigas, desencontros, ciúmes e desconhecimentos entre irmãs. Se pensarmos no bem-estar do usuário (o que hoje em dia é muito bem-visto, diga-se de passagem), deveremos humildemente lembrar que há uma variedade de instituições que disponibilizam informações e que não é possível valorizar uma em detrimento das demais. Especializamo-nos em enxergar as diferenças entre arquivos, bibliotecas e museus (nem sempre baseando-nos em conhecimentos sólidos) mas esquecemos de afirmar sua complementaridade.... esquecemos frequentemente de enxergar que as irmãs são irmãs porque pertencem, justamente, à mesma família! Aliás, vale a pena voltar a expressões acima enunciadas que merecem uma pequena reflexão: “informação arquivística”, “informação bibliográfica” e “informação museológica”. Essas expressões ressaltam um termo comum (“informação”) e se diversificam, a partir dessa raiz comum, por atributos que a especificam. Epistemologicamente, não há diferentes tipos de informação, no âmbito da Ciência da Informação, mas ambientes diferentes, que atribuem valores – ou usos – diferentes à informação. Em outros termos, as expressões nos devolvem ao paradigma do acervo e, conseqüentemente, às instituições. Como se pode notar, muito embora afirmemos que nossa ênfase recai sobre o usuário, de fato continuamos ordenando nosso universo a

partir do documento (Jardim e Fonseca 1992). Tentemos avançar, apesar das dificuldades. Afirmamos que as três irmãs constituem uma família: como se chama essa família? Essa família tem sido designada pela expressão “moderno profissional da informação”, ou pela sigla MIP, gerada a partir da expressão em língua inglesa. Propõe-se ignorar o termo “moderno”, porque o mesmo é muito relativo (o que era moderno ontem não o é forçosamente hoje...) e assim ficamos com o PI, o “profissional da informação”. O título deste capítulo obriga a reconhecer, mais uma vez, o paradoxo, posto que, se o PI trabalha com a informação – este é seu ofício e sua competência específica – não deveríamos ter necessidade de localizá-lo em ambientes, ou instituições ancoradas no século XVIII... De fato, o paradigma anterior ainda prevalece e a discussão nada mais faz a não ser tentar mudar a ênfase (do documento para o usuário) ignorando duas questões fundamentais:

- a informação está contida em documentos e pode ser utilizada pelo usuário, ou seja, o termo “informação”, em si, não remete a nenhuma mudança de paradigma;
- as mudanças de paradigma supõem rupturas epistemológicas. Uma versão bastante aceita, embora não consensual, acerca da origem da Ciência da Informação identifica esta como um desenvolvimento teórico a partir da documentação que, por sua vez, teve sua origem na Biblioteconomia. O estatuto da Ciência da Informação suscita enormes discussões e este não é o momento para descrevê-las, mas esta interpretação “desenvolvimentista”, bastante aceita pela bibliografia, não aponta para rupturas epistemológicas antes, pelo contrário, para um continuísmo paradigmático.

Em decorrência do acima dito, ainda tem-se a tendência de pensar o PI em relação às instituições nas quais ele mesmo exerce seu ofício, e não em relação às competências que deveria possuir.

3 As instituições disponibilizadoras de informação

Homulos (1990), em um artigo tão curto quanto fundamental, nomeou as instituições arquivo, biblioteca e museu “instituições coletoras de cultura”. Silva et al. (1999) integram estas instituições num “sistema patrimonial complexo”: ambos enfatizam assim o estoque de informações, considerados em sua dimensão patrimonial no sentido cultural do termo.

Essas expressões afirmam a complementaridade das 3 Marias, unindo-as num conjunto maior que pode ser designado por uma única expressão. A história desse conjunto ainda está sendo elaborada e o processo da identificação do conjunto não está encerrado. A ponta visível do conjunto, como um *iceberg*, é a constatação segundo a qual a biblioteconomia (e sua variante, a documentação) e a arquivística trabalham com documentos, donde rapidamente se chegou à noção das ciências documentais, pouco utilizada como expressão no Brasil, mas dificilmente refutada. Duas irmãs reconhecem-se, nesse sentido, à medida que ambas trabalham com documentos: documentos que contêm informações de natureza e utilização diferentes, mas documentos. A incorporação da museologia ao conjunto é mais discutida, porque a museologia não trabalha com documentos, mas com objetos.⁵ Se existe uma bibliografia que discute a proximidade entre a arquivística e a biblioteconomia (Bearman 1993, Mueller 1984, Tees 1988, 1991 e Unesco 1987) e, também uma bibliografia que as distingue claramente, discutindo suas modalidades de inclusão ou exclusão em relação à Ciência da Informação (Jardim e Fonseca 1992), a bibliografia que discute a Ciência da Informação como área de conhecimento que inclui a arquivística, a biblioteconomia e a museologia é promissora (Bearman 1994, Cacaly 1997, Homulos 1990, Leonhardt 1989, Mason 1990, Pinheiro

5 Como se pode observar, a discussão sempre volta irremediavelmente à diferenciação das instituições e das profissões a partir dos tipos de acervos (e documentos) por elas gerenciados.

1997, Silva et al. 1999 e Smit 1993 e 1994). Se voltarmos a uma afirmação anterior, segundo a qual as 3 Marias tratam informações, porque foram consideradas potencialmente úteis, deduz-se que se atribui a essas informações um estatuto diferenciador (sua “utilidade”) e que sua estocagem (ou guarda, ou preservação, a idéia é a mesma) só se justifica em razão dessa “utilidade”. Nesse sentido, tentando isolar a função da informação do histórico de seu registro, ou suporte, considera-se que se atribuiu aos objetos que constituem o acervo de um museu exatamente a mesma função “utilitária” que se atribuiu aos documentos em arquivos e bibliotecas. Supõe-se, em outros termos, que os objetos museológicos podem informar algo: esta é a razão de sua guarda e exposição. Em outros termos, se subordinarmos a noção de “acervo” à função atribuída ao mesmo, a discussão pode prosseguir em outro patamar, no qual a diferenciação por tipos documentais e objetos deixa de constituir a principal diferença entre as instituições. Assim sendo, a análise aprofundada da função atribuída aos diferentes tipos de informação permite uma aproximação do usuário de forma menos retórica e mais conceitual. A informação sendo una, “informação” sem outros predicados, é o usuário, em sua busca, e de acordo com suas necessidades, que atribui funções diferenciadas à informação. É nessa acepção que proponho que passemos a entender as expressões “informação arquivística”, “informação bibliográfica” e “informação museológica”, ou seja, entender que os atributos que especificam o termo-raiz “informação” não designam tipos de documentos mas tipos de utilização da informação.

As “instituições coletoras de cultura” de Homulos podem assim ser revistas, já que todas estocam informação, mas subentendem que sua utilização se faça tendo em vista objetivos diferentes em sua vinculação com a sociedade:

- a informação arquivística informando sobre a administração que a acumulou, ou seja, adquirindo sentido quando contextualizada em suas condições de produção;

- a informação bibliográfica tendo uma existência mais autônoma, informando pela sua própria existência e não prescindindo de uma contextualização;
- a informação museológica informando sobre a sociedade que gerou, utilizou ou transformou os objetos, sendo que estes podem ser contextualizados de inúmeras maneiras (por usos, por materiais, por linhas temporais, por distribuições geográficas, etc.), de acordo com a opção do museu.

De toda maneira, caso se queira continuar a busca por uma atualização dos conceitos, deveríamos substituir a expressão “coleta” pela expressão “disponibilização”. A finalidade das instituições não se define pela simples coleta de informação, e por sua organização: a finalidade social dos estoques informacionais deve ser enunciada em termos de retorno para a sociedade, ou seja, em termos dos efeitos causados pela circulação, ou transferência, da informação. O estoque informacional, nessa lógica, só se justifica porque, a partir da sua existência é possível alterar algo (um estado de conhecimento) na sociedade ou nos indivíduos.⁶ O objetivo das instituições da informação é, desse modo, determinado não por sua existência, mas por aquilo que pode ser elaborado a partir dessa existência. Em outros termos, as instituições não se justificam de um ponto de vista estático (a existência do estoque), mas de um ponto de vista dinâmico (o fluxo de informações e as alterações geradas pelo mesmo no estado de conhecimento). Desnecessário dizer que na substituição de uma abordagem estática por outra, dinâmica, pode estar presente a semente para detectar uma verdadeira mudança paradigmática na área da ciência da informação.

Deve-se observar, contudo, que a efetiva transferência da informação pressupõe variáveis subjetivas, cognitivas, individuais,

6 Nesse aspecto recomendo dois artigos – essenciais – de Barreto (1994 e 1999).

que escapam ao escopo de atuação das instituições. Uma instituição trabalha sempre em termos mais coletivos, tem objetivos mais coletivos, ou sociais. Por essa razão, proponho a substituição da expressão “instituições coletoras de cultura” pela expressão “instituições disponibilizadoras de informação”. A expressão “disponibilização da informação” aponta para uma dimensão dinâmica, orientada para o usuário, mas não pressupõe a efetiva transferência. As instituições devem disponibilizar da melhor maneira possível as informações, mas não podem ser responsabilizadas pelas variáveis individuais que redundarão, ou não, numa transferência da informação de forma tal que altere o conhecimento prévio que os indivíduos, cada um à sua maneira, detêm. Digamos que as instituições da informação devem se organizar (estar disponíveis) para informar, mas não podem obrigar os indivíduos a estarem disponíveis para serem informados.

4 Os profissionais que trabalham nas instituições disponibilizadoras de informação

Em razão do que foi dito até aqui, sobre o que deve ser acrescentado ao panorama atual das redes eletrônicas, a informação hoje disponibilizada reveste-se de múltiplas funções e é tanto estocada como organizada e disponibilizada numa variedade de instituições e por uma variedade de profissionais. A Internet está gerando espaço para uma série de profissionais que detectam, organizam, sistematizam, empacotam e re-empacotam, avaliam e disponibilizam informações, e nem sempre os “tradicionais” profissionais da informação (arquivistas, bibliotecários e museólogos) estão incluídos nestes projetos. Este estado de fato pode levar a discussões corporativas, mas estas não nos ajudam a entender o que realmente importa, a saber, que nestes casos enfatizam-se competências e não espaços de trabalho.

5 Para além de galhos e profissionais, em nome de el-rei, uni-vos! Ou: pelo bem de todos, demarcaí-vos os espaços, afirmando-vos pelo conhecimento!

Os tradicionais espaços da informação existem desde a antiguidade e continuarão existindo, visto que a transferência da informação pressupõe a existência de estoques (reais ou virtuais). Não há nenhuma razão para supor que esses espaços perderão em importância ou que deixarão de cumprir suas funções sociais se nesses não trabalharem profissionais habilitados a organizar os estoques. Isso posto, torna-se possível introduzir algumas derradeiras provocações. Não é muito original afirmar que as instituições que lidam com a informação possam ser, grosseiramente, distribuídas em três tipos: as que coletam informação, as que distribuem informação e as que gerenciam recursos informacionais (Borges 1995, p.185). O PI conta, portanto, com um espaço de atuação que inclui as tradicionais instituições coletoras, mas não se restringe a elas. Em outros termos, o mercado é mais amplo, e não forçosamente segmentado de forma estanque entre arquivos, bibliotecas e museus. Isso não significa que qualquer profissional deva exercer qualquer atividade, porque as especificidades institucionais existem e continuarão existindo, mas que o mercado da informação registrada, estocada e disponibilizada extrapole as instituições.

A desvinculação entre o profissional e os espaços, resultante da constatação acima, é fundamental por três razões, a meu ver:

1. abre uma discussão muito saudável para o PI, à medida que não o confunde mais automaticamente com as atividades exercidas pelas e nas instituições, mas afirma suas competências. Caracterizar um profissional pelo seu conhecimento é muito mais interessante e instigante do que caracterizá-lo pelos espaços nos quais o mesmo trabalha! Assim como a figura do médico não é automaticamente associada ao espaço do hospital, o advogado não exerce seus conhecimentos unicamente nos tribunais e o

engenheiro em canteiro de obras, o PI pode trabalhar numa série de espaços, utilizando seu conhecimento. Em 1983 Jesse Shera, discutindo a dimensão excessivamente técnica da biblioteconomia, já dizia que “os bibliotecários deveriam ser caracterizados pelo seu conhecimento e não pela sua instrumentação” (Shera 1983, p.387). Hoje, parafraseando Shera, pode-se afirmar que o PI deveria ser caracterizado pelo seu conhecimento e não pelas instituições nas quais atua;

2. a união entre os PI que trabalham nos diferentes espaços resultaria numa maior visibilidade social, o que num panorama de profundas alterações no mundo do trabalho é seguramente desejável;
3. exatamente a mesma ênfase no conhecimento, desvinculado das instituições, permite ainda levantar uma última questão, relacionada à construção da área do conhecimento da Ciência da Informação. Se o PI deve se impor pelo seu conhecimento, supõe-se a existência de uma área do conhecimento com ativa produção de conceitos e teorias, uma área na qual se pesquise e cujas pesquisas revertam, a médio prazo, em progressos no plano tanto teórico quanto prático. Impõe-se dessa maneira a imperiosa necessidade da pesquisa, o que conflita com a imagem de uma área profissional caracterizada pela prática “instrumental”, ainda nas palavras de Shera. Enquanto o PI cultivar de si mesmo uma imagem de profissional que exerce sua atividade em instituições predeterminadas, aplicando técnicas, a área do conhecimento não progride, pois não pesquisa, e o profissional nela inserido é desvalorizado, porque ao mesmo se atribuem competências técnicas mas não conhecimento.

Referências bibliográficas

- BARRETO, A. de A. A questão da informação. *São Paulo em Perspetiva*, São Paulo, v.8, n.4, p.3-8, 1994.
- BARRETO, A. de A. Os destinos da ciência da informação: entre o cristal e a

- chama. *Informação & Sociedade*: Estudos, João Pessoa, v.9, n.2, p. 371-382, 1999.
- BEARMAN, D. Experience delivery services. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 5, 1994. Lisboa. *Anais*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1994. v.2: Arquivos, p.153-159.
- BEARMAN, T. C. The education of archivists: future challenges for schools of library and information science. *Journal of Education for Library and Information Science*, v.34, n.1, p.66-72, 1993.
- BORGES, M.E.N. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.2, p.181-188, 1995.
- CACALY, S. (org). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Nathan, 1997. (Réf.).
- HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. *Art Libraries Journal*, v.15, n.1, p.11-13, 1990.
- JARDIM, J. M., FONSECA, M. O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. *Cadernos BAD*, n.2, p.29-45, 1992.
- LEONHARDT, H. A. What is library material, what archive material and what museum material: na attempt at the categorization of documentation materials and institutions. *Bibliotheksdienst*, v.23, n.8/9, p.891-904, 1989.
- MASON, R. O. What is an information professional? *Journal of Education for Library and Information Science*, v.31, n.2, p.122-138, 1990.
- MORRIS, R. C. T. Toward a user-centered information service. *Journal of the American Society for Information Science*, v.45, n.1, p.220-230, 1994.
- MÜELLER, S. P. M. Em busca de uma base comum para formação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia: relato de um simpósio promovido pela Unesco. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.12, n.2, p.157-165, 1984.
- PINHEIRO, L. V. R. *Em busca de um caminho interdisciplinar*: proposta de um núcleo teórico e prática de disciplinas comuns aos cursos de biblioteconomia, museologia e arquivologia. Rio de Janeiro, 1995. Trabalho apresentado à 3ª Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia, 1997, São Paulo.
- SHERA, J. H. Librarianship and information science. In: MACHLUP, F., MANSFIELD, U. *The study of information: interdisciplinary messages*. New York: John Willey, 1983. p.379-388.
- SILVA, A. M. da et al. *Arquivística*: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999. (Biblioteca das Ciências do Homem / Plural, 2).
- SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três Marias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.26, n.1/2, p.81-85, 1993.
- _____. Eu, bibliotecário, RG xxxxx e CPF yyyyy, trabalho em arquivo ou museu... algum problema? *Palavra-Chave*, São Paulo, n.8, p.12-13, 1994.

- SMIT, J. W. Archivología, biblioteconomía y museología: semejanzas y diferencias. *Ciencias de la Información*, v.30, n.3, p.3-10, 1999.
- TEES, M. Harmonization of education and training programmes for library, information and archival personnel: a report of the Colloquium held in London, 9-15 August 1987. *IFLA Journal*, v.14, n.3, p.243-246, 1988.
- _____. Harmonization of education and training for information professionals. *IFLA Journal*, v.17, n.3, p.232-234, 1991.
- UNESCO. *Harmonization of training in librarianship, information science and archives*. Paris, 1987. (PGI/87/WS/2).
- VALENTIM, M. L. P. Assumindo um novo paradigma na biblioteconomia. *Informação & Informação*, Londrina, v.0, n.0, p.2-6, 1995.

Atuação e perspectivas profissionais para o Profissional da Informação

Marta Lígia Pomim Valentim

Introdução

As mudanças estão afetando de maneira mais complexa os modelos tradicionais de trabalho de bibliotecários, arquivistas, museólogos, jornalistas, entre outros, porque o objeto de trabalho desses profissionais é a informação. A informação, portanto, como objeto de trabalho e estudo desses profissionais, tem sido afetada sistematicamente pelas tecnologias de informação, modificando seu formato, seu suporte, seu processamento e disseminação e influenciando na forma de mediação entre o profissional da informação e o usuário/cliente.

Além das mudanças paradigmáticas e da evolução das tecnologias da informação, existe a questão da importância que a sociedade atribui à informação. A importância dada pela sociedade é diretamente proporcional ao seu desenvolvimento; quanto mais desenvolvido um país, maior é o nível de produção informacional e, conseqüentemente, maior é o valor que a sociedade outorga à informação. De outro lado, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento produzem um menor número de informações e a sociedade não atribui valor à informação porque suas necessidades são básicas, ou seja, a sociedade, neste caso, quer saúde, saneamento básico, educação, segurança etc.

O profissional da informação precisa, antes de tudo, perceber qual realidade está vivenciando, primeiramente entender o ambiente em que atua, num segundo momento criar mecanismos eficientes de atuação na sociedade e, finalizando, enfrentar as mudanças cada vez maiores, antecipando-se às necessidades futuras da sociedade.

A grande mudança paradigmática para o profissional da informação é a mudança do paradigma do acervo para o paradigma da informação (Valentim, 1995, p.4).

Como exemplo, pode-se citar a história da biblioteconomia brasileira quando da regulamentação da profissão, na década de sessenta, o objeto de trabalho e estudo era centrado no livro ou na coleção de livros, ou seja, no acervo. Naquela época o acervo era o norteador de todos os procedimentos, métodos e técnicas da área como: armazenamento, tratamento, organização, disseminação, gestão etc. Assim, os conteúdos formadores deste profissional eram apoiados no paradigma do acervo.¹

Desse modo, a informação como objeto de estudo e de trabalho, é o ponto norteador para a atuação do profissional da informação, atualmente. É necessário que o ensino na área da ciência da informação, tanto o de formação quanto o de atualização, imprima esse paradigma. Assumir esse paradigma é fundamental; "...ser um profissional da informação é fundamental" (Marchiori, 1996, p.32).

Afirma Müeller (1996, p.271) que "o profissional que devemos ser é vivo e atuante. Como? Através do aprimoramento contínuo e afinado com a realidade". Esse aspecto dinâmico que o profissional da informação deve ter, como propõe Müeller, somente será possível a partir de uma postura crítica de si mesmo e uma busca constante pela atualização e adequação às mudanças paradigmáticas.

Para incorporar essa postura, o profissional da informação,

¹ Esta opinião foi explorada por mim em artigo apresentado na revista Informação & Informação, (v.0, n.0, p.2-3, 1995), exemplificando de que forma a profissão se apoiava no paradigma do acervo e não no paradigma da informação.

deve atuar consciente relativamente a seis pontos fundamentais e responder claramente para si e para outros sobre:

1. Realidade: a) saber separar a situação real da situação ideal; b) conhecer os pontos fracos e fortes da área; c) ter noção de conjunto; d) ter consciência de país.
2. Identidade: a) quem somos; b) o que queremos; c) qual é o nosso objeto de trabalho; d) onde queremos chegar; e) qual é a nossa estratégia profissional.
3. Foco: a) quem são nossos clientes reais; b) quem são nossos clientes potenciais; c) quem são nossos parceiros; d) quem são nossos concorrentes; e) o que somos para a sociedade; f) o que queremos ser para a sociedade.
4. Processos: a) qual é a nossa matéria-prima de trabalho; b) quais são os nossos produtos informacionais; c) quais são os nossos serviços informacionais; d) o que e como produzimos atualmente; e) o que e como produziremos no futuro.
5. Recursos: a) quais as tecnologias atuais e quais as tendências das tecnologias de informação no próximo milênio; b) quais os tipos de unidades de trabalhos atuais e quais os tipos que existirão; c) quais os modelos de gestão atuais e quais as tendências.
6. Perspectivas: a) quais serão as competências e habilidades necessárias ao profissional; b) qual será o nosso objeto de trabalho; c) qual será nosso mercado de trabalho; d) o que a sociedade estará precisando no futuro.

Para o profissional da informação responder para si e para os outros todas essas questões, é necessário que os cursos formadores possuam essas respostas em seus projetos pedagógicos de curso de forma clara e objetiva, oferecendo conteúdos formadores que possibilitem ao aluno conhecer realmente sua profissão, obtendo uma visão ampla de sua própria formação.

Existe desde o início da década de noventa, através de um grupo de estudo da Federação Internacional de Documentação (FID), o debate sobre o “moderno profissional da informação” (MIP) abordando: quem seria este profissional e quais as competências e habilidades que este profissional deve ter.

Interroga Santos (1996, p.5) “Quais desses profissionais deseja-se idealizar e vislumbrar como moderno? A pergunta é respondida com facilidade: aqueles ligados ao setor da informação, no sentido de sua participação nos processos de geração, disseminação, recuperação, gerenciamento, conservação e utilização da informação, ou seja, bibliotecários e documentalistas. O que requer uma atenção especial é o perfil que esses profissionais devem possuir...”.

1 O profissional da informação

A ciência da informação – área do conhecimento relativamente nova, se comparada a outras áreas –, que se apóia na comunicação, na lingüística, na informática, na administração, na psicologia, entre outras, vem-se desenvolvendo e formando seu corpo teórico-metodológico. O profissional da informação deve estar ciente dessa interdisciplinaridade e perceber a importância disso para o entendimento da Ciência da Informação.

Welch apud Abebd (1998, p.5) e apud Guimarães (1997, p.130) afirma que moderno profissional da informação é um termo amplo e dele se infere um ideal que todos deveríamos estar buscando, quer sejamos bibliotecários, arquivistas, gerentes de arquivos ou gerentes de informação. Moderno? É o que somos e o que vamos ser. Informação é com o que lidamos. Profissional: é a palavra que une a coisa toda.

As tecnologias de informação devem ser consideradas ferramentas básicas de trabalho, instrumental de trabalho para qualquer tipo de unidade de trabalho/informação, uma vez que a seleção, a armazenagem, o processamento, a gestão, a recuperação e

a disseminação da informação, através dessas tecnologias, são mais eficientes e eficazes. Por isso, os cursos formadores devem disponibilizar todo e qualquer tipo de tecnologia ao seu corpo docente e discente, buscando um ensino e uma aprendizagem que permitam ao profissional atuar no mercado de trabalho de forma segura e competente.

O tratamento da informação deve contemplar novas metodologias de análise, processamento e disseminação da informação, buscando futuras realidades socioculturais. A informação é complexa, necessitando de equipes multidisciplinares para desenvolver os processos de análise da informação. O profissional da informação deve aprender a trabalhar em equipe, buscando qualidade de resposta para as pesquisas solicitadas pelos usuários/clientes.

O tratamento da informação pressupõe uma “fabricação de informação documentária (...) e determina o acesso à informação estocada, tornando-se assim um filtro, ou mediador na busca da informação. Cabe, portanto, além da constatação de que políticas institucionais obviamente influem no processo, uma última digressão sobre a fabricação da informação documentária” (Smit, 1998, p.9).

O profissional da informação, portanto, deve perceber claramente seu papel de processador e *filtrador* da informação e utilizá-lo de forma coerente e eficiente, voltado para o usuário/cliente.

Novas mediações da informação entre o profissional da informação e o usuário devem ser estudadas e implementadas, devem também ser estruturada a disseminação da informação e seus canais de distribuição. No caso específico da mediação da informação, as tecnologias de informação têm afetado e afetarão sobremaneira a forma e o meio de mediar. A Internet, por exemplo, modificou a forma e o meio quanto à busca da informação e, conseqüentemente, modificou também a forma e o meio de mediar a informação.

O profissional da informação deve antever as mudanças nos canais de distribuição de informação e é necessário que ele esteja preparado para esses novos canais de distribuição da informação. A partir dessa percepção, modifica-se a forma e o meio de me-

diar, adequando-se e desenvolvendo-se modelos eficazes para atender as novas realidades.

Segundo Guimarães (1997, p.130), a atuação do moderno profissional da informação (MIP) “precede necessariamente a sua formação, seja no âmbito da educação formal (em nível de graduação e de pós-graduação), seja em nível de educação continuada (cursos de atualização e eventos)”.

A atualização contínua do profissional da informação – assim como de qualquer outro profissional que queira ser competente e dinâmico –, é fundamental. A formação obtida na graduação é absolutamente necessária, é alicerce na formação deste profissional, na medida em que o indivíduo aprende a relacionar a teoria e a práxis antes de atuar no mercado de trabalho.

Algumas características são fundamentais no profissional da informação, podendo ser algo nato ou não, como: criativo, investigativo, de senso crítico, empreendedor, proativo, dinâmico, político, entre outras. No caso de o profissional não possuí-las, será necessário desenvolvê-las durante a sua formação ou atualização, buscando uma melhor atuação profissional no mercado de trabalho (Abebd, 1998, p.17).

Para Román Trelles e Pioli (1998-99, p.16), “o perfil do profissional da informação deverá incluir conhecimentos em técnicas de estudo de mercado, técnicas de qualidade, estudo de usuários, técnicas em pesquisas de amostragens estatísticas e de opinião, *marketing*, planejamento estratégico, consultoria, entre outros”. A proposta das autoras traz uma formação mais voltada às atividades de análise e síntese de informação, propiciando resultados (produtos e serviços) com alto valor agregado.

2 Atuação profissional e mercado de trabalho

A economia globalizada, a sociedade globalizada, o início do novo milênio, afinal, quais são as perspectivas profissionais para o profissional da informação?

Identificando de uma forma sistematizada o mercado de trabalho do profissional bibliotecário, verifica-se que é possível dividi-lo em três grandes grupos: a) mercado informacional tradicional; b) mercado informacional existente não-ocupado; c) mercado informacional – tendências.

O primeiro grupo: mercado informacional tradicional é composto por segmentos bastante conhecidos dos profissionais e, geralmente, são os únicos lembrados pela sociedade e, às vezes, pelo próprio profissional bibliotecário.

Inicialmente o segmento composto pelas bibliotecas públicas é um mercado consolidado, com uma grande concentração de profissionais, não obstante ter infelizmente sido distorcida, a atuação da biblioteca pública brasileira, se comparada ao modelo proposto pela UNESCO, pois ela atua mais como uma biblioteca escolar do que propriamente como uma biblioteca pública. Essa distorção acontece devido a problemas estruturais do país, como a falta de apoio à educação e à cultura. No entanto, apesar de ser um problema grave e afetar sobremaneira a biblioteca pública, não será objeto de reflexão neste momento.

As bibliotecas escolares, outro segmento do primeiro grupo, vêm atuando no país com problemas estruturais muito semelhantes aos anteriormente citados. Além disso, a biblioteca escolar enfrenta um problema histórico: pessoas não capacitadas especificamente para desempenharem essa função, ou pior ainda, pessoas não capacitadas em nível algum, seja técnico, universitário ou de especialização, atuam como profissionais da informação. Como exemplo podem-se citar professores afastados da sala de aula por problemas de saúde, merendeiras, faxineiras etc. No caso da biblioteca escolar também é importante frisar que existe um imenso mercado de trabalho, tal que, se de fato fosse ocupado, não haveria profissionais suficientes para atender a demanda nacional.

As bibliotecas universitárias, também um mercado consolidado com grande concentração de profissionais, têm atuado de forma coerente aos seus objetivos. No entanto, a biblioteca uni-

versitária brasileira sofre dos *males orçamentários* de suas instituições, ou seja, atuam de acordo com os recursos repassados pela administração das universidades. Isso significa altos e baixos, dependendo da prioridade e, conseqüentemente, dos recursos que a alta administração da instituição a qual pertence lhe designa e, ainda, das políticas governamentais, nos diferentes níveis, isto é, municipal, estadual ou federal.

As bibliotecas especializadas são aqui entendidas como bibliotecas pertencentes a institutos de pesquisa e a empresas públicas ou privadas. Nesse caso, os grandes e médios centros urbanos concentram os grandes empregadores, já que, no caso das empresas, na sua maioria, elas estão alocadas em regiões metropolitanas. É um mercado consolidado, porquanto existe uma grande quantidade de profissionais da informação atuando nesta área. Apesar disso, tem esse mercado pequena concentração de profissionais por unidade de trabalho/informação, uma vez que a maioria das empresas contratam poucos profissionais para atender suas demandas informacionais – a média de profissionais encontrados em empresas é de três profissionais por unidade de trabalho/informação. É importante salientar que alguns institutos de pesquisa diferem dessa realidade concentrando um grande número de profissionais, mas é uma minoria no cenário nacional.

Os centros culturais, um *mix* de biblioteca pública com modernidade, têm uma proposta diferente da biblioteca pública tradicional. Nesse caso, também os grandes centros urbanos são os grandes empregadores e existe uma grande concentração de profissionais, já que a demanda informacional da população em relação a este tipo de *aparelho cultural* é grande.

Finalizando o primeiro grupo, os arquivos, nesse caso os públicos, também fazem parte desse primeiro segmento. Geralmente eles possuem bibliotecas em sua estrutura. Os museus, de forma geral, também possuem bibliotecas em sua estrutura. Ambos são mercados que concentram pequeno número de profissionais bibliotecários e na grande maioria estão localizados em grandes centros urbanos.

O segundo grupo: mercados informacionais existentes e não-ocupados têm na biblioteca escolar uma exceção, isto é, apesar de ela ter sido alocada no primeiro grupo: mercado informacional tradicional, conforme já abordado anteriormente, talvez ela esteja mais bem enquadrada neste grupo, pois, apesar de ser um mercado tradicionalmente conhecido e apesar de o país ter muitas bibliotecas escolares, verifica-se que este é um mercado de trabalho não-ocupado. Vários fatores contribuem para esta situação; podem-se citar alguns como: baixos salários, estrutura de trabalho inadequada, dificuldade quanto a realizar um trabalho integrado entre o professor, bibliotecário e aluno, etc.

Editoras e livrarias são mercados existentes e vêm-se poucos profissionais atuantes neles. Nesse caso, o profissional da informação pode e deve atuar, no tocante às editoras, na normalização das publicações literárias e científicas, nas livrarias, no desenvolvimento de coleções para o público/clientela – aquisição e seleção –, bem como na organização e recuperação dessas coleções pelo público/clientela.

As empresas privadas, independentemente de possuir uma biblioteca ou um centro de informação/documentação, podem utilizar a mão-de-obra de profissionais da informação, como, por exemplo: o setor de informática/microinformática da empresa, uma vez que este setor gera farta documentação de sistemas e necessita gerenciar, processar e recuperar as informações. Outro setor em empresas privadas que necessita de um profissional da informação é a área de planejamento estratégico. Aqui o profissional da informação terá a função básica de identificar, selecionar e disseminar informações relevantes para a organização, utilizando-se das tecnologias de informação para transferi-las ou distribuí-las.

Os provedores Internet constituem outro nicho de mercado não-ocupado. Atualmente, podem ser considerados como um grande mercado para os profissionais da informação, porquanto eles necessitam organizar, processar e disseminar as informações contidas em seus *sites* e precisam disponibilizar mecanismos de busca eficientes para os usuários do sistema.

Bancos e bases de dados continuam sendo um grande mercado de atuação para o profissional da informação. No entanto, é necessário despertar a iniciativa privada para investir neste segmento econômico, pois a maioria dos bancos e bases de dados estão ainda ligados à iniciativa pública, o que dificulta enormemente o crescimento da indústria da informação no país e, conseqüentemente, o crescimento do mercado de trabalho para o profissional da informação, uma vez que a iniciativa pública necessita de recursos orçamentários governamentais nem sempre disponíveis da forma ideal.

Tanto no caso dos provedores Internet – quer portais de conteúdo quer portais de acesso –, quanto no caso dos bancos e bases de dados, o profissional da informação, na sua maioria, desconhece esse mercado. Não sabe como pode atuar e, principalmente, tem medo de ser ele próprio o dono desse negócio.

Nestes últimos anos verifica-se um crescimento na atuação do profissional da informação como consultor, assessor, profissional autônomo, ou mesmo terceirizado. No entanto, sabe-se que essa atuação é ainda muito acanhada. Nesse mercado livre é necessário um profissional da informação mais empreendedor, mais ousado.

Finalizando a sistematização do mercado de trabalho com o terceiro e último grupo: mercado informacional – tendências, verifica-se que existe um imenso e crescente mercado de trabalho para o profissional da informação. Vale dizer que esse mercado de trabalho vai exigir necessariamente uma atuação do profissional alicerçada no paradigma da informação.

Primeiramente, a ocupação do mercado existente e não-ocupado como:

1. Centros de informação/documentação em empresas privadas, um grande mercado de trabalho e tendência à expansão. As organizações necessitam cada vez mais de sistemas de informação confiáveis, ágeis, precisos e de fácil acesso. Davenport e Prusak (1998, p.53) afirmam que

“Pessoas ainda são os melhores ‘meios’ para identificar, categorizar, filtrar, interpretar e integrar a informação. Não me refiro ao pessoal de TI, que lida com computadores e

redes, mas às pessoas que fornecem e interpretam as informações. A mais importante equipe informacional de uma empresa lida com as mais valiosas modalidades de informação, como o conhecimento organizacional e os melhores métodos de trabalho. Se a informação, nessas categorias, deve ser valorizada, precisa continuar sendo organizada, reestruturada, interpretada e sintetizada – tarefas que o computador não é capaz de executar satisfatoriamente”.

2. Bancos e bases de dados eletrônicos e digitais, no caso brasileiro, tendem a crescer. A consolidação de dados está mais direcionada às áreas científica e tecnológica e, existe um imenso universo informacional de outras áreas a ser trabalhado. Schwartzman et al. (1995, p.46) propõem com relação à infraestrutura para disseminação de conhecimento e informação:

“É necessário que se monte uma infra-estrutura de conhecimento e informação bem organizada e financiada, para assegurar aos cientistas e técnicos o acesso direto às bibliotecas e coleções de dados no país e no exterior, fazendo uso dos recursos mais recentes de comunicação eletrônica e redes (...) Faz-se necessária uma política coerente para criar, manter e expandir esses recursos de informação...”

3. Portais de conteúdo e portais de acesso seja na rede global (Internet) seja nas redes institucionais internas (Intranets), com ênfase nos portais de conteúdo, o profissional da informação tem um grande nicho de mercado, no qual ele será imprescindível nos aspectos relativos à seleção (filtragem), tratamento (análise/síntese) e mediação de informação. Dertouzos (1998, p.300-302) afirma:

“Dentro de uma década teremos 1 bilhão de computadores interligados, ou mais, e cada computador conterà entre alguns milhares e vários milhões de informações. Vivemos rodeados por uma montanha de dados – algo entre 1 trilhão e 1 quatrilhão de arquivos, programas, registros e outros materiais. A maior parte disso é formada por bens e serviços informáticos intermediários, direcionados a grupos res-

tritos de consumidores, que darão muito valor a eles (...) O pandemônio não terá precedentes. Inundados pela montanha de lixo, seremos incapazes ou nos revoltaremos contra a idéia de passar a vida separando o joio do trigo. Daremos muito valor aos intermediários que realizarem essa tarefa repulsiva para nós (...) Os mais valorizados serão aquelas capazes de atender aos segmentos do Mercado de Informação mais confusos com o maior potencial de personalização”.

Para o terceiro milênio o profissional da informação deverá ser mais observador, empreendedor, atuante, flexível, dinâmico, ousado, integrador, proativo e, principalmente, mais voltado para o futuro. A formação, portanto, deve estar direcionada para a obtenção de um profissional que atenda essas características.

Ponjuan Dante apud Guimarães (1997, p.128) “aponta o profissionalismo como ponto básico e, em um acróstico da palavra espanhola PROFESIONAL sugere, como qualificativos: Profundo, Rápido, Orientado para o Cliente, Flexível, Especializado, Simples, Investigador, Organizado, Novo (inovador), Ativo e Laborioso”.

3 Perspectivas profissionais

Os setores ligados à informação estão sendo afetados pelas mudanças. A tecnologia e a telecomunicação contribuem sobremaneira para um panorama mutante e dinâmico. A indústria da informação é composta de setores como: de comunicação/difusão (TV, rádio, jornais, editoras etc.); estoques informacionais (Bibliotecas, Arquivos, Museus, Centros de Informação/Documentação, etc.); telemática (*software, hardware*, provedores etc.).

Deste universo alguns foram selecionados para uma rápida comparação² entre o passado, presente e futuro e a forma de acesso,

2 Comparação anteriormente abordada por mim em artigo publicado pela revista eletrônica Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação,

o tratamento e armazenagem da informação, demonstrando algumas mudanças profundas no “fazer” informacional, conforme quadro a seguir:

<i>Indústria da informação</i>	<i>Passado</i>	<i>Presente</i>	<i>Futuro</i>
TV	Retransmissores locais	Cabo / Satélite	Satélite
	Programação importada e local	Programação mundial	Programação selecionada
Jornais	Editoração manual	Editoração eletrônica / Editoração digital	Editoração digital
	Impressão off-set	Impressão eletrônica/digital	Impressão digital
	Distribuição local e regional	Distribuição local, regional e nacional e em bancos de dados e Internet	Distribuição local, regional, nacional e em Bancos de dados e Redes de comunicação (Internet)
Editoras	Editoração manual	Editoração eletrônica / Editoração digital	Editoração digital
	Impressão Off-Set	Impressão eletrônica / digital	Impressão Digital
	Vendas locais através de livrarias e distribuidoras	Vendas locais e em redes de comunicação (Internet)	Vendas locais e em redes de comunicação (Internet). Acesso virtual
Arquivos	Armazenagem do papel em arquivos de aço e em pastas A/Z ou suspensas	Armazenagem em arquivos de aço, microfilme e tecnologia óptica e eletrônica	Armazenagem em microfilme, tecnologia óptica (digitalização de imagem) e eletrônica (redes)
	Recuperação e disseminação local através de catálogos impressos	Recuperação e disseminação local (institucional) e através de sistemas de informação e redes de comunicação	Recuperação e disseminação local; acesso domiciliar à sistemas eletrônicos / digitais próprios e externos; redes de comunicação (Internet). Acesso virtual
Museus	Acesso local ao acervo	Acesso local (institucional) e através de sistemas de informação e redes de comunicação próprios e externos	Acesso domiciliar à Sistemas eletrônicos / digitais próprios e externos; redes de comunicação (Internet). Acesso virtual

Quadro 1 – Indústria da informação: passado, presente e futuro

Florianópolis (n.9, jun. 2000) e pela revista IPN: Ciencia, Arte: Cultura, México, D.F (v.2, n.28, p.103-109, nov./dic. 1999), numa reflexão sobre o desenvolvimento do fazer informacional através dos tempos.

No caso da biblioteca, as novas tecnologias e a telecomunicação também afetam as formas, os meios e os fins do gerenciamento, processamento e disseminação de informações, exigindo reposicionamentos contínuos dos profissionais envolvidos nesses trabalhos.

Além disso, o próprio usuário/cliente exige o reposicionamento, e quando isso não acontece, a biblioteca é subutilizada, e não é reconhecida como o local adequado para buscar informações.

É possível visualizar algumas mudanças que afetaram, afetam e poderão afetar a biblioteca, conforme quadro a seguir:

<i>Passado</i>	<i>Presente</i>	<i>Futuro</i>
Acesso local ao acervo (instituição) através de catálogos	Acesso local ao acervo através de catálogos e bases de dados próprias em formatos eletrônicos (Intranet e Internet) e ópticos (Cd-Rom)	Acesso local através de catálogos. Acesso através de Sistemas eletrônicos / digitais próprios (Intranet) e externos (Internet)
Suporte físico voltado para o papel	Suportes físicos diversos, bem como eletrônicos e digitais	Suportes físicos diversos, bem como eletrônicos e digitais
Conteúdos integrais e referenciais em suporte papel	Conteúdos integrais e referências em suporte papel, multimeios, eletrônico e digital	Conteúdos integrais e referências em suporte papel, multimeios, eletrônico e digital
Linguagem codificada através de códigos de classificação	Linguagem codificada e linguagem do comentária através de tesouros e terminologias	Linguagem natural ou documentária através de sistemas especialistas e inteligência artificial
Administração centrada no processamento técnico	Administração centrada no planejamento e usuário	Administração centrada em produtos e serviços para o cliente
Grande espaço para consultas/pesquisa por parte do usuário	Espaço planejado entre a administração, o atendimento e o usuário	Espaço quase inexistente, acesso e pesquisa elaborada pelo cliente remotamente
Serviços e produtos gratuitos	Serviços e produtos gratuitos e pagos, dependendo do tipo e clientela	Serviços e produtos pagos, com exceção dos serviços com conotação social
Altos gastos com aquisição de material informacional	Gastos com aquisição de material de forma planejada e dirigida	Gastos repassados ao cliente, com exceção das aquisições com conotação social

Quadro 2 – Biblioteca: passado, presente e futuro

Este cenário futuro, exposto de forma simples, exigirá do profissional da informação uma formação mais arrojada de forma que ele seja capacitado a:

- a) entender como objeto de trabalho a informação de maneira ampla;
- b) trabalhar de forma globalizada e regionalizada, ou seja, pensar globalmente visando acompanhar as tendências mundiais, a comunicação e o próprio desenvolvimento e, ao mesmo tempo, agir localmente, ou seja, observar as necessidades da sociedade local à qual pertence e na qual atua;
- c) conhecer e utilizar as tecnologias de informação como ferramenta de trabalho, na seleção (filtragem), armazenagem, processamento (tratamento), disseminação (transferência) da informação;
- d) trazer para o cotidiano de trabalho as técnicas administrativas modernas como, por exemplo, a administração por projetos;
- e) criar e planejar produtos e serviços informacionais visando o cliente ou comunidade atendida;
- f) planejar sistema de custos para cobrança dos serviços e produtos informacionais com valor agregado;
- g) trabalhar de forma integrada, relacionando formatos eletrônicos e digitais à telecomunicação, possibilitando o acesso local e remoto;
- h) reestruturar o modelo administrativo/organizacional da unidade de trabalho/informação de forma arrojada, visando acompanhar as mudanças paradigmáticas da administração e informacionais da sociedade;
- i) disponibilizar sistemas que possibilitem a avaliação contínua, pela própria clientela, buscando sua melhoria;
- j) conhecer sistemas especialistas e inteligência artificial, de forma que essas ferramentas ajudem nos processos repetitivos da unidade de informação no futuro.

Nas instituições privadas o profissional da informação tem papel fundamental para o desenvolvimento da organização, como também para sua competitividade; a informação nesse caso é estratégica.

O profissional da informação pode e deve trabalhar a informação como fator de competitividade organizacional, quer se trate de organização pública quer de uma organização privada, ou seja, a informação poderá contribuir enormemente: a) para a tomada de decisão; b) como fator de produção: quanto maior o nível tecnológico de um produto, maior será a necessidade de informação nas etapas de concepção, ensaios (testes) e produção propriamente dita; c) como insumo na inovação tecnológica (P&D), vale dizer, o processo de P&D deve ser apoiado integralmente por informações durante sua trajetória; d) como fator de gestão, isto é, contribuindo para multiplicar a sinergia entre os indivíduos da organização.

Afirma Tarapanoff (1996, p.124) “a informação é um recurso sinérgico: quanto mais a temos, mais a usamos e mais útil se torna. O setor industrial tem aproveitado essa característica...”. Para isso o profissional da informação deve estar consciente de que: a) as principais decisões estratégicas nas organizações são tomadas com base em informações; b) todo produto ou serviço tem dois componentes: um físico e outro informacional; c) o comportamento dos indivíduos é influenciável e pode ser dinamizado através de informações.

Para atuar no terceiro milênio com qualidade o profissional da informação deve repensar as seguintes questões: a) remodelagem da unidade/sistema de informação, buscando uma interação profunda entre os atores deste cenário; b) capacitação contínua dos profissionais de informação, buscando os conhecimentos necessários, uma vez que este cenário é mutante e dinâmico, para atuar com competência; c) clareza quanto à vocação da unidade de trabalho/informação que deve ser dirigida para serviços informacionais, buscando se antecipar às necessidades dos usuários/clientela; d) visualização da unidade de trabalho/sistema de informação de forma crítica, buscando a melhoria contínua.

Trabalhando a partir desses indicadores qualquer profissional da informação estará apto a atuar no novo paradigma da informação. No entanto, é necessário expressar a importância da

formação e da atualização contínua do profissional, para que ele, de fato, esteja no novo paradigma da informação.

Referências bibliográficas

- ABEBD. *Moderno profissional da informação: o perfil almejado pelos cursos de biblioteconomia brasileiros*. Porto Alegre: ABEED, 1998. 109p. (Documentos ABEED, n.13)
- DAVENPORT, Thomas H, PRUSAK, Laurence. *Ecologia da informação: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação?* São Paulo: Futura, 1998. 316p.
- DERTOUZOS, Michael L. *O que será?* Como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 413p.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.1, p.124-137, jan./abr. 1997.
- MARCHIORI, Patrícia. Que profissional queremos formar para o século XXI – graduação. *Informação&Informação*, Londrina, v.1, n.1, p.27-34, jan./jun. 1996.
- MÜELLER, Suzana Pinheiro Machado. Formação profissional e educação continuada – que profissional devemos ser? IN: Simpósio Brasil-Sul de Informação, 27 a 30 de maio de 1996, Londrina. *Anais...* Londrina: Editora UEL, 1996. p.253-272.
- ROMÁN TRELLES, Elsa, PIOLI, Ana. El profesional de la información y su capacitación permanente en un entorno signado por los cambios. *Informático*, Montevideo, n.3/4, p.11-21, 1998/1999.
- SANTOS, Jussara Pereira. O moderno profissional da informação: o bibliotecário e seu perfil face aos novos tempos. *Informação&Informação*, Londrina, v.1, n.1, p.5-13, jan./jun. 1996.
- SCHWARTZMAN, Simon et al. Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global. IN: SCHWARTZMAN, Simon, (Coord.). *Ciência e tecnologia no Brasil: política industrial, mercado de trabalho e instituições de apoio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995. p.1-59.
- SMIT, Johanna W. A disponibilização da informação institucionalizada: condicionantes e perspectivas. *Cadernos FUNDAP*, 1998. 11p. (prelo)
- TAPSCOTT, Don, CASTON, Art. *Mudança de paradigma: a nova promessa da tecnologia de informação*. São Paulo: Makron Books, 1995. 433p.
- TARAPANOFF, Kira. O profissional da informação pensando estrategicamente. IN: Simpósio Brasil-Sul de Informação, 27 a 30 de maio de 1996, Londrina. *Anais...* Londrina: Editora UEL, 1996. p.115-141
- VALENTIM, M. L. P. Assumindo um novo paradigma na biblioteconomia. *Informação&Informação*, Londrina, v.0, n.0, p.2-6, jul./dez. 1995.

VALENTIM, M. L. P. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. *Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n.9, jun. 2000. (Acessada através do endereço eletrônico: <http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro>)

_____. En vísperas del tercer milenio: el profesional de la información y las perspectivas socioeconómicas. *IPN: Ciencia, Arte: Cultura*, México, D.F, v.2, n.28, p.103-109, nov./dic. 1999.

Gloria Ponjuán Dante

Graduada em Informação Científica pela Universidad de La Habana, Cuba. Trabalhou em diferentes bibliotecas e centros de informação ocupando diversos cargos, dentre eles: Diretora do Centro de Información para la Ganadería; Diretora do Centro de Información para la Agricultura; Vice-Diretora do Instituto de Información Científica y Técnica (IDICT); Diretora do Centro de Estudios y Desarrollo Profesional en Ciencias de la Información (PROINFO). Consultora de diferentes organizações, tanto em Cuba quanto em outros países, nos aspectos relativos a gestão e organização de sistemas de informação. Coordena o Programa Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação desde 1999. Professora da Facultad de Comunicación, da Universidad de La Habana, onde coordena a área de gestão e ministra a disciplina "Gestión y Tecnología de la Información". Membro do Comité de la Maestría en Bibliotecología y Ciencia de la Información. Doutoranda em fase final na área de Ciência da Informação. Tem ministrado cursos de pós-graduação em Cuba e em universidades da Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México e Uruguai. Tem realizado conferências e palestras em eventos internacionais em países como o Brasil, Porto Rico, Espanha, México, Chile, Venezuela e Japão. Preside o Conselho Editorial da revista Ciencias de la Información. Membro editorial de outras publicações internacionais. Publicou mais de 50 artigos sobre diferentes temas na área. Autora do livro *Gestión de Información en las Organizaciones: principios, conceptos y aplicaciones*. Coordena o Grupo de Estudio sobre o Moderno Profissional da Informação da FID. Recebeu prêmios e homenagens de diversas instituições, entre as quais: Sociedad Cubana de Información Científica y Técnica, Asociación Cubana de Bibliotecarios. Em 1996, a FID, outorgou-lhe o prêmio "Distinguished Information Professional Award". Consta da publicação "Quién es Quién en las Ciencias en Cuba".

Johanna Wilhelmina Smit

Bacharel em Biblioteconomia pela USP (1970), mestrado e doutorado na França na área de Análise Documentária. Atualmente docente de graduação e pós-graduação pela ECA/USP, co-coordenadora do curso de especialização em Organização de Arquivos, oferecido pela USP desde 1986. Autora do livro *O que é Documentação?*, editado pela Brasiliense. Consultora na área de arquivos audiovisuais e para a organização da informação em ambientes de arquivos e museus. Após 4 anos de pesquisa sobre arquivos fotográficos, apoiada pelo CNPq, participa no momento de um projeto integrado de pesquisa (pelo CNPq) sobre a Ciência da Informação, conceitos e métodos. Membro do Conselho Técnico do Sistema de Arquivos da USP e consultora junto ao Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. Autora de vários artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais. Membro editorial de várias revistas nacionais.

José Augusto Chaves Guimarães

Bacharel em Biblioteconomia e em Direito, Mestre e Doutor em Ciência da Comunicação pela ECA-USP, Livre-docente em Ciência da Informação pela UNESP. Docente do curso de Biblioteconomia e do curso de mestrado em Ciência da Informação da UNESP-Marília. Docente convidado do curso de especialização em Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Ex-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação – ABEED (1991-1995). E atualmente coordenador do curso de Biblioteconomia da UNESP, pesquisador do CNPq e líder do grupo de pesquisa Moderno Profissional da Informação. Participou de cerca de 150 eventos nacionais e internacionais em suas áreas de especialidade e possui cerca de 120 publicações entre livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, publicações em anais de eventos, resenhas e traduções no Brasil e no exterior. Realizou estágios e visitas técnicas em países como Argentina, Uruguai, Chile, Cuba, México, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Suíça. Áreas de especialidade em ensino e pesquisa: Formação e atuação profissional em Biblioteconomia, Análise documentária, Documentação jurídica e diplomática.

Jussara Pereira Santos

Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS, mestre pela Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, Estados Unidos. Atualmente docente da UFRGS onde exerceu a profissão de bibliotecária de 1960-1991. Autora de vários artigos científicos publicados em revistas nacionais. Consultora em na área de centros de documentação em ciência e tecnologia. Ex-Presidente da ABEBD, gestão 1995-1998.

Marta Lúgia Pomim Valentim

Bacharel em Biblioteconomia pela FESP/SP, mestre pela PUCAMP, doutoranda da ECA/USP. Atualmente docente de graduação e pós-graduação *Lato Sensu* pela UEL. Autora do livro *O Custo da Informação Tecnológica*, editado pela Polis/APB. Atuação profissional em organizações como: Metal Leve S/A e FGV/SP. Consultora na área de inteligência competitiva em organizações. Pesquisadora sobre fontes de informação eletrônica em informação tecnológica e de negócios e sobre políticas de informação em C&T. Atualmente exerce o cargo de vice-presidente da ABEBD, responsável pela coordenação da Lista de Discussão da ABEBD. Ocupou diferentes cargos no movimento associativo paulista, dentre eles: Presidente da APB, gestão 1993-1995. Coordenou a organização de vários eventos da área como: COBIB, COBIBii e COBIBiii. Autora de vários artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais. Tem realizado conferências em eventos internacionais em países como Cuba, Argentina e Uruguai. Membro editorial da revista *Informação & Informação*.

Miriam Figueiredo Vieira da Cunha

Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Mestre pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, França. Doutora em Informação Científica e Técnica pelo Conservatoire National des Arts et Métiers – CNAM, Paris, França. Atualmente docente do Departamento

de Ciência da Informação da UFSC. Atuação profissional em instituições como: BIREME, INEP, Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique e UNESCO (Paris). Autora de vários artigos científicos publicados em revistas nacionais.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Bacharel em Biblioteconomia pela FESP/SP, mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Atualmente docente de graduação e pós-graduação Lato Sensu pela UEL. Autor dos livros *Sociedade e Biblioteconomia*, editado pela Polis/APB, *Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Alternativas*, editado pela Editora UEL e *Bibliotecas & Bibliotecários: situações insólitas*, editado pela Polis. Consultor na área de informação pública e ação cultural. Pesquisador sobre fontes de informação eletrônica em informação pública. Atualmente exerce o cargo de Coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gerência de Unidades de Informação, oferecido pela UEL desde 1997. Exerce também o cargo de Coordenador Regional da ABEBD – Região Sul. Ocupou diferentes cargos no movimento associativo paulista, dentre eles: Presidente da APBESP e Presidente da APB. Recebeu homenagem da classe bibliotecária paulista com o título de “Bibliotecário do Ano”, em 1988. Autor de vários artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais. Editor Responsável da revista *Informação & Informação* da UEL e da Coleção Ensaios APB da Associação Paulista de Bibliotecários.



Impresso em
AO LIVRO TÉCNICO
Tel.: (21) 580-1168
e-mail: aolivtec@ism.com.br

A *Coleção Palavra-Chave* tem por objetivo oferecer aos profissionais bibliotecários, aos estudantes de Biblioteconomia e Documentação e aos outros interessados, textos básicos e acessíveis sobre temas relevantes e atuais relacionados com o campo da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

A quase inexistência de textos nessas áreas exigia das editoras e entidades um trabalho conjunto visando preencher essa lacuna. A *Coleção Palavra-Chave* surge no bojo desse esforço e orgulha-se em ser a primeira com a preocupação de editar e veicular textos que contribuem para a atualização e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam no âmbito da Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e áreas afins.



editora polis